

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**AS PRÁTICAS CAMPONESAS E O MODELO
DE COOPERAÇÃO DO MST**

AUTOMAR GUEDES DE LACERDA

**CAMPINA GRANDE – PB
2008**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE HUMANIDADES (CH)
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

AS PRÁTICAS CAMPONESAS E O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST

AUTOMAR GUEDES DE LACERDA

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

JULHO DE 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE HUMANIDADES (CH)
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

AS PRÁTICAS CAMPONESAS
E O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial obrigatório para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

ORIENTANDO: Automar Guedes de Lacerda

ORIENTADOR: Professor Dr. Edgard Afonso Malagodi

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

JULHO DE 2008

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

L131p Lacerda, Automar Guedes de

As práticas camponesas e o modelo de cooperação do
MST/Automar Guedes de Lacerda – Campina Grande, 2008.

114 f.: il.

Orientador Prof^{or} Dr. Edgard Afonso Malagodi.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina
Grande, 2008.

1. Assentamento Chico Mendes (PB) – Práticas camponesas –
Cooperação do MST. 2. Trabalho coletivo – Práticas camponesas. 3.
MST – Modelo de cooperação. 4. Reforma Agrária – Brasil.

CDU: 332.021.8 (813,3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE HUMANIDADES (CH)
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

A Banca Examinadora abaixo assinada aprova, em 22/07/2008, a Dissertação de Mestrado:

AS PRÁTICAS CAMPONESAS E O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST

Elaborada por

Automar Guedes de Lacerda

Orientada por

Prof^{or}. Dr. Edgard Afonso Malagodi

Como requisito parcial para obtenção do título de

Mestre em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Magnólia Gibson da Silva

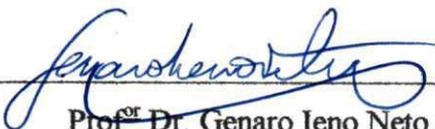
(Presidente)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof^{or} Dr. Roberto Vêras de Oliveira

(Examinador interno)

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof^{or} Dr. Genaro Ieno Neto

(Examinador externo)

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

DEDICATÓRIA

Ao primeiro camponês sem terra que
conheci e convivi. Meu avô paterno
ROLDÃO BATISTA GUEDES
(Vozinho)

A quem me fez conhecer e viver o
amor, com quem estou casado e
namorado até hoje.
CORRINHA BELISÁRIO.

A todos os Sem Terra e sem terra
com os quais convivi e conviverei
em minha busca incessante por uma
sociedade mundialmente igualitária.

A quem me dá forças todos os dias
para continuar sonhando, lutando,
buscando e colaborando para um
mundo transformado e igualitário.
AUTOMAR FILHO e OSNÍ.

A quem nunca me deixou esquecer
que lutar por ideais vale a pena,
mesmo que isso implique em estar
sempre dependendo de suporte
emocional e material. Meus pais
MARTINHO e MARIA.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Martinho Batista Guedes e Maria do Socorro Guedes de Lacerda, meus primeiros e principais incentivadores na busca pela construção de um mundo justo e igualitário, pelo apoio e incentivo incondicionais.

A Corrinha, minha eterna namorada, mesmo depois de um sem-número de anos de casamento.

A dois homens da minha vida, meus filhos Automar Filho e Osni, que arcaram involuntariamente com o ônus da minha ausência durante a realização deste mestrado, mesmo eu estando em casa.

Ao PPGCS/UFCG pela sensibilidade na abertura dos portões de seus muros para que os militantes dos movimentos sociais possam exercer seu direito de acesso irrestrito ao conhecimento.

Ao Professor Dr. Edgard Afonso Malagodi por ter me orientado brilhantemente, não apenas nos aspectos teórico-acadêmicos, mas também nos aspectos de companheirismo, sensibilidade (também traduzida em muita paciência) para entender as minhas limitações acadêmicas e pessoais na busca de conciliar o exercício acadêmico com a prática militante no MST.

Ao primeiro coletivo da Via Campesina no PPGCS/UFCG: Esmeraldo, Fábya (Reis “dos Santos!”), Felipe (Felipão) e Paulo Mansan (Pessoa), pela maravilhosa convivência na UFCG e no Caio Lêla. Além da incontestável contribuição teórica e material para que eu pudesse agora estar concluindo este trabalho. (Valeu companheiros e companheira! Sem vocês talvez isso não pudesse estar acontecendo).

Ao Professor Dr. Miguel Ângelo Lazzaretti (UNIOESTE-PR) pelas contribuições acadêmicas e políticas (os “pitacos”) na discussão dos aspectos abordados nesta Dissertação.

Aos Professores Doutores do PPGCS/UFCG: Marilda Menezes, Lemuel Guerra, Luis Henrique Cunha, Ramonildes Gomes, Roberto Vêras, Mércia Batista, Márcio Caniello e Magnólia Gibson, pela acolhida, convívio e socialização dos conhecimentos.

Aos Professores Doutores Roberto Vêras de Oliveira (PPGCS/UFCG) e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (PPGN/UFPB) pelas valiosíssimas contribuições durante a qualificação desta Dissertação. Muito obrigado!

À Via Campesina, pela construção e viabilização deste processo de inserção dos movimentos sociais no PPGCS/UFCG.

A todos os colegas e amigos da turma 2006 do PPGCS/UFCG (sem nenhuma exceção), pela disponibilidade sempre apresentada e pela interação. Não citarei nomes aqui, para não correr o risco de cometer lapsos, o que seria imperdoável!

Ao MST, tanto por ter me proporcionado a realização deste trabalho, como por ter me proporcionado, ao longo destes onze anos, o espaço para o exercício do meu tão sonhado mundo igualitário.

A todos os assentados e assentadas do Assentamento Chico Mendes pela acolhida e presteza durante minha presença e, em especial, aos entrevistados que não pouparam esforços, inclusive abrindo mão de suas atividades para passar horas respondendo às minhas perguntas.

A Rinaldo, secretário do PPGCS/UFCG, pela permanente disponibilidade, presteza e eficiência à frente desta secretaria. Muito obrigado!

Ao Professor Renato Kilpp. Você é um destes utópicos que a gente encontra pelas estradas da vida pra nos mostrar que essa luta vale a pena. Valeu pela força!

A Arilde (Professor do CEFET/JP e aluno de doutorado do PPGCS/UFCG), pela convivência durante o curso e também pela tradução do resumo desta Dissertação para o francês.

Ao Professor de Língua Portuguesa Rodrigo Sales pela revisão ortográfica e gramatical. Obrigado!

Aos professores Doutores Roberto Vêras de Oliveira, Genaro Ieno Neto e Magnólia Gibson, pelas contribuições durante a defesa desta Dissertação.

EPÍGRAFE

E se, de repente
A gente não sentisse
A dor que a gente finge
E sente
Se, de repente
A gente distraísse
O ferro do suplício
Ao som de uma canção
Então, eu te convidaria
Pra uma fantasia
Do meu violão

Fantasia
Chico Buarque

RESUMO

LACERDA, Automar Guedes de. **As práticas camponesas e o modelo de cooperação do MST.** 2008. 114 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande 2008.

O objetivo desta dissertação é investigar a interação entre as práticas de trabalho coletivo engendradas pelos camponeses em suas trajetórias sócio-históricas e culturais e o modelo de cooperação idealizado pelo MST para os assentamentos ligados a este movimento social camponês na Paraíba. Para tanto, tomou-se como campo de pesquisa o Assentamento Chico Mendes, localizado no município de Riachão do Poço, na região da Várzea paraibana, por este assentamento ter duas formas de representação jurídica, uma cooperativa e uma associação e este modelo idealizado pelo MST considerar e priorizar a cooperativa como forma de coletivização, enquanto considera a associação uma forma de organização individualizada. A metodologia adotada nesta pesquisa procurou utilizar uma combinação de métodos e técnicas de pesquisa, através do uso da observação participante, da realização de entrevistas semi-estruturada e não-estruturada, caderno de campo, além de análise em fontes documentais da própria comunidade (a exemplo de atas de assembléias e relatórios de ATEs) e de órgãos governamentais (a exemplo do INCRA e do IBGE). Os resultados mostram que os informantes desta pesquisa não identificam diferenças entre a cooperativa e a associação, não vendo as práticas de cooperação como prerrogativa apenas da forma cooperativista. O modelo de cooperação idealizado pelo MST, além de não ter se convertido em garantia de coletivização para o caso do assentamento aqui pesquisado, ainda está contribuindo para um aumento gradativo do nível de rejeição às práticas coletivistas, mesmo as mais simples, a exemplo do mutirão e da troca de dias de trabalho, entre as famílias ligadas à cooperativa.

Palavras-chave: Assentamentos, camponês, cooperação, MST, Reforma Agrária.

RÉSUMÉ

LACERDA, Automar Guedes de. **Les pratiques paysans et le modèle de coopération de MST.** 2008. 114 p. Dissertation (Maîtrise dans des Sciences Sociales) - Programme de Pós-Graduação dans des Sciences Sociales, Université Fédérale de Campina Grande, Campina Grande 2008.

L'objectif de cette dissertation est enquêter l'interaction entre les pratiques de travail collectif engendré par les paysans dans leurs trajectoires des socio-historiques et culturelles et le modèle de coopération idéalisé par le MST pour les ajustements associé à ce mouvement social paysan dans le Paraíba. Pour tant, se prend comme terrain de recherche le ajustement Chico Mendes, localisé dans la ville de Riachão do Poço, dans la région de la Plaine cultivée paraibana, cet ajustement avoir deux formes de représentation juridique, une coopérative et une association et ce modèle idéalisé MST considérer et préférer au modèle coopératiste comme forme de coletivization, tant qu'il considère le modèle associativiste comme une forme d'organisation individualisée. La méthodologie adoptée dans cette recherche a cherché à utiliser une combinaison de méthodes et des techniques de recherche, à travers l'utilisation du observation participant, de la réalisation d'entrevues semi-structure et non-structure, notations dans les fiches de terrain, analyse sources documentaires de la communauté elle-même (à exemple d'actes d'assemblées et rapports de ATES) et des agences gouvernementales (à exemple de INCRA et de IBGE). Les résultats montrent que les informateurs de cette recherche ne identifient pas à différences entre la coopérative et l'association, je ne voyant pas les pratiques de coopération comme prérogative seulement de la forme coopératiste. Le modèle de coopération idéalisé par MST, en outre ne pas avoir si converti dans garantie de coletivization pour le cas de le ajustement ici cherché, encore collaborent à une augmentation graduelle du niveau de rejet aux pratiques à des collectivistes, même plus simple, comme le «mutirão» et l'échange de jours de travail, entre les familles liées à la coopérative.

Mots Clés: Ajustements, paysan, coopération, MST, Réforme Agraire.

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CC – Cooperativa de Crédito
CCA – Cooperativa Central dos Assentados
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPPS – Cooperativa de Produção e Prestação de Serviço
CPS – Cooperativa de Prestação de Serviços
CPSR – Cooperativa de Prestação de Serviço Regional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERRA – Instituto Técnico Josué de Castro
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
ONG – Organizações Não Governamentais
PDA – Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SPCMA – Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC – Técnico em Administração de Cooperativas
UDR – União Democrática Ruralista
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

LISTA DE BOX, GRÁFICOS E TABELAS

CAPÍTULO I

BOX 01:	Origem e desenvolvimento do cooperativismo.....	34
---------	---	----

CAPÍTULO II

TABELA 01:	Assentamentos ligados ao MST na Paraíba, com nº de famílias, município de situação e representação jurídica.....	41
TABELA 02:	Participação dos beneficiários em organizações, por região – 1996.....	50
BOX 02:	Formas de cooperação praticadas em assentamentos ligados ao MST.....	53
BOX 03:	Modelo institucional de cooperação do MST.....	54
BOX 04:	Referências de leitura teóricas e políticas no MST.....	56

CAPÍTULO III

BOX 05:	Localização e acesso ao Assentamento Chico Mendes.....	66
BOX 06:	Infra-estrutura construída na época da fazenda.....	69
GRÁFICO 01:	Distribuição da população por sexo no ano de 2000.....	69
GRÁFICO 02:	Distribuição da população por faixa etária no ano de 2000.....	70
TABELA 03:	Famílias assentadas após a criação do assentamento. Por ano, quantidade de famílias e % em relação a capacidade de suporte.....	70
BOX 07:	Modelo organizacional do MST para os assentamentos.....	72

ANEXOS

BOX 08:	Perfil abreviado sobre o autor desta Dissertação.....	108
---------	---	-----

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
Objetivos.....	16
Justificativa.....	17
A concepção metodológica da pesquisa.....	18
CAPÍTULO I: O POSICIONAMENTO TEÓRICO SOBRE AS PRÁTICAS CAMPONESAS E O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST.....	24
1. Objeto e Conceitos.....	24
2. A conceituação dos sujeitos sociais desta pesquisa.....	32
CAPÍTULO II: COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS LIGADOS AO MST.....	35
1. A luta pela terra e o MST.....	36
2. O cooperativismo como perspectiva de desenvolvimento para os assentamentos.....	39
3. As formas espontâneas de cooperação.....	43
4. A cooperação em assentamentos ligados ao MST.....	47
5. O modelo de cooperação idealizado pelo MST e disseminado para os assentamentos.....	53
6. Quando as diferenças ganham espaço: O surgimento dos conflitos na implementação do processo de cooperação.....	58
CAPÍTULO III: O ASSENTAMENTO CHICO MENDES E SUA HISTÓRIA.....	62
1. Ergue-se o acampamento: Começa a luta pela terra.....	62
2. A terra é conquistada: Surge enfim o Assentamento Chico Mendes.....	66
3. Representações coletivas formais e informais no Assentamento Chico Mendes.....	72
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO DO MST NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES.....	77
1. Acampamento: o exercício do aprendizado.....	78
2. Assentamento: A concretização dos sonhos.....	82
3. O associativismo e o cooperativismo no Assentamento Chico Mendes.....	84
4. As práticas simples de cooperação no Assentamento Chico Mendes.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
ANEXOS.....	107
Anexo A: Perfil abreviado sobre o autor desta Dissertação.....	108
Anexo B: Roteiro de entrevista com sócios e dirigentes da cooperativa do Assentamento Chico Mendes.....	109
Anexo C: Roteiro de entrevista com associados e dirigentes da associação do Assentamento Chico Mendes.....	112

INTRODUÇÃO

Esta Dissertação tem como objeto de estudo a interação entre o modelo de cooperação idealizado pelo MST para os assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba e as práticas de trabalho coletivo engendradas pelos camponeses em suas trajetórias sócio-históricas e culturais, a partir do estudo de caso no Assentamento Chico Mendes, no município de Riachão do Poço.

Nosso projeto de pesquisa apresentado como requisito obrigatório do processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), propunha analisar a interação entre as práticas camponesas e o modelo de cooperação do MST, a partir do estudo de caso das experiências ocorridas em 04 assentamentos: Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Chico Mendes e Antonio Conselheiro, todos na região da Várzea paraibana. Entretanto, após ingressarmos no PPGCS, avaliamos que o cumprimento do prazo legalmente estabelecido de dois anos para conclusão do curso poderia ser comprometido se mantivéssemos este objetivo e, assim, juntamente com o nosso orientador, delimitamos este trabalho ao estudo de caso em apenas um assentamento, o Chico Mendes, por apresentar duas formas de representação jurídica, uma cooperativa e uma associação, preservando, assim, o objeto de pesquisa. Feitas estas ressalvas, passaremos agora a algumas considerações iniciais.

A questão agrária no Brasil, especificamente no tocante à discussão da Reforma Agrária, tem sido uma prática recorrente, desde há muitas décadas em nosso país. Esta temática é mantida na pauta de pesquisa nas Ciências Sociais e em outras áreas do conhecimento científico, assim, é pauta de trabalho de sociólogos, cientistas políticos, economistas, psicólogos, arquitetos, agrônomos, engenheiros, antropólogos, dentre outros. Também é utilizada como plataforma para políticos de diferentes matizes. Isso se dá pela insistência dos camponeses para ter reconhecido seu direito de acesso a terra, diante da crônica recusa por parte dos grupos de representantes agrários em que esta situação continue como se encontra, bem como da resistência dos gestores públicos de plantão em aplicar a legislação existente, que reconhece a Reforma Agrária como mecanismo cabível e possível nesta luta pela democratização do acesso à terra.

A promulgação da Lei 4.504, o Estatuto da Terra¹, em novembro de 1964, em cujo diploma legal estão postos, à luz do direito, os instrumentos e ferramentas necessários para que o Poder Público levasse a efeito a tão sonhada e esperada Reforma Agrária, levou os brasileiros a pensar, durante aquele determinado momento histórico, na colocação de um ponto final nesta questão.

Entretanto, fatores de ordem política e jurídica trataram de criar os obstáculos necessários ao emperramento deste processo e o Estatuto da Terra, em sua essência, nunca foi aplicado e, mais uma vez, a Reforma Agrária passou a ser preterida e o direito de acesso à terra foi novamente negado a milhares de cidadãos camponeses no Brasil.

Os anos de chumbo se foram, mas a peleja dos povos do campo pela realização da Reforma Agrária continuou. Tanto é que, mesmo sob os coturnos militares, já estava sendo gestado o que seria considerado um dos maiores movimentos sociais de luta por terra e pela Reforma Agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim, de acordo com diversos estudiosos da questão agrária brasileira², o apoio da sociedade em relação à Reforma Agrária atingiu, na década de 1990, o seu nível mais elevado na história do nosso país, superando até o período das Ligas Camponesas, constituídas no final da década de 1950 e sufocadas pelo golpe militar de 1964.

Neste trabalho não está em análise a luta por terra e pela Reforma Agrária encampada pelo MST, mas seu modelo de cooperação para os assentamentos e mais do que isto, o caso dos assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba, ou seja, busca-se aqui investigar a interação entre as práticas camponesas e o modelo de cooperação idealizado pelo MST, tomando-se como base o desenvolvimento deste modelo para os assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba, a partir do estudo de caso do Assentamento Chico Mendes.

Para isso, buscou-se identificar, analisar e apreender conceitualmente as práticas de cooperação agrícola vivenciadas pelos camponeses antes do seu envolvimento com o assentamento. Os resultados da interação entre as formas historicamente vivenciadas e praticadas por estes atores sociais e o modelo de cooperação proposto pelo MST. Além disto, buscou-se analisar como estas questões são percebidas pela comunidade assentada e quais são

¹ Esta Lei foi elaborada por um grupo de especialistas progressistas. É considerada um marco na luta pela Reforma Agrária no Brasil, por ter sido a primeira lei brasileira a tratar da questão da terra. Foi ela também que criou o atual INCRA e consolidou o instrumento legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público. Porém, os principais dispositivos desta lei, as chamadas leis complementares, até hoje nunca foram regulamentados.

² A exemplo de Jacob Gorender, Plínio de Arruda Sampaio, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros.

as possíveis implicações disto para a organização política e as relações sociais desta comunidade.

O modelo de cooperação idealizado pelo MST é carregado de motivações político-ideológicas e, com isso, procura preservar os princípios doutrinários elaborados na gênese desta proposta. Estes princípios têm sua inspiração nos estatutos da *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*, a primeira sociedade cooperativista, fundada em *Rochdale*, distrito de *Lancashire*, na Inglaterra, em 1843, e são, em parte, seguidos até hoje pelas cooperativas do mundo inteiro. Dentre eles, tem-se o objetivo de ser uma ferramenta de promoção de transformações sociais, constituindo-se, ao mesmo tempo, uma estratégia de garantia da sobrevivência de seus integrantes e um projeto político de contraposição e enfrentamento ao modo capitalismo de produção.

Neste sentido, o modelo cooperativista proposto atualmente aos assentamentos ligados ao MST preserva esses princípios doutrinários sob o argumento de que os camponeses continuam submetidos às condições de exploração. Entretanto, a realidade histórica de hoje difere significativamente da realidade histórica do século XIX e a criação de cooperativas baseadas nos princípios doutrinários “rochdaleanos” precisa adequar-se à contemporaneidade, pois as práticas camponesas também são carregadas de simbologias e de aspectos ideológicos e, quiçá por isso, muitas vezes, no processo de interação entre estas duas formas não se coadunem, sendo inevitável o choque entre as práticas camponesas e as aspirações políticas do modelo idealizado pelo MST.

Deste modo, a prática da cooperação agrícola constitui-se uma ferramenta com potencial para beneficiar e resolver alguns problemas vividos pelos assentamentos rurais, como o desenvolvimento econômico-social insatisfatório e a manutenção da dependência da tutela governamental presente na realidade de uma parcela significativa dos assentamentos rurais na Paraíba. A solução para tais problemas está, segundo o MST, na organização dos assentamentos através do cooperativismo, em que a posse da terra e a organização da produção estejam sob controle dessas cooperativas, fundadas e administradas pelos próprios assentados.

Assim sendo, investigam-se aqui as possibilidades de desenvolvimento deste processo cooperativo levando em consideração as diversas formas de cooperação simples praticadas historicamente pelos camponeses - a exemplo dos mutirões e das trocas de dias de trabalho - como ferramentas para se alcançar a cooperação complexa que nos moldes deste movimento social é concretizada quando os assentamentos constituem as Cooperativas de

Produção Agropecuária (CPAs), através das quais se chegará à coletivização da terra e à implementação da agroindustrialização.

O estágio de CPA, segundo a concepção do MST, só é alcançado quando os assentados passam por três etapas não necessariamente seqüenciais, em seu processo evolutivo, podendo coexistir mais de uma dessas simultaneamente: a) produção voltada para autoconsumo das famílias; b) comercialização de parte da produção, quando esta começa a gerar excedentes; c) agroindustrialização da produção excedente, sendo a última, o ápice do processo de coletivização, considerado pelo MST como a forma de cooperação complexa mais avançada que pode ser alcançada pelos assentamentos.

Para o caso dos assentamentos ligados ao MST na Paraíba, em nenhuma dessas áreas existem agroindústrias instaladas, o que vem demonstrar a pertinência da discussão aqui proposta, da consideração às práticas de cooperação simples, no exame deste modelo organizacional idealizado pelo MST com objetivos de transformação dos assentamentos em territórios coletivizados, o que acontece, ainda de acordo com a concepção deste movimento social, a partir da consideração de que um assentamento é classificado como praticante da cooperação, apenas pela adoção da forma de representação jurídica cooperativista pela comunidade assentada.

Objetivos

Este trabalho se propôs, embasado em considerações e ponderações feitas ao longo dos capítulos, ao seguinte objetivo geral: investigar a interação entre o modelo de cooperação idealizado pelo MST para os assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba e as práticas de trabalho coletivo vivenciadas pelos camponeses em suas trajetórias sócio-históricas e culturais, a partir do estudo de caso do Assentamento Chico Mendes.

Como objetivos específicos resultantes do desdobramento do objetivo geral acima exposto tem-se:

- a) A identificação das práticas de cooperação agrícola vivenciadas pelos camponeses assentados antes do seu envolvimento com o assentamento;
- b) A análise das práticas de trabalho coletivo e a apreensão de seus conceitos;
- c) A análise dos resultados da interação entre a proposta de cooperação do MST e as formas historicamente vivenciadas e praticadas pelos camponeses;

- d) A investigação de como a comunidade assentada percebe e apreende as duas formas de representação jurídica formal – cooperativa e associação – e as implicações disto em sua organização interna e na vida sociocultural;
- e) A investigação da participação dos atores sociais nas formas de representação jurídica formais de cooperativismo e associativismo;
- f) A análise do modelo de cooperação do MST e das práticas de cooperação simples historicamente vivenciadas pelos camponeses do Assentamento Chico Mendes, na região da Várzea paraibana.

Justificativa

O desenvolvimento de processos de cooperação em assentamentos rurais ligados ao MST na Paraíba tem sido insatisfatório, tanto quantitativa como qualitativamente, se verificarmos, por exemplo, o critério de escolha destes assentamentos pela forma de sua representação jurídica, pelo qual o Movimento³ classifica os assentamentos a ele ligados, em coletivistas ou individualistas.

Os resultados qualitativos também não se converteram em mudanças significativas nos assentamentos, no que tange à consciência político-ideológica dos atores sociais envolvidos, pois as áreas reformadas não estão se constituindo efetivamente no suporte necessário às ações de contraposição e enfrentamento ao modo de produção capitalista presente no meio rural, como anseia o MST.

Uma das principais controvérsias deste processo reside em qual ou quais formas de cooperação devem ser postas em prática de maneira a respeitar cada realidade e trajetória sócio-histórica e cultural nos assentamentos, visto que diversos estudos, além da orientação política do MST, apontam a necessidade destas práticas para melhorar a qualidade de vida das famílias e o sucesso nas relações socioeconômicas futuras.

Já se sabe que, antes e durante o envolvimento no processo de luta pela terra, os camponeses praticam formas coletivas de trabalho, as quais lhes auxiliam no desenvolvimento de suas atividades, desde a organização, o planejamento e a efetivação do trabalho, além de contribuir para o estabelecimento e consolidação de relações sociais neste segmento social. Entretanto, após a conquista da terra e a constituição do assentamento, essas práticas vão gradativamente desaparecendo para dar lugar a outras individualizadas.

³ Daqui em diante, sempre que aparecer a palavra Movimento com letra maiúscula, estamos nos referindo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Neste sentido, a produção teórica das Ciências Sociais sobre esta temática em relação aos assentamentos na Paraíba, a nosso ver, ainda carece de pesquisas empíricas que aliadas às teorias sociológicas, possibilitem a elaboração de modelos explicativos que apontem formas de intervenção nesta realidade, sobretudo, no sentido de contribuir para o desenvolvimento dos processos de cooperação almejados pelos movimentos sociais no campo.

Destarte, ao longo do presente trabalho estaremos exercitando essa contribuição, tendo como foco principal o enriquecimento da ciência, uma vez que este autor tem consciência de que esta Dissertação é um exercício acadêmico e como tal deve ser pautada pelo rigor científico, tendo sido este o norte pelo qual foi fundamentado todo o trabalho científico. Entretanto, a ciência deve ser produzida com a finalidade de contribuir para a solução dos problemas concretos das sociedades com as quais ela se destina e não pode nem deve perder de vista este horizonte, não sendo necessário o estabelecimento de distanciamentos entre esses dois objetivos.

Assim, nosso exercício aqui também objetiva contribuir com os movimentos sociais do campo na busca de caminhos para a solução dos problemas concretos vivido por eles, pois assim a ciência encontrará sua razão de ser e o fazer científico, seu sentido.

A concepção metodológica da pesquisa

O trabalho de pesquisa em Ciências Sociais deve ser conduzido por uma metodologia encarada como um caminho a contemplar, da maneira mais completa, os objetivos postos à investigação.

Desta maneira, partilhamos da preocupação de Oliveira (1998, p. 17) em suas reflexões sobre a escolha dos caminhos possibilitados pelos métodos de pesquisa em ciências humanas, quando afirma:

“O método assinala, portanto, um percurso escolhido entre outros possíveis. [...] não representa tão-somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador. [...]”

Uma maneira de podermos trilhar um caminho seguro, portanto, coerente, como acaba de nos dizer o autor, acreditamos que seja a construção de uma metodologia que abrigue alguns métodos e técnicas de pesquisa, de modo a contemplar as diversas questões implicadas em nosso empreendimento.

Sendo assim, buscamos fazer desta pesquisa um processo de interação entre sujeitos sociais antes de ser a demarcação de posições entre o sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados. Neste sentido, buscamos sempre ações cuidadosas em nossas visitas ao assentamento, empenhando-nos para minimizar, na medida do possível, os impactos que esse processo inevitavelmente causa, ou seja, tivemos sempre a preocupação com o modo de apresentação, tanto de nós em relação a eles quanto deles em relação a nós, por entendermos que isso seria decisivo para o sucesso almejado por esta pesquisa.

Sobre isto, Berreman (1980, p. 125) nos relata uma experiência de pesquisa etnográfica realizada por ele em uma aldeia camponesa do Himalaia:

“Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas. [...]. Ambas tarefas, como toda interação social, envolvem controle e interpretação de impressões, [...] mutuamente manifestadas [...].”

Para o autor, como componente próprio deste processo de interação social, estão as tentativas de dar a impressão desejada de si próprio, bem como de interpretar com exatidão o comportamento e as atitudes dos outros.

Servimo-nos aqui das preocupações de Berreman porque o ambiente onde sua pesquisa se desenvolveu apresenta traços de semelhança com o ambiente da nossa pesquisa: um assentamento de Reforma Agrária, denominado Chico Mendes, uma comunidade camponesa formada por 120 famílias, através de um longo processo de luta pela terra, localizado no município de Riachão do Poço, na região da Várzea Paraibana, distante 04 Km da sede municipal e a cerca de 50 Km da capital João Pessoa.

As condições geográficas do imóvel, constituído a partir da junção de 04 pequenos imóveis, Ipanema, Santa Cecília, São José e Bela Vista, acabaram influenciando a organização espacial das famílias em dois grupos sociais, pois elas ficaram sediadas nos dois principais imóveis deste conjunto desapropriado, Ipanema e Bela Vista, com um núcleo de agrovila⁴ construído em cada um destes dois imóveis e também com cada uma das duas formas de representação jurídica, uma cooperativa e uma associação sediada num deles.

A pesquisa sociológica, neste meio social, exigiu de nós cuidados para evitar que fôssemos filiados pelas famílias assentadas, a um ou a outro grupo, pois isso poderia desencadear resistências e limitações no acesso às informações e dados. Com isso, nos

⁴ Conjunto das moradias construídas no assentamento, dispostas umas ao lado das outras, de modo a formar ruas.

mantivemos permanentemente vigilantes para a prática da equidade no relacionamento com os grupos e subgrupos sociais daquela comunidade para alcançar nossos objetivos de acesso e à maior quantidade e qualidade de informações imprescindíveis.

Diante deste contexto social, utilizamos na metodologia desta pesquisa uma combinação de métodos e técnicas de pesquisa. Fizemos uso da observação participante, realizamos entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, utilizamos caderno de campo para fazermos anotações das nossas observações e conversas informais.

Além destas ferramentas, também recorreremos à análise de fontes de informações documentais como Atas de Assembléias Gerais, relatórios de equipes de ATES⁵, documentos e dados de órgãos governamentais, a exemplo do INCRA⁶, e do movimento social ao qual o assentamento é ligado, além de pesquisa bibliográfica que nos fornecesse os fundamentos teóricos de vigente discussão.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com o auxílio de um gravador e, em seguida, transcritas na íntegra. Depois trabalhamos a análise das informações coletadas.

Na transcrição das entrevistas, utilizamos a técnica de transcrição não-literal, pois esta forma permite a produção de um texto final coerente, inteligível e de fácil leitura, segundo os moldes descritos por Gattaz (1996, p. 264): “A textualização final deve conter em si a atmosfera da entrevista, [...]. O texto, ainda, não pode abandonar a característica de originalmente falado, devendo ser identificado como tal pelo leitor.” Nossa intenção foi possibilitar aos leitores do texto final, a oportunidade de perceber e sentir a “atmosfera” da qual os textos foram obtidos, como sugere a autora.

Utilizou-se observação participante em alguns eventos e espaços de sociabilidade da comunidade, especificamente durante a realização de um mutirão por um grupo coletivo organizado pela associação para serviços de manutenção na casa-sede na área do assentamento conhecida como “Bela Vista” e na construção de um pequeno depósito de material no açude “grande” onde existe um pesque-pague.

A aplicação desta técnica de pesquisa não nos foi possível para observar a realização de Assembléias Gerais⁷, pois essas atividades não são realizadas regularmente, por terem sido substituídas por reuniões de núcleos de famílias⁸ e estas, por sua vez, não aconteceram

⁵ Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, voltado especificamente para os assentamentos rurais.

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Autarquia do governo federal responsável pela implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária.

⁷ Reunião da comunidade para discutir e deliberar sobre temas coletivos.

⁸ A comunidade está organizada através de núcleos de família, existindo 10 núcleos. São espaços semelhantes às assembléias onde são realizadas as discussões e apresentação de propostas para solução dos problemas.

durante o período em que estivemos no assentamento realizando a pesquisa. O mesmo acontecendo em relação às reuniões da coordenação política do assentamento.

As observações nos possibilitaram confrontar os discursos com as práticas na execução das tarefas. Por exemplo, verificamos como se comportam os discursos em favor das práticas coletivas e em que medida o autor do discurso participa da realização prática das tarefas.

Através da observação participante também nos foi possível desviar das generalizações passíveis de acontecer nas pesquisas em Ciências Sociais, no tocante às escolhas das categorias relevantes à investigação, promovidas pelo contato direto com os sujeitos sociais pesquisados.

Sobre isso, Aguiar (1985, p. 128) nos diz:

“Um modo de dar conta das dificuldades que podem aparecer no trabalho de generalização, tem a ver com a tentativa de superar o nível da experiência, ampliando as possibilidades de contato direto com os sujeitos da pesquisa pela escolha de categorias relevantes, selecionadas através do processo de observação participante. [...]”

Desta maneira, com base no que nos mostrou Aguiar, definimos as categorias de entrevistados a partir da primeira visita ao assentamento. Neste primeiro momento, utilizamos a observação participante durante a realização dos trabalhos de manutenção da casa-sede que estavam sendo realizados por um grupo coletivo de assentados ligados à associação.

Em razão da existência de relação estabelecida entre este pesquisador e os pesquisados, além da vivência com assentamentos rurais de maneira geral, na aplicação deste método buscamos exercitar o que propõe Da Matta (1985, p. 28), ou seja: “[...] *transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico.* [...]” (grifo no original). Assim, exercitamos o deslocamento e o estranhamento aos grupos sociais e suas regras, para melhor perceber o exótico naquilo já cimentado ou legitimado na – e pela – comunidade, bem como para melhor identificar as concepções político-ideológicas sobre as práticas coletivas trazidas por dirigentes e lideranças sociais de fora do assentamento.

A observação participante nos possibilitou selecionar os seis informantes para realização das entrevistas semi-estruturadas, com um nível maior de segurança, de forma a contemplar as categorias de informantes relevantes à nossa pesquisa e a existência destas categorias na realidade empírica da pesquisa.

Desta maneira, dentre os seis informantes selecionados, foram contemplados: um representante da diretoria da associação; um representante da diretoria da cooperativa; um

representante do grupo coletivo ligado à associação; um representante de um grupo coletivo ligado à cooperativa; um representante de um grupo formado por familiares (pai e filhos) que pratica troca de dias de trabalho, ligado à associação; e um representante de um grupo autodenominado “grupo independente”, recém-criado por oito famílias que se desligaram das atividades da associação.

Outra técnica adotada foi a da utilização de um caderno de campo no qual fomos registrando anotações sobre o cotidiano das pessoas, através da observação de suas maneiras de se relacionar socialmente e com suas famílias; da presença visual⁹ do MST em suas casas e nos espaços coletivos¹⁰; e de como estavam sendo realizadas as atividades no grupo coletivo¹¹ organizado pela associação.

Além destes métodos e técnicas descritos, realizamos também uma revisão bibliográfica para auxiliar nas discussões teóricas aqui trazidas, priorizando:

- a) A colocação dos conceitos teóricos, utilizando as contribuições de autores brasileiros que estudam a questão agrária, com enfoque nas formas de cooperação institucionalizadas e não-institucionalizadas, nas práticas cooperadas como o mutirão, nas formas institucionalizadas como as associações e cooperativas e nas práticas de coletivismo em assentamentos rurais;
- b) As contribuições de autores brasileiros que estudam e pesquisam a questão agrária nacional, especificamente no contexto da Reforma Agrária;
- c) As contribuições e reflexões teóricas da CONCRAB¹², entidade ligada ao MST, responsável pelas análises teóricas sobre esta temática, já que estamos discutindo práticas coletivistas em assentamentos ligados a este movimento social camponês.

Assim, acreditamos que estão contempladas, dentro dos propósitos teóricos delimitados para esta pesquisa, as análises críticas sobre a realidade e a problemática no contexto das possibilidades de desenvolvimento de processos de cooperação agrícola em assentamentos de Reforma Agrária.

⁹ Por meio da existência de cartazes, fotografias, bandeiras, panfletos, jornais, bonés, etc.

¹⁰ Escola, casa-sede, associação, etc.

¹¹ Por exemplo: se participavam homens e mulheres, sobre o que conversavam durante a realização das atividades, quem chegava primeiro, quem chegava atrasado, sobre que assuntos conversavam, se havia mudança de postura na presença de mulheres, etc.

¹² Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Entidade que representa o sistema cooperativista do MST em nível nacional.

Desta maneira, o estudo de caso do Assentamento Chico Mendes, realizado nesta Dissertação, procurou analisar as percepções dos assentados sobre os modelos coletivista e individualista de exploração da terra. Assim, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, seguidos das considerações finais, das referências bibliográficas e dos anexos.

No primeiro capítulo, buscou-se situar a discussão teórica em relação às práticas camponesas e o modelo de cooperação do MST, por meio da apresentação do objeto desta pesquisa e dos conceitos que norteiam toda a discussão aqui apresentada. O capítulo inicial traz ainda a conceituação dos sujeitos sociais utilizados nesta pesquisa.

No segundo, discute-se a cooperação e o cooperativismo no MST, com ênfase nas formas de cooperação encontradas nos assentamentos rurais. Também é feito um breve resgate histórico do processo da luta pela terra no Brasil, para dar embasamento à nossa discussão de que o assentamento é um espaço de continuidade de práticas de cooperação vivenciadas historicamente pelos camponeses. Integra este capítulo, ainda, uma abordagem sociológica sobre o conflito a partir das contribuições de Georg Simmel.

O terceiro apresenta uma contextualização sócio-histórica e organizacional do Assentamento Chico Mendes, com ênfase na luta das famílias para criação do assentamento, infra-estrutura, recursos hídricos, clima, vegetação, formas de organização e representação coletivas formais e informais, localização e acesso.

O último capítulo é dedicado à análise das formas e do processo de cooperação no Assentamento Chico Mendes, a partir dos dados obtidos através da realização de entrevistas com assentados que exercem liderança na comunidade, representantes das diretorias da associação e da cooperativa, assentados que organizam o trabalho no roçado através da utilização da troca de dias de trabalho, e assentados que apenas trabalham em suas parcelas.

CAPÍTULO I

O POSICIONAMENTO TEÓRICO SOBRE AS PRÁTICAS CAMPONESAS E O MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST



Neste primeiro capítulo, iremos apresentar e discutir os conceitos e referenciais teóricos com os quais estaremos nos relacionando e dialogando ao longo da Dissertação.

Desse modo, o presente capítulo está dividido em dois tópicos estruturados da seguinte forma:

No primeiro tópico, apresentamos o objeto de pesquisa e os principais conceitos utilizados: associação, cooperativa, mutirão, troca de dias de trabalho, ação coletiva, prática coletiva, cambão, entre outros.

No segundo tópico, apresentamos a conceituação dos sujeitos sociais assentados objeto desta pesquisa.

Dessa maneira, iniciamos com a apresentação do objeto de estudo, assim como os conceitos que nortearão a discussão ao longo do trabalho.

1. Objeto e Conceitos

Esta Dissertação tem como objeto de estudo a interação entre o modelo de cooperação idealizado pelo MST para os assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba e as práticas de trabalho coletivo vivenciadas pelos camponeses em suas trajetórias sócio-históricas e culturais, a partir do estudo de caso do Assentamento Chico Mendes.

O conceito de institucionalização aqui não é utilizado em sentido sociológico¹³, mas em sentido jurídico-burocrático, ou seja, a criação de instituições jurídicas como cooperativas e associações, constituídas por meio de registro legal, estatutos e todo aparato jurídico próprio destas formas institucionalizadas.

Aqui discutiremos as formas espontâneas de cooperação oriundas no meio camponês, ou seja, aquelas que vão acontecendo naturalmente através da ajuda de um assentado na limpa

¹³ Aqui registro meus agradecimentos ao Professor do PPGCS/UFCG, Dr. Luis Henrique Cunha, quando na qualificação do projeto de pesquisa desta dissertação, em junho de 2007, me alertou para a necessidade de estabelecer esta distinção.

do roçado do outro, dos cuidados com os filhos quando os pais precisam se ausentar para resolver problemas particulares fora do assentamento, da ajuda na colheita da produção agrícola etc., não sendo algo planejado e não se constituindo em obrigação formal, não requerendo, portanto, retribuição pela ajuda prestada.

Quanto ao conceito de formas institucionalizadas aqui empregado, esse diz respeito àquelas organizadas formalmente através de instituições específicas, com estatutos, livros de atas, regimento e reconhecimento jurídico, sendo mais conhecidas e adotadas nos assentamentos, as formas: cooperativista e associativista.

Com efeito, define-se aqui cooperativa conforme a legislação que lhe dá vida jurídica. De acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.764¹⁴, de 16 de dezembro de 1971:

“As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”

Já as associações têm seu amparo no Código Civil¹⁵ brasileiro, especificamente em seu Capítulo II, que trata das associações e em seu artigo 53 estabelece:

“Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.”

Neste mesmo artigo existe um parágrafo único no qual está afirmado:

“Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.”

Portanto, à luz da análise do texto legal, estas duas formas de representação social apresentam diferenciações conceituais enquanto modelos de organização, sendo a *cooperativa* uma *sociedade* de pessoas e a *associação* uma *união* de pessoas. Do ponto de vista sociológico, estas formas de organização não apresentam dicotomias significativas que as coloquem em oposição no tocante aos seus objetivos de se constituírem enquanto ferramenta para a prática da cooperação.

Para os fins propostos, no presente trabalho, entendemos por formas não-institucionalizadas, aquelas organizadas informalmente: sem estatutos e sem reconhecimento

¹⁴ Esta Lei, que foi recepcionada pela atual Constituição Federal do Brasil, define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Cabe registrar que esta lei já foi parcialmente alterada pelas Leis: Nº 6.981 de 31/03/82 e Nº 11.076 de 31/12/04.

¹⁵ Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Esta lei foi parcialmente alterada pela Lei Nº 11.127, com alterações dos artigos 54, 57, 59, 60 e 2.031, todos relacionados às associações.

jurídico, dentre elas, os grupos coletivos e mutirões, entendendo por grupos coletivos, o agrupamento de pessoas ou de famílias com regras de funcionamento estabelecidas pelos próprios integrantes, de caráter e natureza não-jurídica, como, por exemplo, os grupos responsáveis pela limpeza e embelezamento da agrovila, pelo conserto das cercas com defeitos, dentre outros.

Por *mutirão*, partilhamos da definição de Candido (1982, p. 68), para o qual esta forma de cooperação nada mais é do que:

“[...] reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados [...]. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.”

Portanto, a cooperação na agricultura camponesa, além de ser uma prática não intermediada por relação monetária, mas por solidariedade e compromisso moral, ainda se constitui estratégia de sobrevivência, como tão bem nos mostrou Candido, nesta passagem acima. As denominações mudam de acordo com a região geográfica onde elas são praticadas, a exemplo da região onde se deu a pesquisa de Candido, o interior do Estado de São Paulo.

Em relação ao disciplinamento do cooperativismo e do associativismo, de acordo com a ABONG¹⁶ (2006), o direito brasileiro, especificamente o Código Civil, reconhece cinco formatos de pessoas jurídicas:

“[...] as associações e fundações (formatos jurídicos das ONGs), organizações religiosas, partidos políticos e as sociedades. As sociedades, caracterizadas pelos fins econômicos e partilha dos lucros entre os(as) sócios(as), podem assumir diversos formatos, como sociedades cooperativas, sociedades limitadas e sociedades anônimas.

Um outro conceito utilizado neste trabalho para nortear a discussão sobre cooperação agrícola é o de forma cooperativista e, para defini-lo, utilizamos as contribuições de Rios, um autor que vem se dedicando ao estudo do cooperativismo agrícola no Brasil há pelo menos duas décadas. Para este autor, o cooperativismo significa: “[...] uma associação **voluntária**

¹⁶ Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais. Uma entidade nacional de apoio e assessoria às organizações não-governamentais.

com fins econômicos, **podendo** nela ingressar os que exercem uma mesma atividade [...].” (RIOS, 1987, p. 16-17; sem grifo no original)

O autor apresenta um conceito de cooperativismo, com base em um de seus princípios doutrinários, o da adesão voluntária. Entretanto, em pesquisa anterior¹⁷ que realizamos no mesmo assentamento analisado na presente dissertação, examinamos brevemente o processo de cooperação desenvolvido na comunidade naquela época.

Naquele texto afirmo:

“Na história oral dos camponeses da região canavieira, existem relatos de que os **fazendeiros constituíam cooperativas** para viabilizarem o acesso a financiamentos governamentais, **colocando como associados trabalhadores de suas fazendas**, vindo daí a concepção camponesa de que esta forma de cooperação é “para os ricos, por ter acesso a mais recursos financeiros” não sendo uma representação confiável para os trabalhadores. [...]” (LACERDA, 2001, p. 43; sem grifo no original)

As constatações trazidas pelo recorte acima dizem respeito ao fato de algumas usinas de processamento de cana-de-açúcar terem sido constituídas juridicamente na forma de cooperativas e estas, por sua vez, foram a única experiência de cooperativismo conhecida e vivenciada por uma parcela de camponeses da Região da várzea Paraibana, onde existe diversas usinas de cana-de-açúcar, e não o movimento cooperativista surgido em *Rochdale*¹⁸ em 1843, como contraposição ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. Foram, na realidade, sociedades organizadas por famílias de fazendeiros utilizando os trabalhadores como associados para montar suas usinas.

Sobre isso, Andrade, por exemplo, afirma haver registro de ação semelhante, mas localizada, restrita ao estado de Alagoas, no período de 1946 a 1957, quando plantadores de cana-de-açúcar se organizaram em cooperativas para fazer frente às grandes usinas.

Afirma o autor:

“[...] na luta contra a absorção usineira, os plantadores de cana não se organizaram em cooperativa, senão como exceção, para instalarem suas próprias usinas. Apenas um movimento deste tipo ocorreu em Alagoas, no Vale do São Miguel, dando margem à instalação da Usina Caeté. Esta, instalada em 1946, moeu até 1957 – com interrupção no período de 1952-56 – quando, fracassando a cooperativa, foi vendida a uma sociedade anônima. Duas outras usinas alagoanas juridicamente organizadas sob a forma de

¹⁷ Neste trabalho examinei como a proposta de cooperação agrícola do MST foi desenvolvida no Assentamento Chico Mendes, no Município de Riachão do Poço. Naquela época o processo estava sendo consolidado, com duas formas de representação jurídica constituídas, uma cooperativa e uma associação.

¹⁸ Tratado de maneira detalhada no Capítulo II.

cooperativas – a Boa Sorte e a Santa Clotilde – são, na realidade, sociedades organizadas por famílias, [...] de antigos banguzeiros que, parentes, associaram-se para montar a usina. Estão, assim, os associados ligados mais pelos vínculos do parentesco que pelos ideais e convicções cooperativistas.” (ANDRADE, 1986, p. 101)

Entretanto, na história oral dos camponeses da região da várzea paraibana há registros sobre esta prática por parte de proprietários de usinas, as quais acabaram se constituindo na única experiência dos camponeses desta região com o modelo cooperativista, dado pela exploração de sua força de trabalho e não por ideais e convicções cooperativistas¹⁹.

Em minha pesquisa anterior existem relatos de que a cooperativa é uma forma de organização²⁰ que não faz parte da realidade das famílias assentadas porque ela representa grandes interesses financeiros, era criada para viabilizar o acesso de fazendeiros às linhas de crédito oficiais. Esta forma de representação, portanto, no imaginário desta parcela de camponeses, não se constitui em uma forma de organização na qual eles possam confiar.

Minha pesquisa anterior também faz referência à prática do cambão, muito comum e corriqueira nas fazendas da região da várzea até o início da década de 1960, cujo significado buscamos em Moreira e Targino e em Lemos de Souza.

Moreira e Targino (1997, p. 44) afirmam que os trabalhadores: “Eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros) [...]”

Lemos de Souza (1996, p. 22) ressalta:

“O camponês, para morar num casebre e plantar culturas de subsistência ao seu redor, efetuava o pagamento do aluguel, o foro, com dias de trabalho gratuito. Esse trabalho era chamado cambão. Tanto podia ser um dia por semana, como dois, três e até quatro dias. [...]”

O autor afirma ainda que esta prática recebia outras denominações e sua presença no meio rural era tão forte que chegava a funcionar como a identidade do camponês em relação à fazenda e ao fazendeiro para quem ele prestava serviço.

“O cambão recebia outras denominações, conforme a região em que a propriedade estivesse situada: “sujeição”, “obrigação”, “condição” e “diária” eram os nomes mais comuns. Serviam até para identificar o camponês ao patrão. Era corriqueiro ele responder ao ser perguntado quem

¹⁹ Tema que discutiremos no Box 01. **Origem e desenvolvimento do cooperativismo**, na p. 34.

²⁰ No texto original utilizo a expressão “coisa” e não “forma de organização”, como estou utilizando aqui.

era: “Sou sujeito de Fulano”, sou obrigado a Sicrano, sou diarista de Beltrano.” (id., *ibidem*)

Tamanha era a injustiça e a violação de direitos causada por esta prática aos camponeses, inclusive à sua dignidade, que foi este o fator desencadeador de um dos maiores movimentos de luta organizado e protagonizado pelos camponeses no Brasil, vindo a ficar conhecido nacional e internacionalmente como *Ligas Camponesas*²¹, engendrado pelos camponeses para lutar pela extinção da prática do cambão nas fazendas da Várzea Paraibana.

Muitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais hoje assentados pelos programas oficiais de reforma agrária, incluindo os do assentamento objeto da presente pesquisa, foram protagonistas deste movimento social ou são descendentes de protagonistas, mantendo viva individual e coletivamente as memórias daquela luta histórica. Na pesquisa realizada anteriormente, afirmamos ter encontrado indícios de semelhança entre a prática do cambão e a forma como o cooperativismo estava sendo proposto aos assentados do Assentamento Chico Mendes.

“Baseado em registros bibliográficos existentes sobre a prática do cambão é possível identificar as semelhanças estabelecidas por uma entrevistada entre a forma como o MST procura implementar o trabalho coletivo no Assentamento Chico Mendes e o cambão enfrentado pelos camponeses nas décadas de 50 e 60, o que constitui um potencial elemento explicativo do comportamento adotado pelos assentados ao entenderem o trabalho coletivo como trabalho para a Cooperativa, e onde eles acabam não desenvolvendo um sentimento de ‘pertença’ a esta cooperativa.” (LACERDA, 2001, p. 42)

Esta constatação, feita anteriormente, vem corroborar e colaborar com a nossa discussão atual sobre os processos de cooperação levados aos assentamentos rurais, reafirmando a necessidade de considerar as trajetórias sócio-históricas destes sujeitos sociais como elemento relevante em uma investigação sociológica sobre cooperação agrícola.

Como forma de colaboração no entendimento das trajetórias destes sujeitos sociais, faz-se necessário uma delimitação da compreensão de quem realmente são eles, ou, então, de que sujeitos sociais estamos nos referindo na presente discussão, já que os assentamentos rurais são constituídos por atores sociais das mais variadas e diversificadas realidades e regiões geográficas, sendo assim, afinal de contas, eles são: Proletários? Agricultores

²¹ Movimento camponês surgido em Pernambuco, que funcionou basicamente no Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Durou de 1954 a 1964, quando foi colocado na clandestinidade e perseguido pelo regime militar.

familiares? Camponeses? Sujeitos em processo de recampesinização? Enfim, quem são estes assentados?

É para nos posicionarmos frente a estes questionamentos, comuns em discussões acerca do público rural envolvido com a Reforma Agrária e também para nos posicionarmos frente à compreensão e delimitação de nossas pretensões nesta Dissertação, que dedicaremos o item seguinte à apresentação desta discussão, através de um resgate histórico do debate sobre o rural brasileiro.

A opção pela discussão do conceito e da conceituação dos sujeitos sociais desta pesquisa se dá em razão do nosso entendimento de que o termo “assentado” apenas caracteriza a condição atual destes sujeitos sociais, significando, ainda, serem atores sociais protagonistas de seu próprio destino, conquistando, por sua própria luta, o direito de acesso à terra.

Sendo assim, entendemos não se tratar apenas de assentados de um Programa Nacional de Reforma Agrária, mas de camponeses que finalmente estão exercendo seu direito de acesso à terra através de sua própria luta e organização. Além disto, a opção pelo tratamento deste conceito em separado é motivada por esta discussão atualmente ter ganhado impulso nas Ciências Sociais.

As correntes teóricas que estudam o rural brasileiro divergem, indo daqueles que defendem a existência de um campesinato no Brasil, até os que sustentam a inexistência de camponeses. Comungamos e defendemos a primeira corrente, mesmo que em nosso desenvolvimento histórico este segmento social venha sendo conceituado de arrendatários, meeiros, foreiros, trabalhadores rurais, assalariados rurais, agora assentados, etc., etc.

Desta maneira, trazer aqui presente as discussões e debates teóricos já produzidos sobre o campesinato se mostra relevante para a produção de explicações relacionadas com as opções destes sujeitos sociais assentados em aderir ou não-aderir às formas, tanto institucionalizadas quanto não-institucionalizadas desta cooperação agrícola idealizada pelo MST, posto que a discussão sobre as formas de cooperação em assentamentos rurais deve incluir, entre as possibilidades de explicação, o contexto sócio-cultural e histórico destes sujeitos sociais.

Assim sendo, no tocante às discussões sobre cooperativismo e cooperação/coletivização, autores clássicos como Karl Marx, Friedrich Engels, Lênin, Karl Kautsky e Alexander V. Chayanov, são unânimes em afirmar que por seu isolamento, apego à propriedade individual da terra, e baixo desenvolvimento disciplinar, os camponeses tendem a apresentar resistência à coletivização. Em sendo assim, consideramos relevante conceituar e

precisar a condição camponesa destes sujeitos sociais assentados, tendo isso, inclusive, relação direta com a pretensão de transformação dos assentamentos de Reforma Agrária em comunidades coletivizadas.

Estes e diversos outros autores clássicos e contemporâneos produziram uma vasta literatura acerca da temática camponesa, entretanto, para os efeitos aos quais se pretende dar realce nesta Dissertação, é suficiente frisar que estaremos sempre nos reportando ao conceito de camponês, sendo para nós o termo “assentados” apenas uma alusão à condição atual destes sujeitos sociais, uma vez que eles se encontram inseridos em um assentamento de Reforma Agrária dentro de uma política pública de assentamentos rurais levada a cabo pelo governo federal, em resposta às pressões sociais fruto da mobilização e organização social destes camponeses.

Para os que tiverem interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre o campesinato, podem recorrer à vasta literatura já produzida tanto em relação ao caso brasileiro, assim como nas mais variadas e diversificadas realidades mundo afora.

Para efeito do que se pretende destacar no presente trabalho, é suficiente colocar que no Brasil ainda hoje existe um debate em torno do campesinato, fortemente influenciado pelos autores clássicos marxistas e não-marxistas. Este debate se dá não em torno do papel político ou do caráter não-capitalista de produção deste segmento social, como ocorreu na Europa, mas da existência ou não de uma classe social camponesa. Questão esta que ainda hoje permanece em aberto devido ao dissenso existente entre os estudiosos desta temática.

Para Andrade (1989, p. 5-6), por exemplo, a explicação está no fato de que:

“O termo camponês, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento, não era usado no Brasil para indicar os nossos trabalhadores rurais, até os meados do século XX, quando estes se organizaram em associações e passaram a reivindicar seus direitos frente aos grandes e médios proprietários. [...]”

Para Andrade, a partir de então, as correntes políticas à esquerda e à direita passaram a disputar este conceito. Os primeiros buscando firmar este conceito, enquanto os segundos contestavam a propriedade deste conceito, apresentando alternativas que não tiveram aceitação. Esta é mais uma das particularidades do Brasil no que concerne à questão agrária, e aí não está apenas uma questão semântica, ao contrário, estas classificações vêm carregadas de significados, intencionalidades e simbologias.

Desta maneira, o tópico seguinte traz esta discussão com suas implicações políticas e ideológicas, além das simbologias na demarcação deste conceito.

2. A conceituação dos sujeitos sociais desta pesquisa

Em relação ao debate sobre o rural brasileiro, a corrente teórica atualmente hegemônica no campo acadêmico sustenta a tese da inexistência de camponeses, em razão do grau de desenvolvimento do capitalismo no meio rural. Segundo esta corrente do pensamento acadêmico, nos dias atuais, estaríamos lidando não com camponeses, mas com trabalhadores assalariados ou com agricultores familiares²². Esta corrente teórica tem como um de seus expoentes, o professor Ricardo Abramovay²³, conhecido pelas posições defendidas em seu livro “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”²⁴.

No entanto, um outro expoente deste debate acadêmico, o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, apresenta uma concepção diferente para analisar a atuação do capitalismo, em relação ao espaço rural brasileiro:

“[...] No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo, em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. [...]” (OLIVEIRA, 2001, p. 185)

Para o autor, portanto, existe, no caso do Brasil, uma produção camponesa e, por conseqüência, um campesinato, mesmo que este seja, na concepção do autor, resultado do movimento contraditório com o qual trabalha o capital no processo do seu desenvolvimento. Isso significa que este modo de produção, ao atuar para eliminar este segmento social, acaba contribuindo, dentro do seu movimento contraditório próprio, para o desenvolvimento ou, pelo menos, para a manutenção e permanência de uma produção camponesa em nosso país.

Trazer esta discussão sobre o campesinato, principalmente sobre o campesinato brasileiro, não tem a intenção de adentrar nas polêmicas e questionamentos teóricos sobre a existência ou não deste segmento social no Brasil, mas de chamar a atenção para o fato de que estes sujeitos sociais como camponeses que compreendemos que os são, não possam ter sua

²² No caso daqueles que possuem um pedaço de terra, como os assentados da Reforma Agrária, por exemplo.

²³ Professor da Universidade de São Paulo (USP). É considerado um especialista em agricultura familiar, com diversos livros publicados sobre este tema.

²⁴ Nesta obra Abramovay defende a tese de que no Brasil existe uma agricultura familiar em moldes capitalistas.

condição camponesa colocada como contradição em relação ao modelo coletivista de organização, sendo esta contradição, para nós, apenas aparente.

Deve-se ter em conta que as análises clássicas e contemporâneas foram produzidas com base no papel político²⁵ que este segmento social teria a desempenhar em processos revolucionários de tomada do poder político, como é o caso das análises clássicas, e de seu papel na esfera da participação econômica no interior do modo capitalista de produção atual, como é o caso da análise contemporânea.

Considerando o objeto de pesquisa proposto nesta dissertação, ou seja, investigar a interação entre as práticas de trabalho coletivo engendradas pelos camponeses em suas trajetórias sócio-históricas e culturais e o modelo de cooperação idealizado pelo MST para os assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba e, considerando também:

- a) Que o MST vê na coletivização a forma de sobrevivência dos assentamentos;
- b) Que a trajetória histórico-cultural camponesa no Brasil, e no Nordeste, é rica em formas de cooperação simples como o mutirão e a troca de dias de trabalho;
- c) Que o processo de cooperação proposto pelo MST tem como referencial para classificar um assentamento como praticante do coletivismo sua adesão à forma cooperativista²⁶.

Entendemos, então, que a proposta de cooperação deste movimento social da forma como está sendo posta em execução, tenderá a obter como resultado, a aniquilação das formas de cooperação simples engendradas por estes sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que estará também aniquilando as possibilidades de implementação de seu modelo coletivista.

Assim sendo, compreendemos que a condição camponesa destes sujeitos sociais, ao contrário do que é correntemente apregoado, se constitui em condição favorável à sua participação em processos de coletivização, sendo isso verificado por suas trajetórias histórico-culturais de vivência com práticas – mesmo simples – de cooperação.

Para uma melhor compreensão dos leitores desta dissertação acerca da forma de organização de base cooperativista, visto que ao longo deste trabalho estaremos nos referindo a esta forma de organização jurídica dentro das discussões sobre a cooperação agrícola no MST, apresentamos, no box 01 a seguir, uma sucinta contextualização histórica sobre a origem e desenvolvimento do cooperativismo.

²⁵ Exceção feita para o caso *chayanoviano*.

²⁶ Tema discutido no Capítulo II.

BOX 01:**Origem e desenvolvimento do cooperativismo**

O movimento cooperativista teve sua origem na Inglaterra, em 1844, como alternativa dos trabalhadores frente ao capitalismo que os submetia a preços abusivos, exploração da jornada de trabalho e desemprego advindo da revolução industrial da época.

No Brasil, surgiu em 1847, no Paraná, com a fundação da colônia Tereza Cristina, porém com existência efêmera, ressurgindo em 1861, em São Paulo, com uma cooperativa de consumo criada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários.

Em 1969 o setor cooperativista brasileiro passou a ser representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que em 1974, é impulsionada pela regulamentação da contribuição das cooperativas e pela formalização de convênio com o INCRA. Esta entidade, de orientação capitalista, se constituiu oficialmente na única representação do cooperativismo no país, englobando inúmeras cooperativas, desde os grandes conglomerados agropecuários até cooperativas “de trabalho” como a cooperativa médica UNIMED. Este monopólio só foi quebrado em 1988 com a promulgação da atual Constituição Federal do Brasil.

No Nordeste, o cooperativismo foi implantado a partir da vontade política de grupos econômicos e oligárquicos, tendo o Estado como seu principal – senão o único – fomentador, por meio de políticas públicas de incentivos fiscais e de créditos.

Na Paraíba, o desenvolvimento do cooperativismo rural sempre se deu entre oligarquias fundiárias e usineiros e foi incentivado e promovido pelo Estado, por meio da SUDENE e do INCRA. É o caso da cana-de-açúcar na Várzea e do algodão no Sertão. A criação de cooperativas foi a saída encontrada para um “novo” arranjo que garantisse a manutenção da classe dominante. Uma crise no setor têxtil do país provocou, no Sertão, a falência de inúmeras indústrias, fazendo surgir diversas cooperativas para enfrentar esta crise. Na Várzea, relatos orais dos camponeses dão conta da criação de cooperativas por fazendas canavieiras utilizando os trabalhadores como sócios.

Assim, acreditamos que é no respeito às diferenças e em um processo permanente de diálogo, ou seja, é a partir das experiências histórico-culturais dos sujeitos sociais que serão engendrados processos onde haja a conciliação entre coletivismo e individualismo.

Deste modo, passaremos a analisar, no capítulo seguinte, o processo de cooperação e cooperativismo em assentamentos ligados ao MST para embasar a discussão aqui pretendida.

CAPÍTULO II

COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS LIGADOS AO MST²⁷



Este capítulo é dedicado à análise da construção teórica e prática do modelo de cooperação em assentamentos ligados ao MST, de modo que aqui estaremos abordando o processo de cooperação e sua forma cooperativista, a mais disseminada e utilizada por este movimento social para implantação deste modelo nos assentamentos.

Dentro dos propósitos da presente análise, estruturamos este capítulo em seis tópicos.

No primeiro tópico, apresentaremos a luta pela terra, desde as lutas messiânicas até o MST, aqui entendido como a atualidade desta luta.

No segundo, abordaremos o cooperativismo como perspectiva de desenvolvimento para os assentamentos de reforma agrária, com enfoque na proposta de cooperação e de cooperativismo do MST.

O terceiro tópico trata da consideração às formas simples e espontâneas de cooperação praticadas pelos camponeses assentados, enquanto possibilidade para o desenvolvimento da proposta de cooperação e de cooperativismo do MST. Também se discute, neste tópico, a consideração a estas formas simples enquanto manutenção e continuidade das trajetórias sócio-histórico-culturais camponesas.

No quarto tópico, apresentamos uma abordagem de como a proposta de cooperação do MST efetivamente está sendo desenvolvida nos assentamento sob sua hegemonia.

O quinto tópico aborda a análise sobre as experiências e práticas de cooperação idealizadas e implementadas pelo MST nos assentamentos ligados a este movimento social.

O sexto tópico discute os conflitos surgidos na implementação de propostas de cooperação e cooperativismo em assentamentos rurais, com base na “Teoria dos Conflitos Sociais”, elaborada por Georg Simmel²⁸.

²⁷ Uma versão deste texto foi apresentada no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado na UFRJ, no Rio de Janeiro, entre os dias 11 e 14/09/07, com a colaboração do Prof. Dr. Edgard Malagodi, a quem agradecemos a inestimável colaboração e parceria.

²⁸ Alemão. Doutor em filosofia pela Universidade de Berlim em 1881. Exerce grande influência no campo das idéias sociológicas. Para este autor, a Sociologia é um permanente vir-a-ser porque a sociedade é algo que está permanentemente acontecendo.

1. A luta pela terra e o MST

A luta pela terra é recorrente no Brasil ao longo dos séculos, demonstrando a manutenção de uma questão camponesa ainda não resolvida. Uma demanda permanente de um segmento da sociedade pelo direito de utilizar sua força de trabalho apenas para si, sem a necessidade de vendê-la como única saída à sua sobrevivência.

Assim, ao longo do tempo, desde o Brasil Colônia, vimos assistindo a diversas lutas protagonizadas pelos camponeses organizados em diversos movimentos sociais buscando abertura de espaços de garantia à continuidade de sua existência.

Desta maneira, desde a sociedade escravocrata, tanto os homens e mulheres livres mas sem acesso à terra, quanto os escravos e escravas, já vinham constituindo as bases de uma economia baseada na organização de unidades camponesas fundadas no núcleo familiar, tendo como princípio fundamental a garantia da satisfação de suas necessidades e existência enquanto segmento social.

Os movimentos messiânicos de Canudos²⁹ (BA) e do Contestado³⁰ (SC), na República Velha³¹, são importantes momentos mais recentes, da constante presença do anseio de liberdade deste povo camponês. Ainda mais recentemente, as lutas espontâneas e localizadas como a dos posseiros da rodovia Rio-Bahia³², Trombas e Formoso³³, dentre outras, marcaram o período de transição do Brasil, de um país agro-exportador para uma nação industrial emergente³⁴.

Nas décadas de 1950/60, surgiram movimentos importantes, como as Ligas Camponesas no Nordeste, e a ULTAB³⁵ e o Master³⁶ no Rio Grande do Sul. Todas estas lutas

²⁹ Resistência camponesa ocorrida no sertão baiano entre os anos de 1893 e 1897, liderada pelo beato Antônio Conselheiro. O povoado de Canudos chegou a reunir e organizar 25 mil pessoas. Cercado pelo Exército, resistiu durante cinco anos a várias ofensivas militares, mas não se rendeu.

³⁰ Movimento de resistência camponesa à doação de suas terras para uma empresa inglesa como pagamento pela construção de uma ferrovia. Ocorreu entre os anos de 1912 e 1916, ao longo do rio do Peixe, entre Santa Catarina e Paraná.

³¹ Golpe liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca que, no dia 15 de novembro de 1889, instaurou a república no Brasil, marcando o fim de 67 anos de Monarquia em nosso país.

³² Resistência camponesa que ficou assim conhecida depois que os posseiros que moravam na região de Governador Valadares – MG começaram a ser expulsos de suas terras por fazendeiros após o anúncio de que ali seria construída a rodovia federal Rio-Bahia, o que veio a acontecer, de fato, em 1957.

³³ Resistência camponesa ocorrida no interior de Goiás entre as décadas de 1950 e 1960.

³⁴ Atual nomenclatura para classificação dos países terceiro-mundistas.

³⁵ União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Associações formadas por camponeses e assalariados rurais. Funcionaram entre os anos de 1954/2. Com o direito à sindicalização, todas elas se transformaram em sindicatos.

³⁶ Movimento dos Agricultores Sem Terra fundado no Rio Grande do Sul em 1958 para pressionar o governo estadual a realizar assentamentos rurais. Funcionou até o ano de 1964.

sociais com propósito de pressionar pela solução da questão social da terra foram fortemente reprimidas pelos aparelhos policial e militar do Estado.

No período histórico mais recente, marcado pelo fracasso do regime militar, essa luta ressurge, a partir de meados da década de 1970, no Sul do país, ainda sem uma base organizacional clara. Os trabalhadores apenas se juntavam para pressionar o governo a democratizar o acesso à terra, em meio às dificuldades destas famílias rurais em continuar no campo. Neste momento histórico surgiu também, como tática inovadora da luta pela terra, a ocupação e o acampamento em propriedades consideradas improdutivas, adotados principalmente a partir da década de 1980.

Neste sentido, entre os estudiosos do rural brasileiro, Abramovay (1985, p. 55), por exemplo, afirma:

“Uma das mais importantes conseqüências do desencadeamento do processo de Reforma Agrária é a aparição de novas formas de luta e resistência por parte dos trabalhadores rurais. Neste sentido, as dezenas de acampamentos à beira de estradas que têm surgido nos últimos anos [...] representam formas inéditas de manifestação dos movimentos sociais de luta pela terra” (ABRAMOVAY, 1985, p. 55).

Outra estudiosa do rural brasileiro, Sigaud (2000, p. 89) ao falar sobre a forma inovadora introduzida pelo acampamento, faz a seguinte constatação:

“[...] o acampamento, embora seja uma forma nova, é uma saída como qualquer outra. Ao buscá-la, os trabalhadores têm contribuído para a proliferação dos acampamentos e, assim, para o que tem sido interpretado como luta pela reforma agrária.”

Seja na interpretação de Abramovay, que vê o acampamento como uma forma inédita de manifestação dos movimentos sociais pela realização da Reforma Agrária, seja na interpretação de Sigaud, que vê o acampamento como uma ação a princípio voltada para a solução do desemprego por parte dos trabalhadores, o fato é que esta luta foi se avolumando e adquirindo expressão até que, em janeiro de 1984, os trabalhadores realizaram o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, no Estado do Paraná, com a participação de delegados representando 12 Estados da Federação. Nascia, ali, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um movimento social camponês de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Com a redemocratização política do país, a partir da constituição de 1988, o MST intensifica sua atuação, passando a ocupar propriedades improdutivas em diversos estados do país, dando origem a centenas de assentamentos rurais, motivando o Estado brasileiro a retomar o processo de desapropriação e de legalização destas áreas ocupadas, por meio da criação de assentamentos de Reforma Agrária. Porém, este processo se desenvolve de forma reticente e vagarosa, para se evitar confrontos com a classe latifundiária.

As ocupações de terras continuaram crescendo à margem da sociedade até que, na década de 1990, diversos episódios de violência no meio rural, a exemplo do massacre de Corumbiara (RO), na madrugada do dia 09 de agosto de 1995, onde diversos posseiros foram assassinados, não havendo, até hoje, um número exato de mortos por ainda haver pessoas desaparecidas cujos corpos nunca foram localizados, e de Eldorado do Carajás (PA), em 17 de abril de 1996, onde 19 camponeses foram assassinados pela polícia militar e dezenas de outros ficaram feridos. Estes episódios de violência contra camponeses no Brasil alcançaram as manchetes dos jornais e dos noticiários de TV, repercutindo nacional e internacionalmente, contribuindo para que esta luta migrasse da margem para o interior da sociedade, provocando reações em favor da realização da Reforma Agrária no Brasil, obrigando o governo da época (Governo FHC) a aumentar o ritmo de desapropriação de terras.

Sem adentrarmos na avaliação da extensão e da qualidade desta ação do Estado brasileiro sobre a Reforma Agrária, identifica-se, neste período, o surgimento de um significativo número de assentamentos, no entanto, cabe registrar também, com base em dados estatísticos de órgãos oficiais, a exemplo do IBGE, e dos movimentos sociais do campo, a exemplo do próprio MST e da CPT³⁷, amplamente divulgados à época, que neste mesmo período mais de 400 mil pequenos agricultores perderam suas terras.

Assim, chegamos à primeira década do século XXI com algumas dezenas de milhares de assentamentos com graus diferenciados de dificuldades, principalmente decorrentes da qualidade dos recursos naturais³⁸ que lhes foram repassados.

Desta maneira, o debate atualmente instalado na sociedade gira em torno da viabilidade econômica e social destas áreas reformadas. Este debate ao que parece sem levar em consideração que a Reforma Agrária não é só distribuição de terras e acesso a linhas de crédito eventuais. Assim, surge um questionamento sobre o êxito ou fracasso dos assentamentos. Entende-se que o estudo das práticas cooperativas e solidárias, e do próprio

³⁷ Comissão Pastoral da Terra. É um organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tem como referência doutrinária a Teologia da Libertação, uma corrente pastoral das Igrejas Cristãs, que desenvolve uma prática voltada para a realidade social.

³⁸ Terra, recursos hídricos, recursos florestais, etc.

cooperativismo é também uma forma de acessar este debate. E, assim sendo, no tópico seguinte, a partir das exposições, estaremos exercitando este debate.

2. O cooperativismo como perspectiva de desenvolvimento para os assentamentos

O conhecimento, a interpretação e o entendimento do desenvolvimento das lutas camponesas ao longo da história em nosso país e na região Nordeste, especialmente na Paraíba, são tidos por nós como essenciais para uma melhor compreensão e análise das formas de cooperação desenvolvidas e praticadas pelos camponeses ao longo do tempo, contribuindo para uma melhor apreensão analítica em seu estágio atual de desenvolvimento, sendo ainda um elemento a considerar no exercício de resposta ao questionamento proposto à exame no encerramento do tópico anterior.

Neste sentido, em relação aos assentamentos e sua consolidação, vários espaços de debate têm sido criados e muitas discussões já foram realizadas, resultando em um grande número de propostas, dentre elas, uma tão recorrente quanto a própria luta camponesa no Brasil: a proposta de criação de cooperativas para organizar a produção agropecuária e a comercialização nestas áreas reformadas.

Deste modo, esta forma de organização ressurge com muita ênfase, como se ela, apenas por si, representasse solução para todos os problemas.

Nesta direção, Rios (1987, p. 7) afirma:

“ ‘Cooperativismo’ é uma dessas palavras mágicas – à semelhança do termo ‘democracia’ – que ‘servem para tudo’, como uma chave-mestra que abre todas as portas. Palavra mágica, porque palavra-panacéia, remédio para todos os males, solução para múltiplos problemas.”

As afirmações do autor se aplicam ao contexto de influência do MST, pois este movimento social prega a organização da produção em bases cooperativistas como solução à sobrevivência e viabilização econômico-social dos assentamentos, levando em conta apenas o fato da constituição legal destas estruturas técnico-burocráticas, sem a devida preocupação se elas, efetivamente, estão dando as respostas necessárias às famílias envolvidas.

Esse cooperativismo, instituído apenas como estrutura técnico-burocrática, nos leva a interpretar esta proposta mais como ferramenta de enquadramento político-ideológico dos assentamentos, do que como estratégia organizacional com potencial de contribuição para superação dos problemas econômico-estruturais enfrentados pelas famílias assentadas.

Deste modo, pelo exposto até aqui, compreendemos que se apenas o ato burocrático de formalização de cooperativas for levado a cabo como opção político-ideológica, sem a devida consideração a aspectos objetivos e subjetivos, a exemplo da consideração às práticas de cooperação historicamente vivenciadas pelos camponeses, como afirma Carvalho³⁹ (1999), para conversão dos camponeses assentados em praticantes do coletivismo⁴⁰, e das áreas de assentamento como territórios declarados praticantes do cooperativismo, poderá estar sendo desperdiçada uma oportunidade de continuidade de desenvolvimento de práticas coletivas historicamente vivenciadas, ao mesmo tempo em que se tenderá à criação de resistências ao cooperativismo, mesmo ele sendo considerado e apregoado com potencial de resposta econômico-social para estas comunidades.

As reflexões trazidas no parágrafo anterior decorrem do fato de que o modelo cooperativista defendido pelo MST preserva os princípios doutrinários⁴¹ elaborados na gênese desta proposta em 1843, com forte conotação na transformação da sociedade de base capitalista, ou seja, este modelo se constitui, ao mesmo tempo, em estratégia de sobrevivência e em projeto político, com ênfase na promoção e desenvolvimento social dos trabalhadores.

O cooperativismo proposto hoje pelo MST para os assentamentos também prega a contraposição ao capitalismo e, portanto, apresenta conotação político-ideológica, sob o argumento de que os camponeses ainda continuam submetidos a condições de exploração e sem acesso à formação moral e intelectual. No entanto, deve-se considerar que a criação de cooperativas baseadas em princípios doutrinários semelhantes aos que havia no *Rochdale Society of Equitable Pioneers* suscita questionamentos.

Um dos questionamentos diz respeito ao fato de que nos assentamentos se observam condições diferenciadas, tanto objetivas quanto subjetivas, determinando posicionamentos dos camponeses a favor e contra esta proposta. Outro questionamento é o de que esta proposta, em muitos casos, tem mostrado distanciamento e até desconhecimento em relação aos hábitos e costumes destes atores sociais, e ao que tudo tem indicado este distanciamento se dá principalmente ao seu caráter de projeto político.

Isto é verificado ao se analisar as opções dos assentamentos em relação à escolha da forma de sua representação formal mostradas pela tabela 01 a seguir:

³⁹ Cf CARVALHO (1999, p. 30).

⁴⁰ Reconhecemos que este conceito é impregnado de implicações teóricas e político-ideológicas as mais controversas a exemplo de sua vinculação com o coletivismo de bases leninistas, ou coletivismo totalitário adotado na antiga União Soviética. No entanto, sua utilização nesta dissertação está restrito apenas e tão-somente para nos referirmos a práticas coletivas e a cooperação, não cabendo qualquer outra interpretação ou vinculação.

⁴¹ Trata-se de um conjunto de princípios que definem a estrutura e do funcionamento do modelo cooperativista, inspirados nos estatutos da *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*, fundada em Rochdale, um distrito de Lancashire, na Inglaterra. Suas normas são, em parte, seguidas até hoje pelas cooperativas do mundo inteiro.

TABELA 01: Assentamentos ligados ao MST na Paraíba, com nº de famílias, município de situação e representação jurídica.

Nº	ASSENTAMENTO	Nº DE FAM.	MUNICÍPIO	REPRESENTAÇÃO JURÍDICA
01	Nova Vida	132	Pitimbu	Cooperativa
02	1º de Março	34	Pitimbu	Associação
03	Teixeirinha	34	Pitimbu	Associação
04	Zumbi dos Palmares	94	Marí	Associação
05	Tiradentes	160	Marí	Cooperativa e Associação
06	Paulo Freire	17	Araçagi	Associação
07	Chico Mendes	120	Riachão do Poço	Cooperativa e Associação
08	Antônio Conselheiro	120	São Miguel de Taipú	Associação
09	Massangana I	132	Cruz do Espírito Santo	Associação
10	Massangana II	152	Cruz do Espírito Santo	Associação
11	Massangana III	132	Cruz do Espírito Santo	Associação
12	Canudos	113	Cruz do Espírito Santo	Associação
13	Pedro Henrique	25	Solânea	Associação
14	Florestan Fernandes	41	Pilões	Associação
15	Irmã Dorothy	20	Algodão de Jandaíra	Associação
16	Gruta Funda	45	Algodão de Jandaíra	Associação
17	Rosa Luxemburgo	18	Algodão de Jandaíra	Associação
18	Oziel Pereira	52	Remígio	Cooperativa
19	Corredor	40	Remígio	Associação
20	Riacho da Cruz	150	Barra de Santa Rosa	Associação
21	Novo Riacho da Cruz	51	Barra de Santa Rosa	Associação
22	Quandu	60	Barra de Santa Rosa	Associação
23	Dorcelina Folador	27	Cubatí	Associação
24	José Antonio Eufrozino	100	Campina Grande	Associação
25	Mandacaru	120	Sumé	Associação
26	Beira Rio	29	Camalaú	Cooperativa
27	Eldorado dos Carajás	16	Camalaú	Associação
28	Dos Dez	80	São Seb. do Umbuzeiro	Associação
29	Asa Branca	33	Coxixola	Associação
30	Boa Vista I	33	Coxixola	Associação
31	Pinheiros	20	Coxixola	Associação
32	Serrote Agudo	86	Sumé	Associação
33	Padre Acácio	18	Malta	Associação
34	Padre Luciano	29	Catingueira	Associação
35	São Sebastião	30	Catingueira	Associação
36	Cachoeira	40	São José de Espinharas	Associação
37	Nova Santana	24	São José de Espinharas	Associação
38	Oziel Alves	25	São José de Espinharas	Associação
39	Maria Paz	40	São José de Espinharas	Associação
40	Tiradentes I	35	São José de Espinharas	Associação
41	Patativa do Assaré	60	Patos	Associação
42	Poços de Baixo	45	Teixeira	Associação
43	1º de Maio	20	Maturéia	Associação
44	Margarida Maria Alves	45	Pombal	Associação

FONTE: Secretaria do MST na Paraíba em 21/03/2007 (Com adaptações).

Os dados desta tabela demonstram que a maioria absoluta dos assentamentos (88,64%) fez opção pelo modelo associativista, contrariando a prática político-ideológica pregada pelo MST em defesa da organização dos assentamentos nos moldes cooperativistas.

Na defesa da organização dos assentamentos nos moldes cooperativistas, o MST argumenta ainda que o fato das famílias optarem pela organização de suas representações jurídicas nos moldes do associativismo significa a adesão destas comunidades a uma proposta organizacional com características individualistas.

Estes argumentos evidenciam a carga político-ideológica atribuída pelo MST ao modelo organizacional adotado pelos assentamentos, nos levando à compreensão de que pode estar existindo, de fato, um distanciamento entre os hábitos e costumes destes atores sociais e os objetivos deste movimento social no tocante à forma de organização destas comunidades.

Neste sentido, Schneider (1981, p. 12-13) nos chama atenção para o fato de que:

“[...] são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do Cooperativismo e não a existência e divulgação de um conjunto de princípios normativos consubstanciados na doutrina cooperativista.”

De acordo com o autor, a intenção não é contestar o princípio aglutinador contido na proposta cooperativista. Já, para nós, estas afirmações mostram nitidamente a necessidade de que também sejam considerados os interesses dos grupos sociais para os quais esta proposta organizacional se destina.

Na mesma direção das afirmações de Schneider, Levi⁴² apud Eid (2000, p. 16) também ressalta que:

“[...] Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neo-liberal. Isso implica ir além da doutrina convencional sobre cooperativismo e de recorrer à variedade de formas sociais, culturais e que a comunidade espera que sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais.”

Desta maneira, nem a existência e a divulgação dos princípios que norteiam a proposta cooperativista, nem o potencial de resistência à investida neoliberal que a proposta cooperativista pode conter, estão sendo considerados pelos camponeses, no tocante às escolhas relacionadas às formas de organização coletiva.

⁴² LEVI, Yair. Globalization and the 'cooperative difference'. In: **X World Congress of Rural Sociology**. São Paulo, Brasil, 2000.

A opção dos camponeses pela constituição de suas representações jurídicas em moldes associativistas e não em moldes cooperativistas tem sido interpretada por muitos analistas como o fracasso da proposta coletivista do MST. No entanto, para nós, não cabe interpretar se estes resultados demonstram um êxito ou fracasso da proposta idealizada por este movimento social, nossa interpretação se dá na direção da existência de uma inconsistência metodológica em relação ao formato adotado para classificação dos assentamentos entre praticantes e não-praticantes da cooperação de base cooperativista.

Julgamos ser pertinente examinar a forma burocrática e o critério meramente institucionalista utilizado na implantação de cooperativas como se isso, por si, significasse a adesão à cooperação. Compreendemos que este processo demonstra estar marcado, primeiro por um desconhecimento ou desconsideração às práticas historicamente presentes entre estes sujeitos sociais e, segundo, por ser a criação de cooperativas muito mais uma ação externa, determinada de fora para dentro dos assentamentos.

As práticas de cooperação fazem parte da realidade das famílias nos assentamentos, independentemente da existência de cooperativas legalmente constituídas, é o caso do assentamento objeto desta pesquisa, onde existem duas formas de representação jurídica, uma cooperativa e uma associação, no entanto, as práticas de cooperação simples fazem parte da organização do trabalho entre famílias ligadas à associação e são praticamente ausentes entre as famílias ligadas à cooperativa⁴³.

Desta maneira, o conhecimento tradicional dos camponeses agora assentados é desconsiderado e, na maioria das vezes, até ignorado, lhes sendo atribuído apenas e tão-somente o papel de aceitação de um conjunto de regras cuja gramática eles desconhecem.

Assim sendo, nos surge um questionamento: Estas novas comunidades se constituem em começo? Em recomeço? Ou elas são espaços para continuidade das práticas espontâneas de cooperação próprias destes sujeitos sociais embebidos de tradição?

Desta maneira, passaremos à discussão das formas simples e espontâneas de cooperação, como exercício de resposta a este questionamento.

3. As formas espontâneas de cooperação

Quando se observa atentamente os processos sociais existentes nas comunidades camponesas percebe-se que estes estão permeados por experiências de trabalho coletivo e de

⁴³ Não iremos nos deter no detalhamento desta discussão neste momento, pois ela será retomada no Capítulo IV, onde faremos a análise dos resultados da pesquisa.

cooperação que aparecem em diversos momentos da sua vida produtiva e cotidiana. É importante lembrar que neste tipo de agricultura, a produção e o consumo se cruzam e se misturam.

De fato, na preparação da terra para o plantio, nos tratos culturais e na colheita das lavouras, no próprio consumo e na comercialização dos produtos é comum a utilização de formas simples de cooperação, principalmente o *mutirão*, a *ajuda mútua* e as *trocas de dias de trabalho*, porque estas práticas fazem parte das estratégias de sobrevivência e de diminuição do dispêndio de energia física nas árduas tarefas do trabalho na agricultura camponesa. E em se tratando da região Nordeste, como é o caso aqui estudado, elas também se convertem em estratégia de convivência com a semi-aridez própria desta região do Brasil.

Pode-se, portanto, afirmar que os camponeses estão em um processo permanente de manutenção, criação e adaptação de formas simples e espontâneas de cooperação, e mais do que isto, estas formas estão institucionalizadas por princípios e preceitos estabelecidos culturalmente ao longo de seu desenvolvimento histórico. Elas estão também em permanente processo de avaliação quanto aos seus resultados, caso contrário não estariam neste movimento contínuo.

Com efeito, não há a escritura de uma gramática social nova, a partir do enquadramento desses camponeses na categoria de *assentados*, o que nos leva a conceber os assentamentos como territórios onde está sendo exercida a continuidade de suas trajetórias *camponesas*, influenciando, por consequência, suas decisões e comportamentos face ao novo contexto denominado *assentamento*.

A isso, Fernandes conceitua como territorialização, afirmando que este conceito coloca o MST numa posição de diferenciação em relação a outros movimentos sociais que restringem sua atuação apenas à conquista da terra. A estes, o autor chama de movimentos localizados, por contemplarem em seus objetivos apenas a conquista da terra.

“[...] a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. É o que acontece com a maior parte dos movimentos que lutam pela terra. A estes chamamos de movimentos localizados, porque começam a luta pela terra e param a luta na conquista da terra. [...]. Os sem-terra ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista [...].” (FERNANDES, 1998, p. 33)

Neste processo de territorialização o MST busca converter os assentamentos ao seu modelo de cooperação, muitas vezes, em detrimento de práticas culturais consolidadas, como

é o caso das formas simples e espontâneas de cooperação vivenciadas por estes sujeitos sociais ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Neste sentido, as trajetórias culturais das famílias entrevistadas para esta Dissertação demonstram que de fato os assentamentos se constituem em territórios de exercício de continuidade destas trajetórias, uma vez que todos os entrevistados declararam ter a agricultura como seu meio de trabalho e sobrevivência principal e que suas vivências com as práticas simples de cooperação antecedem seu envolvimento com a Reforma Agrária, sendo o mutirão e a troca de dias de trabalho, as mais comuns.

Estas formas simples de cooperação são tratadas pelos estudiosos das Ciências Sociais sob duas conceituações: *ação* e *prática* coletiva. Assim sendo, antes de adentrarmos nas reflexões propostas, julgamos necessário estabelecer distinção entre estes dois conceitos, por entendermos que eles se referem a significados distintos, podendo suscitar interpretações ambíguas dentro dos propósitos aqui pretendidos⁴⁴.

Por *ação*, entendemos as atividades exercidas com delimitação espaço-temporal, não se consolidando no médio e longo prazo, ou seja, não adquirindo consistência ou caráter de permanência e, portanto, não se transmitindo nem se consolidando como atividade culturalmente instituída.

Por *prática*, entendemos as atividades realizadas de maneira estabelecida e continuada, como hábito consolidado e naturalizado, estando culturalmente instituída e transmitida. Assim sendo, fazemos saber aos leitores desta dissertação, que os conceitos de *práticas coletivas* e de *formas simples de cooperação* são aqui utilizados para nos referirmos às atividades culturalmente instituídas e transmitidas, como hábitos consolidados e naturalizados entre os camponeses, a exemplo dos mutirões e das trocas de dias de trabalho.

Como aqui buscamos discutir atividades exercidas com regularidade na realização das atividades agrícolas e que estejam naturalizadas através do hábito, na rotina dos sujeitos sociais, a exemplo dos mutirões e das trocas de dias de trabalho, optamos pela utilização do conceito de *práticas coletivas*, por estar mais bem adequado aos objetivos da presente dissertação.

As práticas coletivas, nos moldes caracterizados acima, estão em conformidade com a realidade empírica identificada por esta pesquisa, pois foi verificada a realização destas

⁴⁴ O conceito de *prática* não está sendo aqui utilizado em referência a classes sociais, nem ao contexto de atividade ou ação política. Muito menos o conceito de *ação* é utilizado aqui na perspectiva da ação individual, nem de avaliação ou escolha racional. Mesmo reconhecendo que esta é uma das grandes discussões nas Ciências Sociais e na Sociologia em especial, a distinção entre estes dois conceitos trazida aqui objetiva distinguir o nosso entendimento acerca de prática e de ação, estritamente nos limites da discussão proposta nesta dissertação.

atividades de maneira permanente e continuada, ou seja, elas já estão incorporadas aos hábitos culturais, tanto das famílias entrevistadas, quanto de outras famílias do assentamento objeto da presente dissertação.

Estas práticas fazem parte da organização do trabalho no assentamento principalmente durante os períodos de preparação do terreno para o plantio, nos tratos culturais das lavouras e da colheita dos produtos. Os grupos praticantes são formados por famílias com grau de parentesco, geralmente pelo pai e seus filhos e estas práticas coletivas já faziam parte do cotidiano destas famílias antes mesmo do envolvimento delas com a Reforma Agrária.

Esta forma de organização do trabalho atua como um meio de solucionar os mais diversos problemas, a exemplo de falta de tratores e implementos agrícolas e a falta de dinheiro para pagamento de mão-de-obra eventual, necessária em alguns momentos onde o trabalho é mais intenso. Elas também possibilitam aos representantes legais das entidades jurídicas do assentamento, principalmente os ocupantes dos cargos de presidente e tesoureiro, o exercício destas atividades sem prejuízo de suas atividades na agricultura, uma vez que estes são obrigados, por força das atribuições de seus cargos, a se ausentarem frequentemente do assentamento para resolver problemas da comunidade.

Outrossim, como estas atividades requerem a arregimentação de um quantitativo expressivo de mão-de-obra para a realização das tarefas, possibilitam ainda a criação de espaços de sociabilidade e socialização entre as famílias.

Estas constatações também foram feitas em uma pesquisa anterior⁴⁵ que realizamos no mesmo assentamento, sobre a qual já nos referimos no Capítulo I desta Dissertação, em cujo texto afirmo que estas formas simples de cooperação:

“[...] surgem **espontaneamente**, a partir das necessidades objetivas de solução dos problemas concretos e imediatos, a exemplo das capinas dos roçados, onde os trabalhadores por necessitarem de força de trabalho superior a disponível na unidade familiar e não dispor de recursos financeiros que lhes possibilite pagar por esta força de trabalho, lançam mão da permuta entre outros que se encontram na mesma situação.” (LACERDA, 2001, p. 27; sem grifo no original)

Do surgimento espontâneo, como coloquei acima, para superação das dificuldades momentâneas, estas práticas foram, pouco a pouco, se incorporando à dinâmica camponesa e se convertendo em regularidade para a solução dos problemas econômicos e estruturais.

⁴⁵ Cf Nota de Rodapé nº 17, p. 27.

Entre as mais conhecidas e utilizadas está o mutirão, já conceituado e discutido no capítulo anterior. Outra forma muito comum de prática coletiva entre os camponeses é a *troca de dias de trabalho*. Esta consiste na disponibilização da força de trabalho de um camponês para com outro, na realização de uma atividade que requer a utilização de mão-de-obra além da que dispõe o solicitante que por sua vez assume o compromisso moral de retribuição do dia ou os dias trabalhados, quando for necessário.

O *trabalho em compadrio* também é uma forma de prática de trabalho coletivo, porém, realizada apenas entre camponeses com vínculo de parentesco entre si, estabelecido por meio do batismo de seus filhos. Neste caso, é semelhante à troca de dias de trabalho, diferenciando-se pelo fato de que o trabalho é realizado na medida em que um dos compadres (ou das comadres) sente a necessidade e convoca o outro (ou a outra) para cooperar, não existindo uma quantidade certa de dias a serem trabalhados, nem o compromisso moral da retribuição, como no caso da troca de dias de trabalho, a retribuição ocorre apenas quando aquele que havia prestado a ajuda necessitar desta retribuição.

A estas práticas Candido (1982, p. 192) dá o nome de “formas desinteressadas”.

Assim, se estas formas de cooperação estão incorporadas à dinâmica camponesa e os assentamentos são constituídos predominantemente por camponeses, como já defendemos aqui, podemos afirmar que não existe assentamento sem cooperação, pelas razões e motivos também já expostos.

Destarte, seja de um ponto de vista que priorize o trabalho coletivo como elemento de construção de uma nova sociabilidade, seja no intuito de reconhecer os processos que se desenvolvem nos assentamentos, é preciso avaliar o significado e o alcance destas práticas espontâneas como contributivas para o desenvolvimento das famílias e das comunidades.

Por isso, julgamos ser necessário trabalhar (pesquisando e avaliando) os níveis de cooperação – dos simples para os complexos –, seus efeitos para a formação de uma base material para a produção (acumulação originária ou primitiva), bem como seu potencial de apoio ao desenvolvimento econômico-estrutural e organizacional dos assentamentos rurais.

Sendo assim, passaremos a analisar no tópico seguinte, de que maneira tem ocorrido o desenvolvimento da cooperação em assentamentos rurais ligados ao MST.

4. A cooperação em assentamentos ligados ao MST

No início da década de noventa do século passado, o MST pensava a cooperação agrícola como sendo: “[...] o jeito de juntar os vários dias de serviço dos agricultores que

trabalham sozinhos para poder, com isso, conseguir acumular dias de serviço que sobram de cada um e aplicar este capital” (MST, 1991, p. 136).

Esta visão exprime a preocupação e o objetivo perseguido naquele momento, onde os camponeses ainda não tinham nenhuma dimensão do processo de modernização pelo qual já passava a agricultura brasileira e o seu referencial de agricultura ainda era, segundo o MST, idealizado na conquista da terra e no trabalho em seus lotes, sendo suficiente apenas à força de trabalho sua e de sua família.

Desta maneira, ainda de acordo com o MST, não era possível realizar discussões mais aprofundadas sobre a organização da produção, pois os camponeses acreditavam que apenas a conquista da terra lhes proporcionaria um desenvolvimento econômico e social satisfatório. A isso o MST chama de “visão romântica da produção”⁴⁶.

Assim sendo, o debate era pautado apenas na organização do trabalho visando otimizar a utilização da mão-de-obra disponível nos assentamentos, como bem mostrou a concepção teórica do Movimento sobre a cooperação agrícola exposta há pouco.

Esta constatação serviu de base para que o MST debatesse teoricamente o papel da cooperação agrícola para os assentamentos sob o argumento de que “[...] ocupar e distribuir terras simplesmente não resolvia o problema.” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 96). Entretanto, um dos principais objetivos propostos para este debate foi a preocupação deste movimento social em se consolidar enquanto tal, conforme afirmações dos autores: “[...] a grande preocupação, em termos gerais do movimento, era de se consolidar como movimento social [...]” (id., ibidem)

Assim, com base na acumulação de conhecimentos resultante deste processo de debates teóricos e na expansão do número de assentamentos, tendo como objetivo central sua consolidação como movimento social, o MST delineou e construiu seu próprio modelo de cooperação, tendo como referência a institucionalização do cooperativismo, determinando, por meio de suas instâncias nacionais de decisão política, que estas orientações fossem adotadas e seguidas por todos os estados da federação onde este movimento social estivesse organizado.

Este modelo era orientado para a criação de cooperativas em suas diversas modalidades, como as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS), Cooperativas de Crédito (CC), dentre outras. Porém, o

⁴⁶ Cf STÉDILE e FERNANDES (1999, p. 95)

desenvolvimento destas entidades ficou restrito às regiões Sul e Sudeste, especificamente os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Nestes Estados foram constituídas diversas cooperativas, principalmente as do tipo CPA, por meio das quais foram adquiridas diversas unidades agroindustriais de médio e grande porte financiadas com recursos do já extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), através da modalidade de crédito cooperativo⁴⁷.

Estas unidades agroindustriais atuam no ramo de beneficiamento e processamento de leite, frango, frutas, produção de sementes agro-ecológicas, produção de doces, além de outras formas de agroindustrialização. Também há algumas cooperativas de crédito atuando com financiamento de crédito agrícola tanto para famílias assentadas como para famílias camponesas não assentadas.

Estas unidades agroindustriais são obrigadas, em alguns períodos a adquirir matéria-prima de agricultores não assentados e a atuar na terceirização de produtos, através de contratos com grandes indústrias, para que seus equipamentos não sejam subutilizados, pois a produção agrícola oriunda dos assentamentos é insuficiente para suprir sua demanda, é o caso de algumas destas unidades agroindustriais instaladas nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A administração destas unidades é feita por um conjunto de profissionais tecnicamente qualificados em diversas áreas como administração, contabilidade, agronomia, veterinária, química industrial, técnicos em agroindústrias, dentre outros. Entre estes profissionais, existem vários filhos de famílias assentadas e acampadas de todas as regiões do país, inclusive do Nordeste, formados em administração de cooperativas pelo único curso técnico de nível médio desta modalidade existente no Brasil, o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC)⁴⁸.

Esta realidade se manteve restrita aos Estados das regiões Sul e Sudeste, não sendo do nosso conhecimento a implantação de nenhuma unidade agroindustrial de qualquer porte nem com qualquer atuação comercial entre os demais estados do país onde o MST está organizado.

A tabela 02 a seguir, obtida do I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1999, p. 73) ilustra as constatações trazidas no parágrafo anterior.

⁴⁷ Chamado na época de Teto II.

⁴⁸ Este curso é ministrado pela Escola Técnica Josué de Castro, mantida pelo Instituto Técnico de Capacitação e pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), sediado no município de Veranópolis-RS.

TABELA 02: Participação dos beneficiários em organizações, por região – 1996

REGIÃO	PORCENTAGEM DE BENEFICIÁRIOS ENVOLVIDOS COM			
	IGREJA	COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO	SINDICATO
Centro-Oeste	59,95	9,12	68,74	31,59
Nordeste	51,41	4,98	58,40	31,98
Norte	52,45	3,48	42,66	18,59
Sudeste	28,83	11,71	41,44	17,48
Sul	72,68	27,32	29,51	29,64
Brasil	53,27	7,66	52,85	27,96

FONTE: I Censo da Reforma Agrária do Brasil – INCRA/CRUB/UnB, 1998, p. 73.

De acordo com os dados da tabela acima, especificamente os constantes em suas colunas 3 e 4, em 1996, havia de fato uma maior incidência do cooperativismo sobre o associativismo na Região Sul em relação às demais regiões do país. Estes dados mostram ainda que a disparidade é mais acentuada entre a região Sul em comparação com as regiões Norte e Nordeste.

Entretanto, as orientações das instâncias de direção política do MST, relacionadas à criação de cooperativas, continuaram a ser seguidas tendo como referencial as experiências da região Sul, sob o argumento de que era necessário garantir a amplitude e unidade nacional deste movimento social, e, portanto, seu modelo de cooperação deveria ser adotado por todos os estados da federação onde este movimento social estivesse organizado.

Neste sentido, Lazzaretti (2003, p. 80), afirma que na Paraíba estas orientações também foram seguidas, obedecendo a tendência adotada pelos demais estados do país:

“Vinculados a uma tendência nacional, vários assentamentos do Estado da Paraíba promoveram sua organização por meio de associações e cooperativas de produção. As características fundamentais dessas agremiações estão prescritas, primeiro na Constituição e na legislação brasileiras sobre sociedades civis e adaptadas às tipologias que o MST tem colocado em prática em todo o País.”

Ainda segundo o autor:

“[...] a idéia de associar-se para resolver problemas da produção, comercialização e ampliação das relações interpessoais nos assentamentos não é enfocada como a principal causa da aglutinação das diversas famílias nas organizações.” (id., ibidem)

De acordo com a perspectiva apontada por Lazzaretti, a aglutinação dos camponeses nestas formas de organização se dá apenas pela imposição burocrática da existência de uma

forma de representação jurídica nos assentamentos para que as famílias tenham acesso às linhas de créditos bancários voltados principalmente para custeio de lavouras temporárias, pois sem estes financiamentos, estas famílias estariam com o seu auto-sustento comprometido, uma vez que são, em geral, totalmente desprovidas de recursos financeiros para custear a produção dos alimentos indispensáveis à sua sobrevivência e de possível ou eventual excedente para comercialização.

Desta maneira, o desenvolvimento heterogêneo desta proposta entre as regiões do país mostrou que esta proposta apresentava dificuldades de implementação e desenvolvimento, levando o MST a reavaliar este modelo de cooperação.

Deste modo, a partir da constatação destas realidades heterogêneas, o MST se viu obrigado a reavaliar seu modelo de cooperação para identificar as causas desta disparidade entre as regiões do país. Uma das conclusões apontou para a necessidade de consideração não apenas às questões objetivas⁴⁹, como vinha acontecendo até então, mas que também era necessário considerar as condições subjetivas⁵⁰ presentes nos assentamentos.

Desta maneira, a partir do ano de 1999, o MST realizou reformulações em sua proposta de cooperação passando a considerar as práticas de cooperação simples como caminho para se chegar às formas complexas, pensando que assim estariam sendo eliminadas as barreiras impostas pelas condições subjetivas camponesas identificadas anteriormente.

Neste sentido, Stédile e Fernandes (1999, p. 100-101) afirmam que:

“[...] as formas [de cooperação] não podem ser rígidas, devem ser variáveis. Podem ser formas mais simples, como um mutirão, em que os vizinhos combinam uma atividade conjunta para todo mundo fazer. Às vezes apenas trocando dias de serviço, sem nenhum pagamento, nenhum ganho material. [...]. Há desde formas mais simples de ajuda mútua, que já fazem parte da tradição camponesa, até formas mais complexas [...]. É quando um assentamento se transforma numa cooperativa agropecuária de produção e instala pequenas agroindústrias. Em resumo, a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento.” (sem grifo no original)

Mesmo reconhecendo a necessidade de se considerar o desenvolvimento da cooperação a partir de níveis, começando dos mais simples para se chegar aos mais complexos, como exposto pelos autores, o MST continuou obtendo resultados heterogêneos

⁴⁹ Na concepção do MST, estas condições objetivas são: “[...] o Nível de acumulação de capital existente, o tipo de produto que é possível produzir, as condições naturais existentes no assentamento.” (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 101)

⁵⁰ Na concepção do MST são: “[...] o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na luta para a conquista da terra.” (id., p. 102)

entre as regiões do país. Possivelmente porque mesmo tendo reconhecido, a partir de 1999, o potencial de desenvolvimento da cooperação a partir das formas simples, persistindo a convicção de que a opção dos assentamentos pela constituição de cooperativas significava a declaração de aceitação de seu modelo de cooperação por estes assentamentos.

Esta convicção vem norteando o MST, ao longo de sua trajetória histórica, através da utilizando um critério empírico para classificar os assentamentos em “coletivistas” e “individualistas”, baseado na escolha das comunidades assentadas pela forma de sua representação jurídica.

Esta classificação funciona da seguinte maneira: quando o assentamento é representado por uma entidade jurídica do tipo “associação”, é classificado de “individualista”, ou seja, não há práticas coletivistas; quando é representado por uma entidade jurídica do tipo “cooperativa”, é classificado de “coletivista”, ou seja, naquele assentamento predomina a prática coletivista. Este critério, por si só, não oferece uma fundamentação objetiva, incorrendo aí problemas de ordem metodológica, dificultando uma análise mais substancial. No entanto, constitui, até o momento presente, o elemento balizador para a presente discussão.

Deve-se considerar ainda que os assentamentos são obrigados a constituir uma representação jurídica para acessar créditos governamentais de instalação⁵¹. Porém, se levarmos em conta apenas o critério⁵² utilizado pelo MST para classificação dos assentamentos em praticantes e não praticantes da cooperação a partir da existência de cooperativas, e estas por sua vez estão presentes em apenas 11,36%⁵³ dos assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba, compreendemos que esta proposta de cooperação, no tocante à sua aceitação pelas comunidades, apresenta fragilidade.

No box 02 da página seguinte são apresentadas as diversas formas de cooperação praticadas nos assentamentos ligados ao MST.

⁵¹ Estes créditos são divididos em modalidades, sendo elas: Apoio inicial; Aquisição de materiais de construção; Fomento; Adicional do Semi-Árido e; Recuperação materiais de construção. Conforme parágrafo único, do artigo 2º, da Instrução Normativa Nº 19, de 06/09/05.

⁵² Até pela ausência de outros.

⁵³ De acordo com os dados apresentados pela Tabela 01, p. 41.

BOX 02: Formas de cooperação praticadas em assentamentos ligados ao MST

Mutirão, puxirão, troca de serviço: Realizadas espontaneamente entre parentes ou vizinhos para otimizar a força de trabalho na realização de tarefas como plantio, limpa e colheita.

Núcleos de Produção: Formados pela união de assentados, por proximidade, parentesco, ou linha de produção, com a finalidade de organizar a produção agrícola.

Associações: De tipos variados. A produção dos associados é individualizada (cada um em seu lote), ficando a cargo da associação apenas alguns serviços de interesse comum.

Grupos Semi-coletivos: Os assentados produzem em seus lotes, em geral, o autoconsumo, mas têm uma ou mais linhas de produção em conjunto, voltadas para o mercado.

Grupos Coletivos: Não são registradas legalmente. A produção e a comercialização são totalmente coletivizadas, apesar de a última ser feita em nome dos assentados dos grupos.

Cooperativas de Prestação de Serviços de um assentamento – CPS: Planeja e organiza as atividades individuais, dos grupos semi-coletivos e coletivos.

Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais – CPSR: Englobando vários assentamentos e atua na produção, beneficiamento, comercialização e assessoria técnica.

Cooperativa de Crédito - CC: Criada com a finalidade de fazer circular o capital financeiro dos assentados entre os próprios assentados e para facilitar o acesso destes a créditos.

Cooperativas de Produção e Prestação de Serviço – CPPS: Planeja, transforma e comercializa a produção agropecuária, tanto da produção individual quanto coletiva.

Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA: A terra é totalmente coletivizada e sob controle desta. É de propriedade e produção sociais, pelos assentados serem os próprios donos e por repartirem as sobras entre si de acordo com o trabalho de cada um.

FONTE: MST. Caderno de Cooperação Agrícola Nº 5. 1997, p. 61-62 (Com adaptações).

Para entender como esta proposta de cooperação foi idealizada pelo MST e seus reflexos sobre os assentamentos, se faz necessário trazer aqui uma análise desta proposta a partir dos debates e das reflexões produzidas pelo próprio MST, bem como os motivos que levaram este movimento social a construir esta proposta e a implementá-la. Sendo este o exercício que faremos no próximo tópico.

5. O modelo de cooperação idealizado pelo MST e disseminado para os assentamentos

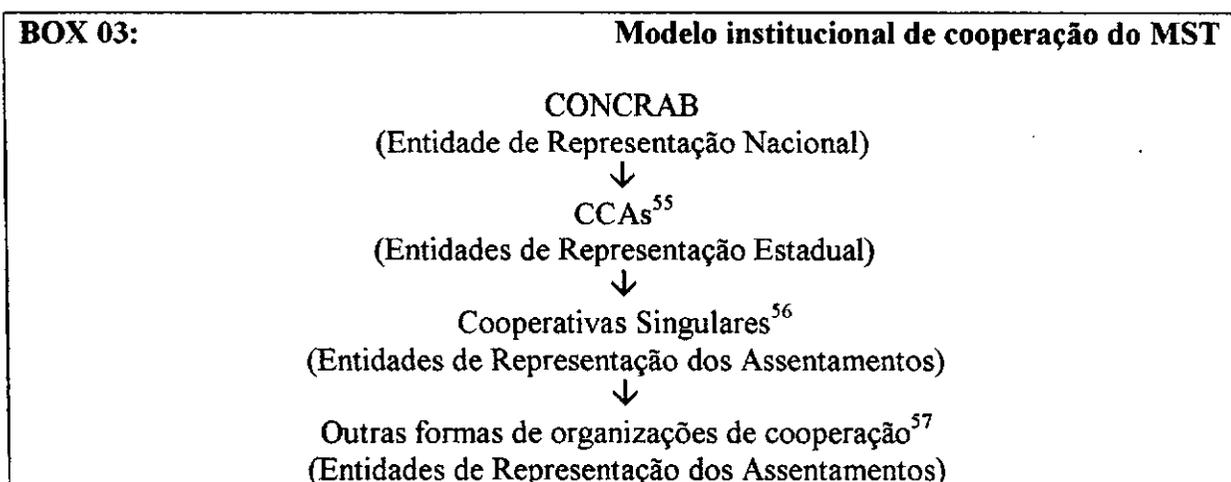
A abertura para organização de cooperativas fora do sistema OCB, propiciada pela Constituição Federal de 1988, possibilitando às cooperativas o direito de livre escolha de suas

entidades representativas em nível estadual e nacional levou o MST a fundar a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), reconhecendo-a como a representante legal das entidades cooperativistas dos assentamentos de Reforma Agrária ligados a este movimento social em todo o Brasil.

“Reconhecemos a *Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.* (CONCRAB) como a representante de todos os segmentos de cooperativas e demais unidades de produção em áreas de Reforma Agrária.” (CONCRAB, 1997, p. 11) (grifo no original)

O modelo cooperativista defendido pelo MST objetivava a construção da autonomia de organização e de representação destas entidades, por não reconhecer a OCB como representante única deste segmento, além de se propor a fazer-lhe oposição.

Através deste modelo, o MST constituiu o seu Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), ligado ao, então, Setor de Produção⁵⁴, como suporte legal ao seu modelo de cooperação, cuja estrutura hierárquica e organizacional é apresentada no box 03:



Este modelo busca resgatar os princípios doutrinários de inspiração *rochdaleana*, ou seja, um cooperativismo que faça frente ao modo de produção capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, principalmente na agricultura. Também se denomina de inspiração

⁵⁴ O MST organizou a sua atuação, através de Setores: Setor de Comunicação; Setor de Produção; Setor de Educação; etc. O antigo Setor de Produção, com o processo permanente de reflexão teórica do MST, passou a ser denominado de Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, com a sigla SPCMA.

⁵⁵ Cooperativas Centrais. Responsáveis pela organização do sistema nos Estados.

⁵⁶ Formado pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), Cooperativas de Prestação de Serviço (CPS's), Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS's), Cooperativas de Crédito (CC's).

⁵⁷ Núcleos de Produção, Associações, Grupos Semi-Coletivos e Grupos Coletivos.

marxista, no entanto, em sua obra⁵⁸, Marx não tratou de maneira distinta sobre o cooperativismo, mas sobre a cooperação no processo de trabalho apropriado pelo modo de produção capitalista, uma vez que a prática da cooperação no trabalho não é criação deste modo de produção, sendo ela anterior ao modo capitalista de produção, tendo ele apenas se apropriado desta forma de organização do trabalho objetivando aumentar seus resultados econômicos.

A esta cooperação historicamente desenvolvida, Marx (1988, Cap. XI, p. 246) define como sendo: “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.” Esta definição apresenta um caráter abrangente e um alcance metodológico mais geral, não se aplicando a um modo de produção específico, além de demonstrar a possibilidade de transformação do trabalho individual em trabalho social, tendo este trabalho social, para o autor, sua força e origem na própria cooperação: “[...] Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie”. (MARX, 1988, Cap. XI, p. 249)

N’*O Capital*, Marx dedicou um capítulo ao tratamento desta temática, analisando o contexto específico, no qual esta forma de organização do trabalho foi dominada pelo capital e usada como forma de produção de mais-valia relativa⁵⁹. Não se trata da cooperação entre produtores independentes, como é o caso aqui estudado. Portanto, este autor não dedica, nem n’*O Capital*, nem em outra obra sua, tratamento ou análise acerca do cooperativismo.

De modo que este modelo de cooperação, baseado nos “princípios doutrinários rochdaleanos”, aos quais se pretendeu dar uma coloração ou inspiração marxista, foi gestado pelo MST para fazer frente à investida do modo capitalista de produção, em sua forma neoliberal implementada no Brasil a partir de 1989, com forte viés na agricultura.

Este período também foi fortemente marcado em termos mundiais pela queda do socialismo no leste europeu, isso implicou num recuo e descenso das organizações de esquerda no Brasil, fazendo o MST se voltar para o seu fortalecimento interno, elaborando, então, a partir da leitura desta conjuntura nacional e internacional, sua proposta de

⁵⁸ Incluindo-se a obra principal de Marx, *O Capital*.

⁵⁹ Trata-se de uma determinada soma de valor produzida pela força de trabalho empregada para além dos custos da sua própria reprodução. No caso da mais-valia relativa significa a intensificação da exploração do trabalho humano pelo capitalista, possibilitada através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que permite produzir mais e melhor, com menos horas de trabalho.

organização dos assentamentos em núcleos de base⁶⁰ e a justificar a disseminação das CPA's⁶¹ como forma de resistência a esta investida capitalista neoliberal.

O MST, ao longo dos seus 23 anos de existência, foi fortemente influenciado por diversas correntes do pensamento teórico e político, de inspiração marxista e não-marxista, tendo como seu principal expoente Lênin (*Vladimir Ilich Ulianov*) e sua teoria da organização, mas também diversas outras influências no campo teórico e político, as quais serviram de referencial à elaboração dos princípios organizativos deste seu modelo de coletivização.

Estas influências são retratadas, em linhas gerais, pelo box 04 apresentado a seguir:

BOX 04:

Referências de leituras teóricas e políticas no MST

Ao longo dos seus 23 anos de existência, o MST incentivou as leituras teóricas e políticas das mais diversas, desde de pensadores clássicos como Karl Marx⁶² e Friedrich Engels, Lênin, Mao Tsé Tung e Rosa Luxemburgo. Até autores brasileiros como Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro.

Incentivou a leitura política de: Luís Carlos Prestes, Ernesto Che Guevara, José Martí, Fidel Castro, Augusto César Sandino, Emiliano Zapata, Nelson Mandela, Mahatma Ghandi. Inclui-se também o estudo das lutas sociais históricas como a de Canudos (BA), Zumbi, Quilombo dos Palmares (AL), Contestado (SC), Trombas e Formoso (GO) e as Ligas Camponesas, das quais aliás o MST se declara herdeiro e seguidor.

Portanto, as leituras teóricas e políticas feitas pelo MST não devem ser associadas a um marco dogmático, elas foram sendo construídas e incorporadas de diversas correntes teóricas e políticas, ao longo de seu processo histórico. Porém, em seus princípios organizativos, as influências teóricas principais são extraídas dos escritos de Lênin, principalmente das obras: Que fazer, Um passo à frente dois atrás, Carta a um camarada, Duas táticas da social-democracia, O partido Social-Democrata da Rússia, além de outros textos. Esta influência teórica leninista está presente no modelo de estrutura organizacional do MST e são fundamentados, principalmente, na obra leninista Teoria da Organização, podendo ser identificadas através dos princípios organizativos adotados e praticados por este movimento social, tais como: 1) Centralismo democrático⁶³; 2) Direção coletiva⁶⁴, nacional⁶⁵ e estaduais⁶⁶; 3) Jornal Sem Terra⁶⁷.

⁶⁰ Hoje chamados Núcleos de Família.

⁶¹ Cooperativas de Produção Agropecuária.

⁶² Principalmente das obras: Manifesto comunista, Princípios do comunismo, Comunicado para a liga dos comunistas, Críticas do programa de Gotha e O Capital.

⁶³ Combinação nas tomadas de decisões, tendo, porém, a participação consciente da base, onde todos têm o direito de opinar, mas posteriormente, tendo que acatar as decisões deliberadas.

⁶⁴ Centralizada em um grupo coeso e preparado, mas descentralizada para o máximo de militantes na base.

⁶⁵ Chamada por Lênin de Centro Dirigente, é composta por dirigentes ideológicos (Órgão Central) e dirigentes práticos (Comitê Central).

⁶⁶ Denominadas por Lênin de Organizações ou Comitês Locais.

⁶⁷ Canal de comunicação de massas, que possibilita a comunicação com a base assentada. Também tido por Lênin como órgão de direção ideológica.

Entretanto, em 1999, percebendo as disparidades apresentadas nas diversas regiões do país, no tocante aos resultados quantitativos e qualitativos obtidos com a implementação desse modelo de organização dos assentamentos, o MST organizou uma série de estudos e reflexões teóricas visando entender esta realidade que se lhe apresentava.

Neste sentido, uma das ações deste processo de reflexão foi a realização de uma pesquisa intitulada “Pesquisa sobre a Política de Cooperação e os Assentamentos do MST”. Uma das frentes desta pesquisa foi responsável pela revisão de todos os documentos publicados entre 1989 e 1999 pelo MST/CONCRAB sobre a evolução da política de organização dos assentamentos e da cooperação, bem como dos debates e reflexões realizadas durante este período.

Desta pesquisa resultaram algumas constatações, dentre as quais, uma diz respeito à discussão desta dissertação, e é ressaltada por Carvalho (1999, p. 30):

“[...] Do Plano Nacional do MST (1989-1993), onde afirmou-se e consolidou-se na década de 90 um *sistema institucional técnico-burocrático de cooperativas* generalizado para todo o país, possivelmente como reflexo de uma opção inconsciente positivista. Assim, **da pluralidade de formas de cooperação caminhou-se para a singularidade da forma cooperativa.** [...]” (grifo no original)

Ao falar em sistema técnico-burocrático de cooperativas, o autor está se referindo a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados⁶⁸, tendo como sua representação jurídica a CONCRAB. “As referências à massificação da cooperação no ano de 1994 e adjacentes (93 e 95) apenas consolidou o viés institucional de identificar a cooperação com a cooperativa.” (id., p. 30). Nas palavras do autor, isso significou, além de uma passagem conceitual e reducionista da tendência político-ideológica do modelo de cooperação proposto pelo MST aos assentamentos, também uma completa ignorância das diversas formas de cooperação historicamente vivenciadas e praticadas pelos camponeses assentados.

Esta postura, de acordo com o autor, trouxe diversas conseqüências, dentre as quais pode-se ressaltar: a) Do processo de cooperação tendeu-se à organização – e apenas no âmbito técnico-burocrático – de cooperativas com enfoque nos aspectos econômicos; b) As preocupações se voltaram exclusivamente à gestão e eficácia das cooperativas, em detrimento do processo de formação político-ideológico dos camponeses, tido como fundamental, já que para um processo desta envergadura é imprescindível elevar o nível de consciência daqueles aos quais se pretende conquistar a adesão para esta proposta; c) Os discursos das direções

⁶⁸ O atual Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

políticas, tanto locais (dos assentamentos), quanto estaduais e nacionais, tendeu ao enfoque apenas dos aspectos econômicos deste modelo cooperativista influenciando, conseqüentemente, todo o processo de organização dos assentamentos.

Esta postura de sobrevalorização da forma cooperativista adotada pelo MST trouxe como conseqüência, ainda segundo Carvalho, limitações não apenas em relação à expansão dos espaços cultural e político-ideológico destes dirigentes e representantes locais, mas também da dimensão sócio-antropológica implicada neste processo.

Este reducionismo se refletiu na análise e na percepção da diversidade de possibilidades das formas de cooperação por parte dos dirigentes políticos, prejudicando, assim, a expressão da diversidade de formas de cooperação historicamente praticadas pelos camponeses nas diversas regiões do país.

Este modelo idealizado pelo MST, quando disseminado para os assentamentos, se defrontando com o reducionismo da diversidade de formas de cooperação historicamente praticadas pelos camponeses nas diversas regiões do país, implica em uma leitura político-ideológica das práticas organizativas tidas como “coletivistas” e outras “individualistas”. Isso quase sempre se fez acompanhar de conflitos entre grupos sociais no interior dos próprios assentamentos, bem como destes em relação ao próprio MST, em razão das diferenças entre as “concepções coletivistas” e “individualistas” implicadas neste processo.

Assim sendo, para tratar sobre os conflitos que podem ter surgido a partir deste modelo idealizado pelo MST e disseminado para os assentamentos, nos serviremos das reflexões teóricas de Georg Simmel, sobre as quais passaremos a tratar a partir de agora.

6. Quando as diferenças ganham espaço: O surgimento dos conflitos na implementação do processo de cooperação

Mais do que se mostrar frágil em relação à aceitação pelos assentamentos, a proposta idealizada pelo MST tem suscitado conflitos, tanto entre indivíduos, como entre famílias. Estes conflitos, em alguns casos, adquirem um grau de acirramento tão aguçado que se tornam promovedores de divisões internas nos assentamentos, e estas, por sua vez, acabam “obstacularizando” o desenvolvimento não apenas econômico, mas – e, quiçá, principalmente – sociocultural destas comunidades.

Estes conflitos se manifestam na forma de disputas de poder, intolerâncias, antagonismos, indiferenças, agressões verbais, dentre outras hostilidades, tanto entre pessoas

como entre famílias, fazendo emergir a heterogeneidade dos grupos sociais, resultando na inviabilização das propostas “coletivas”, tamanha a dissensão.

Em alguns assentamentos estes conflitos atingiram um grau de acirramento tão elevado que para resolvê-los foi necessário se adotar uma solução extrema, o desmembramento do assentamento, ou seja, onde antes existia apenas um, passaram a existir dois assentamentos.

Nas Ciências Sociais, esta temática foi abordada e tratada sociologicamente por Georg Simmel em sua “Teoria do Conflito”. Portanto, esta abordagem teórica nos permite enxergar nos conflitos, assim como o fez Simmel, espaços para exercício de interação social, além de se constituir em perspectivas de desenvolvimento para os grupos sociais envolvidos.

O nosso objetivo aqui estará absolutamente restrito ao âmbito da utilização desta abordagem como ferramenta de compreensão e interpretação sociológica do conflito em suas implicações e possibilidades no contexto dos assentamentos ligados ao MST.

Simmel atribuiu aos conflitos função sociológica por acreditar que estes eventos são destinados a resolver divergências, diferenças e dualismos, promovendo também alguns tipos de unidade entre indivíduos e entre grupos sociais. O autor enxerga, ainda, a relevância sociológica do conflito como forma dos indivíduos alcançarem a unidade:

“O indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente através de uma harmonização exaustiva – segundo normas lógicas, objetivas, religiosas ou éticas – dos conteúdos de sua personalidade. A contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência.” (SIMMEL, 1983, p. 123-124)

Para o autor, ao explicitar as diferenças e expor as contradições, o conflito atribui a si o papel de alcançar e promover a unidade, funcionando ainda como espaço para o exercício das subjetividades. Simmel também reforça a importância sociológica do conflito ao afirmar que: “Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma união pura (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real”. (id., p. 124). Portanto, partilhando da perspectiva simmeliana, podemos compreender a ocorrência de conflitos nos assentamentos como evidenciadora de uma comunidade em processo real de existência, envolvida em disputas por decisões e medidas que interferem diretamente em sua vida.

Simmel nos mostra ainda que o conflito pelo qual passa um grupo social em um determinado momento tem, como uma de suas funções, promover o estreitamento das

relações entre os membros deste grupo, promovendo também uma elevação do seu grau de unidade:

“[...] o grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação.” (SIMMEL, 1983, p. 153-154)

A análise aqui apresentada pelo autor pode ser verificada nos grupos durante o processo de luta pela terra, no período de acampamento⁶⁹. Durante esta fase em que as famílias estão em processo de luta pela terra visando sua transformação em assentamento⁷⁰, há um grau satisfatório de união e unidade entre estas famílias. Todos comungam das mesmas idéias, têm os mesmos objetivos e agem da mesma forma no enfrentamento das situações surgidas. Os antagonismos do grupo não se dão entre seus membros, mas destes em relação a um “inimigo” comum, o proprietário da terra pela qual eles estão lutando. Provavelmente, neste período, já estão sendo gestadas relações de antagonismos entre grupos e entre indivíduos em um mesmo grupo neste contexto social. Mas é nesse momento que se criam laços fortes entre os indivíduos e um laço geral que envolve toda a comunidade assentada.

A partir da constituição dos assentamentos afloram os antagonismos, as contradições internas e os interesses individuais. Simmel explica o afloramento destes conflitos dizendo que ao desaparecer o “inimigo” comum, se perde também a unidade interna existente anteriormente entre os indivíduos, os quais passam a reproduzir as situações de conflito no interior do próprio grupo.

Neste sentido, pode-se estabelecer relação com o fim do processo de luta pela terra, a partir da legalização do assentamento, e o início dos debates sobre a forma de representação legal da comunidade, aí o inimigo comum desaparece para aparecer os interesses e disputas individuais.

O afloramento de conflitos nos assentamentos também tem outras motivações, dentre as quais as que estão ligadas às subjetividades que levaram os camponeses a se envolver com a luta pela terra.

⁶⁹ “[...] é uma verdadeira cidade de barracos de lona, com uma população que pode ser de centenas ou de milhares de pessoas, homens, mulheres, crianças que organizam sua vida em função de dar continuidade às ações de luta pela terra. [...] O acampamento é uma forma de luta largamente utilizada pelo MST como [...] [forma] de fazer pressão sobre as autoridades responsáveis pela realização da Reforma Agrária. [...]” (CALDART, 2004, p. 176-177)

⁷⁰ “[...] Do ponto de vista dos movimentos sociais que fazem a luta pela terra, um assentamento é sinônimo de *terra conquistada*. Do ponto de vista do Estado, o termo indica uma área de terra destinada a um conjunto de famílias sem-terra, como forma de solucionar um problema fundiário”. (CALDART, 2004, p. 185-186)

Neste sentido, IENO NETO e BAMAT (1998, p. 96-97) afirmam:

“Para o camponês assentado, a terra, sinônimo de liberdade pela qual tanto lutou, é propriedade da família, e o trabalho que nela realiza deve ser um trabalho livre, o oposto ao realizado nos ‘tempos de cativo’, quando o patrão lhe dizia o que e onde plantar. Durante a luta coletiva pela terra familiar, este tipo de prática alcança um certo sucesso, por tratar-se de uma forma de fortalecimento/união do grupo para conquistar a terra e a liberdade do trabalho. Uma vez liberto, o camponês realiza o ‘seu’ trabalho, na ‘sua’ terra, de acordo com a ‘sua’ determinação.”

Estas afirmações dos autores mostram que há um desencontro entre as práticas coletivas idealizadas pelos representantes dos movimentos sociais em relação ao ideário camponês. Mostram também que estas práticas coletivas pensadas pelos dirigentes políticos dos movimentos sociais se confrontam com a realidade histórica de sujeição⁷¹ vivida por estes camponeses antes do seu envolvimento com a luta pela terra, quando eram obrigados a se submeterem às ordens e determinações dos proprietários de terra para os quais trabalhavam e que foram motivadoras do seu ingresso na luta pela terra, como a única oportunidade de se libertar desta situação.

⁷¹ Esta discussão foi apresentada nas páginas do capítulo anterior desta Dissertação, embasada pelas contribuições de MOREIRA e TARGINO (1997); LEMOS DE SOUZA (1996).

CAPÍTULO III

O ASSENTAMENTO CHICO MENDES E SUA HISTÓRIA



1. Ergue-se o acampamento: Começa a luta pela terra

A luta pela terra, no assentamento objeto desta pesquisa foi organizada, desde o início, pelo MST, a partir do mapeamento e cadastramento de inúmeras famílias oriundas de diversos municípios como Mari, Sapé, Mulungu e outros. Após esta etapa, foi iniciado um processo de mobilização destas famílias, por meio da realização de diversas reuniões nas quais se discutia a situação da agricultura brasileira e, em especial, dos camponeses pobres excluídos do acesso à terra e das possibilidades de romper este processo excludente histórico, sendo apresentada, como possibilidade concreta, a pressão sobre o governo federal para desapropriação de áreas consideradas improdutivas, através do uso da ferramenta da ocupação de imóveis rurais improdutivos, já bastante difundida e conhecida da sociedade brasileira.

Assim foi iniciada a trajetória das famílias na luta pela terra no Assentamento Chico Mendes, que passaria ainda por diversas etapas e percalços, incluindo ações violentas com o uso de aparatos oficiais como o judiciário e o policial.

O marco inicial desta luta foi a ocupação da fazenda Santo Antônio, pertencente ao grupo Soares de Oliveira, conhecida e denominada pelos camponeses como a “Soares de Oliveira”, numa alusão ao nome do proprietário do imóvel. A área fica localizada na zona rural do município de Mari, na Região da Várzea paraibana, e foi ocupada no dia 04 de outubro de 1998, por aproximadamente 230 famílias.

Após um mês de ocupação do imóvel as famílias receberam a primeira ordem judicial de despejo, tendo sido este apenas o primeiro de uma série de despejos que estas famílias ainda enfrentariam.

Sem ter para onde ir, as famílias acamparam às margens da rodovia federal BR 230, que liga a capital João Pessoa ao município de Campina Grande, montando acampamento nas proximidades do município de Cajá, onde permaneceram por mais de um mês até decidirem reocupar o imóvel. Passados quinze dias da re-ocupação as famílias foram novamente despejadas. Estes dois despejos ocorreram em meio a conflitos, com o uso de violência por parte da polícia militar, responsável pelo cumprimento da ordem judicial, e com o

acompanhamento de capangas designados pelo proprietário do imóvel, sob alegação de que precisava se certificar que a ordem judicial seria realmente cumprida.

As famílias permaneceram mobilizadas em seu propósito de conquistar um pedaço de terra e, assim, no dia 17 de dezembro do mesmo ano, decidiram mudar de tática e ocuparam a Fazenda Ipanema, de propriedade de um fazendeiro residente há vários anos na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, conhecido pelo nome de José Carlos. Esta área, com pouco mais de 364 hectares, é localizada na zona rural do município de Riachão do Poço, a 65 quilômetros da capital João Pessoa.

Nesta terceira tentativa de conquista da terra, estavam mobilizadas em torno de 150 famílias, pois cerca de 80 delas haviam desistido, em razão da violência sofrida nos dois despejos anteriores. Tanto esta ocupação quanto a permanência das famílias no imóvel durante o período de luta pela terra transcorreu pacificamente porque o proprietário, desde o início, manifestou interesse pela venda da área.

A Fazenda Ipanema encontrava-se abandonada após ter recebido vultosos e generosos financiamentos do governo federal, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para instalação de um complexo visando a exploração econômica da avicultura e suinocultura.

Estas atividades já haviam sido desativadas quando as famílias de camponeses sem terra ocuparam o imóvel. Os aviários⁷² e a pocilga estavam abandonados e sua estrutura já estava em processo de degradação, de acordo com informações da Secretaria Estadual do MST na Paraíba. Estas informações também são confirmadas pelo antigo administrador da fazenda, hoje assentado, ao falar do processo da luta pela terra na Fazenda Ipanema:

"Aqui se deu uma luta que não foi uma luta com muita confusão, aqui o homem mora em Recife. Eu fiquei aqui tomando conta da fazenda, tomando conta não! Porque não dava pra tomar conta, era olhando, porque não tinha movimento nenhum, estava tudo parado [...]". (J. I. B., Assentado)⁷³

Durante o período inicial do acampamento as famílias proviam seu sustento com alimentos arrecadados através de campanhas organizadas pelos próprios acampados, sendo estas atividades realizadas tanto nas cidades da região do entorno do assentamento, como Sapé, Guarabira, Mari e Itabaiana, como também em Santa Rita e João Pessoa. Também foram organizadas diversas campanhas por estudantes secundaristas e universitários da

⁷² Galpões retangulares construídos para explorar criação comercial de aves.

⁷³ Apud LACERDA (2001, p. 24-25)

capital, e ainda contaram com doações de amigos, colaboradores, simpatizantes e entidades sindicais amigas do MST.

“[...] quando nós chegamos aqui esta área tinha uma dívida grande de energia, inclusive a energia daqui estava cortada, e nós não tínhamos um centavo para resolver este problema, então, precisamos fazer pedágio, fazer campanha de arrecadação de alimentos, então, tinha uma turma que fazia este trabalho, ir para as pistas [rodovias: BR e PB] fazer uns pedágios, umas campanhas [...]” (J. P. S., 52 anos)

Estas campanhas de arrecadação de alimentos para manutenção das famílias no período em que estavam acampadas, também foram acompanhadas de repressão, inclusive policial, na tentativa de desestimular e enfraquecer a luta pela terra na região, pois este período vinha sendo marcado pelo ascenso da luta pela terra.

Na cidade de Itabaiana, por exemplo, segundo as famílias assentadas, a polícia chegou a limitar o número de camponeses acampados na fazenda Ipanema, que podiam entrar a até 05 camponeses para fazer campanhas de arrecadação de alimentos junto aos comerciantes locais, sob alegação de que um número maior de camponeses acampados circulando pela cidade amedrontaria os comerciantes.

Além das campanhas realizadas periodicamente nas cidades e pelos estudantes, amigos, colaboradores e simpatizantes do MST, as famílias acampadas também realizavam pedágio⁷⁴ na rodovia federal BR 230, ação também acompanhada, por diversas vezes, de repressão da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que chegou a retirar os camponeses sem terra daquela rodovia e proibir a realização dos pedágios, ameaçando prender os que insistissem.

Esta forma de manutenção do acampamento, de acordo com os próprios assentados, era a única maneira das famílias resistirem na terra, pois o período de ocupação da Fazenda Ipanema coincidiu com o período de verão na região, impossibilitando o plantio em roças coletivas⁷⁵, situação que causava imenso constrangimento e sentimento de humilhação aos camponeses. Como se não bastasse a adversidade climática, e parte dos recursos arrecadados eram destinados ao pagamento desta dívida com a empresa de eletrificação, contraída pelo fazendeiro.

Somente após alguns meses de acampamento começaram as chuvas de inverno, possibilitando o acúmulo de água em 03 açudes existentes na fazenda. Isso viabilizou a organização de um pesque-pague para arrecadação de recursos financeiros através do próprio

⁷⁴ Forma de arrecadação de dinheiro, através de pedido de ajuda em dinheiro ou alimentos não perecíveis aos ocupantes de carros que trafegavam pela rodovia federal BR/230.

⁷⁵ Prática comumente utilizada para prover as famílias acampadas com um mínimo de alimentação.

trabalho dos camponeses acampados, revertidos em gêneros alimentícios para suprir parte de suas necessidades alimentares básicas.

As chuvas também possibilitaram a implantação de roçados coletivos e, assim, estes camponeses puderam começar eles próprios a produzir os alimentos de que necessitavam e, conseqüentemente, a abandonar as atividades de pedágio e de campanhas de arrecadação de alimentos. Isso contribuiu enormemente para elevar a auto-estima de todos e foi decisivo para a motivação na trajetória de luta destes camponeses rumo à conquista da terra.

Quando tudo parecia estar se resolvendo e a luta destes camponeses se encaminhava para um desfecho favorável, surgiu um novo obstáculo a ser superado, desta vez referente a uma questão técnico-burocrática. O Laudo de Fiscalização Agronômica⁷⁶ foi desfavorável à desapropriação do imóvel Ipanema⁷⁷. Isso porque havia uma grande quantidade de infraestrutura construída, em relação ao tamanho da área do imóvel, tornando tecnicamente inviável sua desapropriação porque o valor do imóvel a ser pago pelas famílias⁷⁸, quando o imóvel viesse a ser emancipado⁷⁹, seria muito elevado.

Este resultado desfavorável à desapropriação do imóvel apresentado pelo Laudo de Fiscalização Agronômica do INCRA não desmotivou a luta destas famílias. Ao contrário, fez com que elas ficassem ainda mais unidas e mobilizadas para superar mais este obstáculo. E assim, diversas reuniões e assembléias foram realizadas entre as famílias acampadas e os representantes do MST responsáveis pelo acompanhamento ao acampamento resultando, conseqüentemente, em um sem número de outras reuniões junto aos representantes do INCRA para discutir alternativas de solução deste impasse.

Depois de muitas discussões, reuniões e audiências com o INCRA, as famílias propuseram a esta autarquia do governo federal que realizasse vistoria na fazenda Bela Vista, divisa com a fazenda Ipanema, alegando que este imóvel também era passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Esta proposta foi acatada e o imóvel foi vistoriado, tendo seu Laudo de Fiscalização Agronômica constatado tecnicamente o enquadramento do imóvel nos critérios de desapropriação para fins de reforma agrária. Desta

⁷⁶ Peça técnica produzida pelo INCRA como resultado de vistoria realizada em imóvel rural utilizado em processo judicial, quando é solicitada a desapropriação do imóvel rural para fins de reforma agrária.

⁷⁷ Que determina tecnicamente a quantidade máxima de famílias possível de sobreviver com dignidade em um imóvel rural.

⁷⁸ De acordo com o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, após vinte anos de constituído um assentamento, as famílias começam a pagar ao governo o custo pela desapropriação do imóvel. A chamada emancipação do assentamento, a partir deste período, as famílias passam do exercício do direito de uso da terra à condição de proprietárias de seu lote de terra.

⁷⁹ Quando as famílias adquirem o título da terra e passam da condição de direito de uso à de proprietários das parcelas.

maneira, as fazendas Ipanema e Bela Vista foram desapropriadas e o INCRA se imitiu na posse destes imóveis.

2. A terra é conquistada: Surge enfim o Assentamento Chico Mendes

Com a desapropriação e imissão na posse das fazendas Ipanema e Bela Vista pelo INCRA em 1999, foi criado o Assentamento Chico Mendes e as famílias entram numa nova etapa de sua vida, agora como recém assentados.

A área do imóvel é formada pela desapropriação de 04 pequenos imóveis e sua localização e acesso são descritos no box 05 a seguir.

BOX 05:

Localização e acesso ao Assentamento Chico Mendes

O Assentamento Chico Mendes está localizado no município de Riachão do Poço, Estado da Paraíba, na Microrregião de Riachão do Poço, integrante da Mesorregião da Mata Paraibana, também conhecida como Várzea da Paraíba.

A área que constitui o assentamento é resultante da desapropriação dos imóveis rurais: Ipanema, Santa Cecília, São José e Bela Vista. Está localizado a 04 km da sede do município e a 50 km da capital João Pessoa.

O acesso ao imóvel pode ser feito de duas maneiras: uma pouco utilizada, através da rodovia federal asfaltada BR 230, partindo-se de João Pessoa em direção a Campina Grande, entrando-se à direita numa estrada de terra que dá acesso à fazenda Jicuri, percorrendo-se, a partir desta fazenda, cerca de 04 km chegando-se, primeiro, à parte do assentamento onde existe a cooperativa. Um outro acesso, o mais utilizado, pode ser feito através da cidade de Sapé, pela rodovia estadual asfaltada PB 055, sentido Sapé - Sobrado, percorrendo-se 08 km e, após a cidade de Sobrado, percorre-se em torno de mais 01 km e entra-se à direita numa estrada recém-asfaltada, seguindo-se por mais cerca de 06 km até chegar à sede do município de Riachão do Poço; a partir daí percorre-se cerca de 04 km por uma estrada de terra que dá acesso tanto à parte do assentamento representada pela associação quanto à parte representada pela cooperativa.

FONTE: INCRA/PDA, p. 6-8 (Com adaptações).

Neste início de nova fase, as famílias ainda viviam uma realidade de poucos recursos financeiros, melhorando apenas com seu acesso aos créditos de fomento e alimentação⁸⁰. Esta fase também marcou as discussões em torno das questões organizacionais, dentre elas, a forma de organização das áreas de trabalho. Só depois de transcorridos um sem-número de

⁸⁰ Estes créditos tiveram sua denominação alterada em 2004, passando a se chamar Crédito Instalação – modalidade Apoio. São os primeiros créditos liberados pelo governo e destinados para: ajudar à alimentação, à aquisição de ferramentas, insumos em geral, animais, e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do assentamento. (Norma de Execução Nº 40, de 30/03/04, art. 4º).

reuniões e assembléias gerais, decidiu-se pelo loteamento ou parcelamento⁸¹ das terras agricultáveis, com uma área média de 5 hectares por lote, além de uma fração de terra correspondente a 0,5 hectares para cada família, em uma área onde está localizada uma plantação de coqueiros.

A distribuição dos lotes foi feita através de sorteio, para evitar possíveis favorecimentos, já que as terras não eram homogêneas, existindo pequenas porções de terras com melhor fertilidade natural e melhores condições topográficas, desejadas por muitas famílias assentadas para alocação de suas parcelas.

Da criação do assentamento (em 1999) até 2006, existia também um grupo organizado de forma coletivizada por 08 famílias⁸² ligadas à cooperativa, que optaram pelo não-parcelamento de seus lotes, os quais eram explorados de forma coletivizada totalizando cerca de 40 hectares, porém, na medida em que as famílias foram acessando créditos bancários, parte delas passou a obter melhores resultados econômicos em relação às demais famílias do grupo, gerando descontentamentos entre os integrantes, ao ponto que as diferenças se sobressairam e o grupo, não sabendo lidar nem resolver suas diferenças, foi desfeito.

Existe uma área de terra coletiva, pertencente às 120 famílias, ocupada por um plantio de coqueiro, mas pouco aproveitada por apresentar, segundo algumas famílias, baixa qualidade das terras, sendo utilizada atualmente apenas por algumas famílias para criação de gado, como afirma uma informante: “[...] é uma área onde a terra é muito ruim, ninguém quase trabalha, ninguém trabalha não! Quem tem gado é que faz um cercado e bota lá.” (V. G. S., 34 anos). Algumas famílias procuraram a cooperativa interessadas em arrendar esta área coletiva, mas até dezembro de 2007 isso não havia sido feito porque, de acordo com um representante da cooperativa, estas famílias interessadas no arrendamento não haviam mais procurado a cooperativa para formalização de propostas.

A produção agropecuária é organizada de forma individualizada, com cada família trabalhando em seu lote. Atualmente as famílias exploram cultivos agrícolas de inhame, mandioca, milho, feijão, fava e amendoim. E criação de gado, caprinos, galinhas e peixes. Esta produção é voltada, em sua maior parte, para o autoconsumo das famílias, mas também existe comercialização de um excedente gerado, feita com atravessadores e em feiras livres das cidades circunvizinhas. Segundo a atual representante legal da cooperativa, já foi tentado organizar esta comercialização através da cooperativa, mas não houve adesão das famílias, sob alegação de que fazendo esta atividade diretamente com atravessadores e feiras livres das

⁸¹ As duas expressões têm o mesmo significado, por isso, ora usaremos a expressão lote, ora a expressão parcela.

⁸² Inicialmente eram sete, depois houve a adesão de mais uma família.

idades eles obtinham pagamento à vista, o mesmo não acontecendo quando feito com a cooperativa.

“A gente lutou para conseguir isso, mas não deu certo. A gente tentou fazer assim: comprar os alimentos dos próprios agricultores daqui de dentro, falamos até com alguns, mas eles preferem vender ao atravessador lá de fora do que vender à cooperativa. Eles alegam que é melhor porque chega gente de fora e paga na hora.” (V. G. S., 34 anos)

Após a divisão dos lotes e a distribuição entre as famílias, ainda restou uma área de 15 hectares. “Depois que o INCRA mediu os lotes individuais, sobrou esses 15 hectares, aí nós discutimos pra essa área ficar pra cooperativa.” (J. P. S., 52 anos). Como todas as famílias já haviam sido contempladas com seus lotes individuais, esta área restante foi destinada à exploração de forma coletivizada pelas 120 famílias assentadas.

As moradias estão organizadas em formato de agrovila, divididas em dois núcleos espacialmente distintos, um na área conhecida por “Ipanema”, representada pela cooperativa, com 60 unidades habitacionais e outro na área conhecida por “Bela Vista”, representada pela associação, com 60 unidades habitacionais.

O assentamento é atendido por energia elétrica tanto coletiva (nas ruas das agrovilas) quanto individualmente (nas unidades habitacionais). Existe também fornecimento domiciliar de água, porém apenas para as famílias residentes na área do assentamento representada pela cooperativa, através de projeto conseguido junto ao INCRA.

Este projeto foi elaborado, originalmente para atendimento às 120 unidades habitacionais existentes no assentamento, entretanto, por conta de divergências políticas entre antigos dirigentes da associação e da cooperativa, os representantes da associação, na época, não aceitaram que fosse implantado o abastecimento de água nos domicílios das famílias representadas pela associação, como relata uma entrevistada:

“Na direção anterior da associação a gente até tentava ter diálogo, eles é quem não queriam nada com a gente, foi tão provável que até a água que a gente conseguiu pra cá e pra lá, eles barraram, o presidente barrou a água, exigindo do povo que não aceitasse a nossa água lá, e até hoje o pessoal de lá é que está sofrendo, nós estamos com água aqui e o pessoal lá sem um pingão d’água nas torneiras porque ele não quis de jeito nenhum, ele tinha um preconceito dentro dele tão grande que ele disse mesmo assim: ‘Olhe, foi eles quem correram atrás da água, então, eles que fiquem com a água deles que nós vamos correr atrás da nossa.’ Só que ele nunca correu, nunca andou, nunca procurou, nunca foi atrás de nada! [...]” (V. G. S., 34 anos)

Os demais itens que compunham a infra-estrutura do imóvel quando este ainda era uma fazenda, encontram-se relacionados no box 06 abaixo:

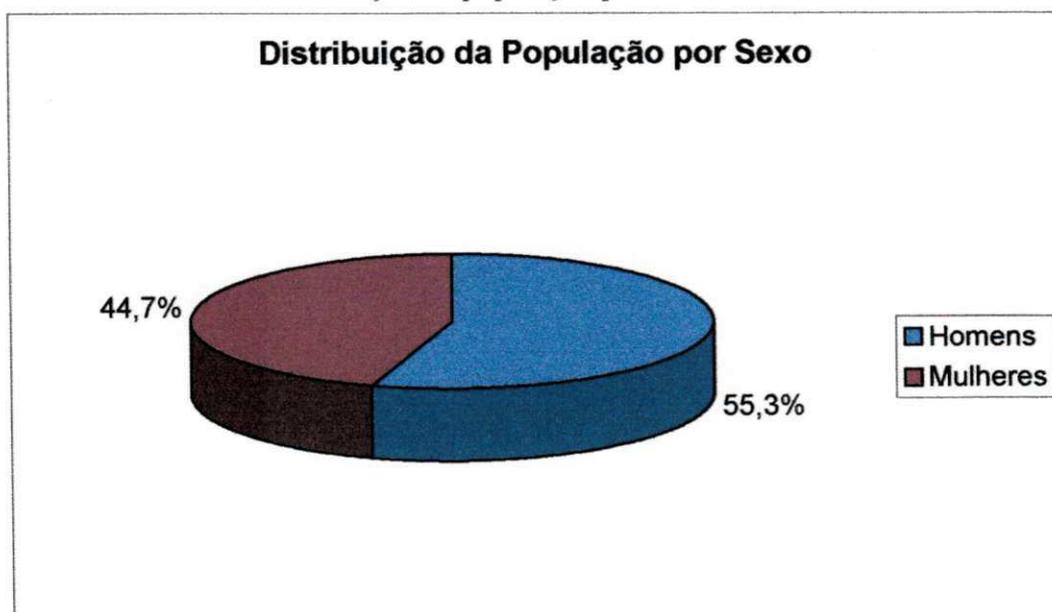
BOX 06: Infra-estrutura construída na época da fazenda

A infra-estrutura construída ainda na época da fazenda era composta por mais de 14.000 metros de estradas internas, quase 800 metros de rede elétrica de baixa e alta tensão (371 metros de rede monofásica e 428 metros de rede trifásica), diversas construções em alvenaria, madeira e até material de PVC, 18 casas em alvenaria (sendo 01 casa-sede e 17 casas de moradia), galpões para máquinas e implementos agrícolas, galpões para armazenamento da produção agrícola, armazéns para estocagem de ração animal, cocheiras, bretes, currais, depósitos, casas de moto-bomba, pocilga, aviários, guarita de proteção sanitária, dezenas de metros de muros de tijolos e pedras, instalações para beneficiamento de fumo, dique para lavagem de caminhões, baias para cavalos, centenas de metros de cercas de arame farpado (de 3 a 10 fios), além de diversas outras construções. Existe até uma capela para atividades religiosas. No entanto, boa parte desta infra-estrutura estava em estado de conservação variando entre ruim e precária⁸³.

FONTE: INCRA/PDA, 2000, p. 58-64 (Com adaptações).

As famílias que compunham o assentamento quando de sua criação legal pelo INCRA, em 1999, eram oriundas de diversos municípios, dentre os quais, Sapé, Mulungu e Marí. Sendo os homens, a maioria da população assentada, como mostra o gráfico 01:

GRÁFICO 01: Distribuição da população por sexo no ano de 2000.

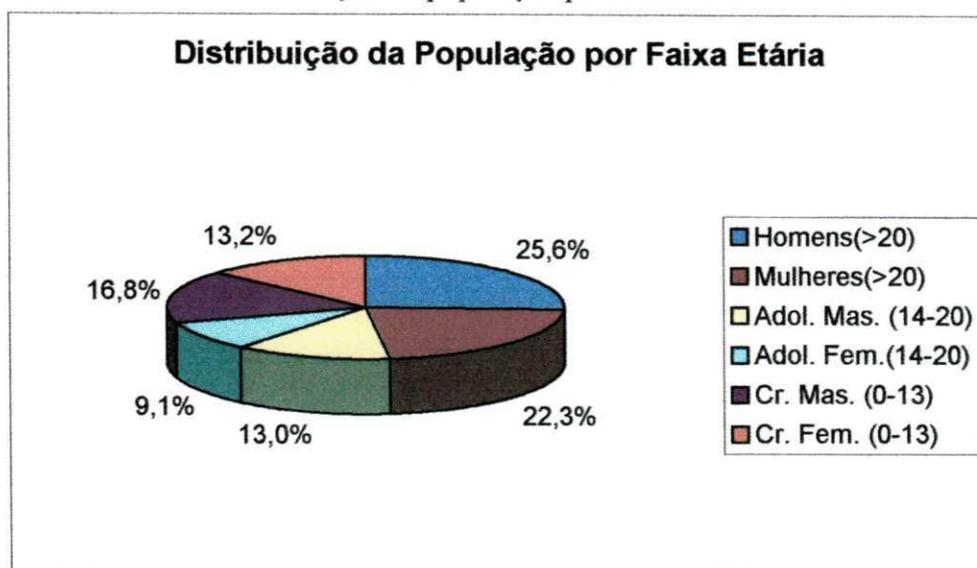


FONTE: INCRA/PDA, 2000, p. 41.

⁸³ Dentre os quais: pocilga, galpões, armazéns, cocheiras, bretes, currais, depósitos, baias para cavalos, cercas de arame farpado e casas de alvenaria.

Em relação a faixa etária da população assentada em 2000, predominava homens e mulheres maiores de 20 anos, seguido por crianças do sexo masculino entre 0 e 13 anos de idade, como pode ser visto no gráfico 02:

GRÁFICO 02: Distribuição da população por faixa etária no ano de 2000.



FONTE: INCRA/PDA, 2000, p. 41.

Faz-se necessário registrar que o documento de origem destes gráficos aqui apresentados é contestado pelos movimentos sociais (a exemplo do MST e da CPT), pelas famílias assentadas e até por alguns funcionários da área técnica do INCRA, sendo uma fonte de dados controvertida. Entretanto, se constitui em uma das poucas fontes com registro deste tipo de dados a que tivemos acesso para caracterizar este período inicial do assentamento.

Das 120 famílias atualmente assentadas, 65 (54,2%) estão no assentamento desde o início, as demais entraram entre 2001 e 2006, como mostra a tabela 03 a seguir.

TABELA 03: Famílias assentadas após a criação do assentamento. Por ano, quantidade de famílias e % em relação a capacidade de suporte.

ANO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	% DA CAPACIDADE DE SUPORTE
2001	18	15,0
2002	04	3,3
2003	07	5,8
2004	04	3,3
2005	10	8,3
2006	12	10,0

FONTE: Relação de Beneficiários do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária do INCRA em 08/09/07 (Com adaptações)

No tocante à educação formal, existe um prédio escolar construído em 2004 pela Prefeitura, no qual funciona a Escola de Ensino Fundamental de 1ª Fase (1º ao 5º ano). Para as demais séries do Ensino Fundamental de 2ª Fase, assim como do Ensino Médio, os alunos se deslocam para a cidade em transporte escolar sob responsabilidade da prefeitura.

Apesar da situação de estabilização social proporcionada pelo assentamento a tais famílias, muitas delas falam sobre a fase de acampamento com uma boa dose de saudosismo em relação ao clima de unidade e de união, pois segundo as famílias eram maiores na época do acampamento, como relatam dois informantes:

“Na época do acampamento era mais fácil porque se você arrumasse uma fuba dava pra todo mundo. E agora se você comprar um pão só dá pra você. De vez em quando o pessoal aqui conta: ‘Naquele tempo da gente lá atrás, se a gente arrumasse uma fuba dava pra todo mundo. Seu fulano tá botando um roçado na vagem e tá ruim, então, vamos ajudar a ele e ia todo mundo!’ Naquele tempo quando começou o acampamento era melhor do que agora.” (A.C.S.F., 50 anos)

“Na época do acampamento era mais fácil, porque todo mundo tava unido. A união era geral, um sentia a dor do outro, quando um estivesse sentindo a dor, todos estavam sentindo junto, mas depois de assentamento... é completamente diferente.” (C. M. N., 51 anos)

Esses relatos contextualizam a atmosfera de unidade entre as famílias no período do acampamento. É comum a afirmação de que o acampamento representou um período de maior e melhor unidade e união entre as pessoas, isso era proporcionado, segundo os próprios assentados, porque todos ainda estavam numa situação provisória, à espera de definições.

A partir do momento no qual a situação provisória cedeu lugar à estabilidade, ou seja, quando a luta pela terra resultou na criação do assentamento, entraram em cena os sonhos, desejos, necessidades da vida e da produção, os conhecimentos acumulados em suas vivências para resolver os problemas práticos, bem como seus planos individuais.

Entram em cena também os sonhos, desejos e planos coletivos, muitas vezes distantes, quiçá, alheios, trazidos de fora para dentro desta realidade em construção, fazendo surgir choques e conflitos.

Assim sendo, um dos primeiros conflitos vivenciados por estas famílias logo após a criação do assentamento, foi explicitado a partir do momento em que elas se viram diante da decisão quanto à forma de representação jurídica que iria representar a comunidade assentada, pois nesta escolha estavam implicados interesses e projetos pessoais, e como resultado, foram criadas duas formas de representação jurídica, sobre as quais trataremos no tópico a seguir.

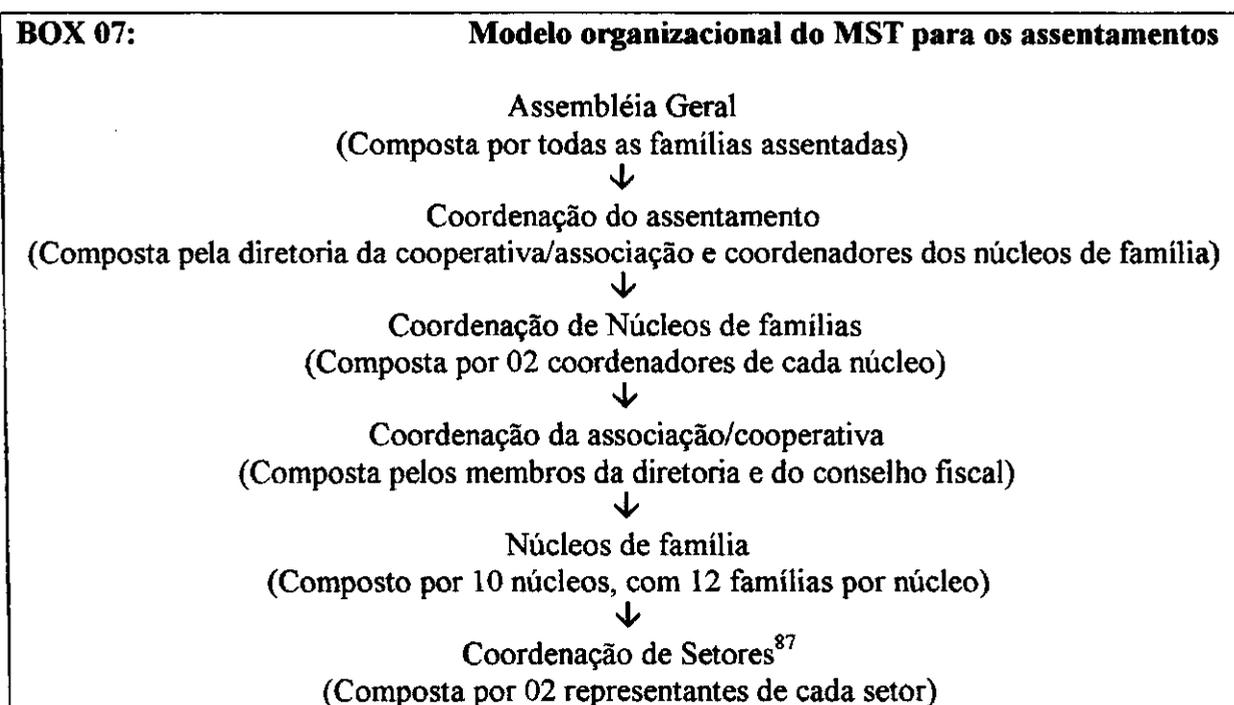
3. Representações coletivas formais e informais no Assentamento Chico Mendes

No Assentamento Chico Mendes existe um conjunto de representações coletivas, desde aquelas formalmente constituídas com estatutos e regimentos, até as informais, sem estatutos, apesar de possuir regimentos disciplinares próprios⁸⁴, com aceitação e respeito da comunidade.

Dentre as representações formais existe uma cooperativa e uma associação. Em relação às representações informais tem-se núcleos de família (sendo 10 núcleos, cada um com 12 integrantes⁸⁵, incluindo 02 coordenadores⁸⁶) e coordenação política do assentamento (formada pelos coordenadores e coordenadoras dos núcleos de família).

Este modelo organizacional segue as orientações do MST e já é bastante conhecido pelas famílias assentadas por já estar em execução desde o período de acampamento, já tendo sido incorporado na dinâmica organizacional da comunidade, funcionando com regularidade.

No box 07, abaixo, apresentamos a estrutura de funcionamento deste modelo:



FONTE: Entrevistados.

⁸⁴ Regras de convivência social estabelecidas pelos próprios participantes neste novo espaço de sociabilidade.

⁸⁵ Também denominados de *nucleados*.

⁸⁶ Pelas normas do MST, devendo ser um homem e uma mulher.

⁸⁷ "São coletivos de pessoas que se responsabilizam pelas atividades relacionadas aos aspectos que exige qualificação e priorização para fazer a organização funcionar de forma equilibrada." (BOGO, 2001, p. 3). Em geral, para os assentamentos, o MST orienta, prioritariamente, a constituição de 05 setores: Saúde; Gênero; Educação; Formação; Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA).

Neste modelo organizacional apresentado, cada instância tem seu papel muito bem definido e delimitado, conforme descrito abaixo:

- a) **Assembléia geral:** Instância deliberativa máxima, em que participam todas as famílias assentadas;
- b) **Coordenação do assentamento:** Instância política responsável pelo funcionamento do assentamento nos aspectos políticos, organizacionais e disciplinares;
- c) **Coordenação da associação/cooperativa:** instância administrativa responsável pelo funcionamento técnico-administrativo, de infra-estrutura produtiva, produção agropecuária e comercialização⁸⁸;
- d) **Núcleos de família:** Instância consultiva e deliberativa onde participam todas as famílias assentadas;
- e) **Coordenação de Setores:** Instância política responsável pelo funcionamento do assentamento nos aspectos de saúde, gênero, educação, formação, produção e comercialização agropecuária.

Esse modelo estabelecido pelo MST não é seguido integralmente pelo Assentamento Chico Mendes. Os setores – tidos como sua característica mais marcante – não estão constituídos, como afirma textualmente uma informante entrevistada: “[...]. Aqui foi formado os coletivos de saúde, de educação, mas nenhum funciona não. [...]” (V. G. S., 34 anos)

O que se evidencia de mais marcante em relação a este modelo organizacional atualmente no assentamento é a nucleação das famílias, todas elas estão distribuídas em núcleos, denominados pelo MST de núcleos de famílias. Estes núcleos são, na visão de Bogo (2001, p. 3): “[...] espaços de participação e aglutinação da massa para evitar sua dispersão e possibilitar a unidade de discussão e de ação.” A composição destes núcleos varia de 10 a 15 famílias, no caso do assentamento Chico Mendes, eles são compostos por 12 famílias, totalizando 10 núcleos, sendo 05 formados por famílias ligadas à associação e 05 por famílias ligadas à cooperativa. A adesão das famílias aos núcleos é espontânea e o seu agrupamento feito de acordo com critérios estabelecidos pelos próprios nucleados, dentre eles, afinidade pessoal, vizinhança entre as casas e/ou entre as parcelas de trabalho, parentesco, amizade, etc.

⁸⁸ Esta atividade não funcionando no Assentamento Chico Mendes.

Assim, como nos apontou Bogo, no Assentamento Chico Mendes, constatou-se que esses núcleos estão se constituindo, de fato, no espaço formal para discussão e encaminhamento das questões postas à apreciação no convívio social, funcionando, na prática, como uma espécie de mini-assembléias, onde se discutem e se propõem as possíveis soluções às demandas apresentadas, sejam elas de ordem legal, técnica, de convivência, administrativa, produção agropecuária, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, gênero, enfim, todas as questões ligadas ao funcionamento e à dinâmica de desenvolvimento do assentamento.

Estes núcleos também estão cumprindo bem seu papel de espaços pedagógicos para a prática do coletivismo, com uma dinâmica de funcionamento já consolidada da seguinte forma:

- 1º) Os coordenadores de núcleos, que constituem a coordenação política do assentamento, se reúnem para discutir as questões que requerem encaminhamento pela comunidade;
- 2º) Após a reunião da coordenação dos núcleos, cada coordenador/a realiza reunião com seus respectivos nucleados para apresentar o que foi discutido pela coordenação. Em seguida é aberto espaço para debates acerca das questões apresentadas e, na seqüência, apresentação das propostas de solução, as quais são colocadas em votação por aclamação;
- 3º) Por último, quando as questões não são plenamente solucionadas nos próprios núcleos, se convoca a Assembléia Geral para deliberação.

Esta forma de organização desta instância de discussão e deliberação foi adotada com o intuito de melhorar a utilização dos espaços coletivos de deliberação para resolver o problema da diminuição da participação das famílias nos espaços de tomada de decisão coletiva.

Na medida em que o assentamento foi consolidando sua dinâmica social, a participação das famílias no principal espaço de tomada de decisão coletiva, as assembléias gerais, foi diminuindo dia-a-dia. A maneira encontrada pelos representantes políticos da comunidade para resolver este problema foi agrupar as famílias em núcleos, como afirma o informante:

“Aqui se tiver uma reunião, uma assembléia, o pessoal não vai! A gente acabou com as assembléias por causa disso, porque o pessoal não participava. Olhe, a cooperativa tem sessenta famílias, se chegasse 25 numa assembléia chegava muito. Foi por isso que a gente criou os núcleos [grupos] de família, são cinco núcleos. Agora todo mundo assiste reunião.”
(V. G. S., 34 anos)

De sorte que a organização das famílias em núcleos tornou as Assembléias Gerais, tidas até então, como o principal espaços, quiçá o único, de exercício político das famílias, num mecanismo utilizado de maneira estratégica, só acionada pelas famílias assentadas em casos específicos.

De fato, a realização de Assembléias Gerais só ocorre quando há decisões que envolvam questões controvertidas ou polêmicas, como indisciplina pessoal, desvio de conduta, descumprimento de regras de convivência, etc.

As Assembléias Gerais continuam existindo e sendo consideradas pelas famílias ainda um espaço essencial de exercício político, no entanto, mudou apenas sua forma de utilização, sendo acionada apenas quando a solução de questões tidas como estratégicas assim requereiam.

Em se tratando das formas de representação jurídica do Assentamento Chico Mendes existe uma cooperativa e uma associação, mas o processo para se chegar a esta escolha foi longo. Diversos espaços de discussão foram criados, com a realização de um sem-número de reuniões, estudos e debates tendo como objetivo o esclarecimento das famílias sobre as diversas formas e possibilidades de representação jurídica disponíveis no aparato jurídico-burocrático do país, dentre as quais, cooperativa e associação.

Depois de muito debater, as famílias optaram pela criação de uma cooperativa. Veio então o processo de constituição desta forma de representação da comunidade, o qual foi seguido de um ritual jurídico-burocrático, caracterizado pela realização de uma Assembléia Geral na qual foi redigida uma ata de fundação desta entidade jurídica e, em seguida, foi realizada eleição para escolha do conselho diretor⁸⁹ e conselho fiscal⁹⁰.

O processo eleitoral para escolha da primeira diretoria e conselho fiscal da cooperativa foi realizado através da apresentação de duas chapas compostas com nomes para os cargos de diretoria e conselho fiscal. Em seguida, estas chapas foram colocadas em votação e uma delas foi eleita por aclamação. Este processo eleitoral desencadeou o primeiro conflito

⁸⁹ Formado geralmente por presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro.

⁹⁰ Formado por 1º, 2º e 3º Conselheiros fiscais e seus respectivos suplentes.

interno registrado entre as famílias, pois entravam em cena os interesses e projetos pessoais, expondo a existência de disputas de poder entre grupos políticos.

Inconformado com o resultado desta eleição, o grupo derrotado se desligou da cooperativa e fundou uma associação, que obteve inicialmente a adesão de um número maior de associados do que a cooperativa. Com o passar do tempo os quantitativos ficaram equivalentes, estando atualmente 60 famílias associadas em cada uma das representações formais. Entretanto, o detalhamento desta e de outras questões estão expostas no capítulo seguinte, que trata da análise do processo de implantação da proposta de cooperação do MST para o Assentamento Chico Mendes.

CAPÍTULO IV
ANÁLISE DO PROCESSO DE COOPERAÇÃO DO MST NO ASSENTAMENTO
CHICO MENDES



O presente capítulo tem como objetivo analisar os dados coletados na pesquisa de campo realizada no Assentamento Chico Mendes durante o mês de novembro de 2007.

Tomou-se como referência, para a análise aqui proposta, de acordo com o objeto de pesquisa desta Dissertação, o conceito de práticas coletivas exposto no Capítulo II do presente trabalho, pelo qual compreendemos tais práticas como sendo as atividades exercidas com regularidade por estarem naturalizadas através do hábito, na rotina dos sujeitos sociais. Como já dissemos naquele capítulo, estas práticas estão presentes no cotidiano das famílias e atuam na solução de seus problemas econômico-sociais, além de funcionar como espaço de sociabilidade.

A presença do MST e de seu processo de cooperação se faz sentir no Assentamento Chico Mendes, quando analisamos a disposição das habitações, distribuídas no formato de agrovila⁹¹, a organização da produção, com a institucionalização de áreas destinadas à exploração coletiva, a existência de grupos de trabalho coletivo que funcionam a partir de demandas postas pelos coordenadores dos núcleos de família e pela própria nucleação destas famílias.

Desta maneira, o MST, como vem acontecendo ao longo do seu desenvolvimento histórico, acredita que também no Assentamento Chico Mendes esteja garantida a adesão e aceitação do seu modelo de cooperação agrícola. Este modelo organizacional, ao que tudo tem nos indicado, procurou combinar – ou direcionar – as diversas dimensões da vida social desta comunidade, desde o início da luta pela terra, para atender a este objetivo.

Isso vem demonstrar, a nosso ver, as dificuldades do MST em compreender ou valorizar ou ainda em incentivar as práticas simples de cooperação que os camponeses desenvolvem espontaneamente.

Esta constatação é feita com base na identificação de algumas destas práticas, a exemplo dos mutirões e das trocas de dias de trabalho, as quais estão presentes na

⁹¹ No planejamento desta agrovila constam, além das casas e da escola já construídas, postos de saúde, área comunitária de lazer, creches, etc.

comunidade, como constatou a presente pesquisa. Esta e outras constatações fazem parte das exposições trazidas ao longo deste capítulo.

No tocante à divisão das terras agricultáveis do assentamento, o modelo adotado é o de parcelamento, onde cada família tem direito a um lote de terra e também é destinada uma parcela de terras à exploração coletivizada. Em relação as áreas de várzea⁹² por ventura existentes no assentamento, se incentiva sua destinação ao uso e aproveitamento coletivo, visando contemplar todas as famílias.

Deste modo, constatou-se que este modelo, com seu apelo e conotação político-ideológica vinculado a um projeto estratégico de transformação da sociedade, presente entre as instâncias nacionais de direção do MST, se mostrou estar distante e pode-se dizer ausente da realidade e dos interesses das famílias do Assentamento Chico Mendes.

Feitas essas considerações, passaremos a analisar o desenvolvimento deste processo de cooperação no Assentamento Chico Mendes.

Neste sentido, este capítulo está estruturado de maneira a considerar a evolução temporal do assentamento em relação a esta proposta organizacional do MST. Assim, iniciamos analisando o período da luta pela terra, ou seja, a fase do acampamento, que chamaremos de exercício de aprendizado. Na seqüência passaremos à análise da fase de assentamento, considerada por nós como a concretização dos sonhos. Na seqüência fazemos a análise do modelo associativista e cooperativista implementado no Assentamento Chico Mendes e, por último, encerrando o capítulo, faremos a análise sobre as práticas simples de cooperação identificadas e práticas pelas famílias assentadas. Assim passaremos ao primeiro tópico desta análise, o período de acampamento e os sonhos das famílias nele envolvidas.

1. Acampamento: o exercício do aprendizado

A luta pela terra se constitui para as famílias, na possibilidade de conquistarem seu pedaço de chão para trabalhar e sobreviver sem a necessidade de submissão a outras pessoas, mas para o MST é o primeiro espaço para o contato com suas práticas coletivas. Nesta fase, o MST inicia a preparação das famílias para o trabalho coletivo, estando presente na comunidade de maneira intensa e permanente, principalmente através de dois de seus setores, o de “frente de massas”, responsável pela condução do acampamento nos aspectos de organização interna e princípios organizativos do MST. Também se faz presente através de

⁹² Terreno baixo, plano e fértil, localizado nas margens de cursos d'água como rios riachos, açudes, etc.

seu setor de “formação”, responsável pela realização de atividades de formação político-ideológica das famílias, através da realização de cursos, encontros e reuniões que acontecem regularmente nas quais são discutidas questões referentes à realidade da agricultura camponesa no Brasil, sobre a necessidade de se lutar para conquistar a terra, sobre Reforma Agrária, e sobre o ordenamento da vida social e dos aspectos de sociabilidade entre as famílias nesta nova comunidade.

Este formado descrito é adotado pelo MST em seu processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária em todos os estados do país. No caso do Assentamento Chico Mendes não foi diferente. As famílias deste assentamento tiveram seus primeiros contatos com este movimento social através da participação em reuniões que foram convocadas por meio de convites feitos de casa em casa. Este trabalho de sensibilização e recrutamento das famílias é chamado pelo MST de “trabalho de base”⁹³

Nestas reuniões antecessoras à ocupação da fazenda Ipanema, da qual resultou a criação do Assentamento Chico Mendes⁹⁴, o objetivo era sensibilizar as famílias para a necessidade de realização da Reforma Agrária como única alternativa possível de acesso à terra, e que a ocupação de terras era a única forma que as famílias dispunham para pressionar o governo federal a desapropriar a fazenda e criar o assentamento.

As reuniões também marcaram o início das discussões sobre a organização do trabalho de forma coletiva, como mostra a fala de uma entrevistada transcrita abaixo:

“Na reunião que a gente assistiu quando a gente veio ocupar a terra, falaram que a gente vinha para trabalhar em coletivo, em conjunto, para que as coisas pudessem funcionar.” (C. M. N., 51 anos)

Depois da ocupação da fazenda e da montagem do acampamento as famílias foram apresentadas a uma outra novidade trazida pelo MST, as assembléias gerais realizadas diariamente para discutir as necessidades imediatas como material escolar, alimentação para as crianças, alimentação para as famílias, a obtenção de medicamentos para atendimento emergencial de saúde e os aspectos de segurança durante o período do acampamento. Nestas assembléias também se discutiam aspectos relacionados à infra-estrutura como construção de

⁹³ Compreende o processo de organização das famílias para a ocupação da terra. Inicia-se com mapeamento das pessoas que exercem alguma liderança entre a população ou segmentos da população local, para servirem de apoio estrutural aos militantes. A partir daí, os militantes começam a fazer visitas domiciliares e a convidar as famílias para participar de reuniões onde é discutida a realidade da agricultura brasileira e as perspectivas para os camponeses. São realizadas diversas reuniões deste tipo. Em seguida as famílias são levadas para ocuparem uma fazenda. Este processo também aconteceu com as famílias do Assentamento Chico Mendes.

⁹⁴ De acordo com informações orais de um dirigente estadual do MST na Paraíba.

escolas, postos de saúde, moradias e estradas, além dos aspectos relacionados à produção agropecuária.

Este período também marcou o início dos diálogos sobre as formas de representação jurídica que poderiam ser adotadas pela comunidade após a criação do assentamento. Neste aspecto, os diálogos pautaram-se prioritariamente em informações sobre o cooperativismo, exaltando suas qualidades e possibilidades, como mostra o depoimento de uma entrevistada transcrito a seguir:

“Quando a gente estava assistindo a um encontro para formar a cooperativa, eles falavam que a cooperativa era uma empresa que podia trazer mais recursos aqui pra dentro do que a associação.” (C. M. N., 51 anos)

Neste mesmo sentido, um outro entrevistado afirma:

“A discussão feita aqui sobre a cooperativa foi uma coisa muito importante porque as 120 famílias estavam conscientes que iria ser formada uma cooperativa.” (J. P. S., 52 anos)

De acordo com este entrevistado eram repassadas informações de que através de cooperativa as famílias teriam acesso a linhas de financiamentos bancários que não eram disponibilizadas para as associações, e que a comercialização da produção agrícola só era possível por meio de cooperativa.

Neste período de acampamento o MST pregava, por meio de sua práxis própria de cooperação, o envolvimento de todas as famílias em alguma atividade realizada de forma coletiva, como afirma o depoimento de um entrevistado: “Todo mundo que fosse acampado tinha que ter uma atividade e isso era norma do próprio acampamento.” (J. P. S., 52 anos)

Estas atividades, de acordo com as famílias, eram voltadas para o trabalho nos roçados, mas também existia outras como construção de barracos, embelezamento do acampamento e segurança interna. Todas eram organizadas de forma coletiva.

Desta maneira, o acampamento foi considerado pelas famílias como o período de contato e aprendizado desta nova forma de organização do trabalho, como mostra o depoimento de um entrevistado:

“O acampamento é o começo de tudo. Vamos dizer que você chegasse no acampamento na terça-feira, então, logo à noite, ia uma pessoa na sua casa e dizia: “Ó! Amanhã tem coletivo viu!” Você chegou, mas você, no outro dia, vai pagar seu coletivo.” (G. E. G., 27 anos)

Para a realização destas atividades são organizadas comissões, dentre elas, as de saúde, educação, produção agropecuária, negociação e coordenação política do acampamento. Estas comissões se constituem também numa marca de identificação do modelo organizacional do MST.

Esta fase é considerada pelas famílias do Assentamento Chico Mendes como sendo a mais rica em termos de aprendizado coletivo, até mesmo em função das inúmeras dificuldades materiais enfrentadas. Faltava quase tudo, inclusive alimentação, e as famílias se viam obrigadas a realizar diversas atividades para resolver as dificuldades, como relata um entrevistado:

“Quando nós chegamos aqui esta área tinha uma dívida grande de energia. Inclusive a energia daqui estava cortada e nós não tínhamos um centavo para resolver este problema. Então, precisamos fazer pedágio, fazer campanha de alimentos, aí, tinha uma turma que fazia este trabalho de ir para as pistas [rodovias: BR e PB] fazer pedágio, fazer campanhas de arrecadação de alimentos e outros ficavam no roçado.” (J. P. S., 52 anos)

Este depoimento mostra que estas atividades contribuíram para resolver os problemas materiais imediatos do acampamento. Porém, além do aprendizado prático, as famílias também tiveram aprendizados teóricos, através de cursos, encontros e reuniões sobre cooperativismo e associativismo, como mostram os depoimentos de três entrevistados:

“Já teve curso aqui, mas eu não participei.” (A. C. F. S., 50 anos)

“Teve curso aqui, eu só não me lembro em qual foi a data, mas me lembro que teve.” (G. E. G., 27 anos)

“Nós tivemos reuniões com o pessoal do INCRA e com o pessoal do Movimento para discutir como iríamos formar a associação e a cooperativa e como era que elas iriam produzir. [...]” (J. P. S., 52 anos)

Os entrevistados não souberam responder com clareza sobre os conteúdos dos cursos, afirmaram que foram realizadas duas atividades no período do acampamento, uma reunião, na qual participou também um representante do INCRA, onde foi discutida a forma de representação jurídica a ser adotada pela comunidade, e um encontro realizado no município de Cruz do Espírito Santo, também voltada para a discussão da cooperação agrícola. No entanto, de acordo com o depoimento de uma entrevistada, neste segundo encontro não foram

realizadas discussões sobre cooperação, mas sobre cooperativismo: “Na época desse encontro só foi informado coisas sobre a cooperativa, só sobre cooperativa.” (C. M. N., 51 anos).

Nestas atividades, o MST direcionava a discussão para o cooperativismo, utilizando o argumento de que através de uma cooperativa as famílias poderiam ter acesso a linhas de créditos bancários para financiar a aquisição de tratores, caminhões e outros equipamentos. Falava-se também que só através de cooperativa seria possível realizar a comercialização da produção agrícola. Entretanto, até hoje⁹⁵ estas aquisições não foram feitas pela cooperativa, como mostra o depoimento de um entrevistado:

“Hoje a gente espera uma cooperativa com trator, com caminhão, uma cooperativa comprando a produção dos assentados. Hoje a gente ainda espera isso se realizar.” (J. P. S., 52 anos)

Durante todo o período no qual as famílias permaneceram acampadas, a presença do MST foi intensa e permanente na comunidade. Havia sempre um militante⁹⁶, às vezes até mais de um, residindo no acampamento, responsável pela formação técnica e político-ideológica, através dos encontros, cursos e capacitações que aconteciam com regularidade. Parte dos conteúdos aplicados nestas atividades era voltada à discussão sobre cooperação e cooperativismo.

As tarefas práticas do dia-a-dia eram organizadas e realizadas coletivamente. Também foi neste período de acampamento onde começaram a ser feitas as discussões preliminares sobre a forma de representação jurídica que seria adotada pela comunidade.

Deste modo, as famílias permaneceram de 17 de dezembro, quando foi realizada a ocupação da fazenda “Ipanema”, em 17 de dezembro de 1998, até concretizarem seu primeiro sonho, a conquista do assentamento, em 1999, tema sobre o qual trataremos no tópico seguinte.

2. Assentamento: A concretização dos sonhos

A criação do assentamento representou para as famílias uma situação de estabilidade, no sentido de que a posse da terra estava garantida e elas poderiam começar a se planejar, colocando em práticas seus planos e sonhos. Esta estabilidade é colocada aqui no sentido de

⁹⁵ Junho de 2008.

⁹⁶ Geralmente acampados de outros acampamentos que abraçaram a causa da Reforma Agrária e o ideário do MST e, mesmo depois de assentados, colaboram voluntariamente na realização das tarefas práticas deste movimento social.

que a criação do assentamento possibilitou a realização do parcelamento da área e as famílias puderam começar a se planejar no médio e longo prazo, pois o tamanho e a localização de suas parcelas agora estava definida. Esta nova situação deu vazão às individualidades, como mostra o depoimento de um entrevistado: “Quando é acampamento as pessoas são mais humildes, escutam mais e atendem mais e quando é assentado cada um que faz por si e pensa de um modo diferente.” (J. P. S., 52 anos)

Neste sentido, Lazzaretti (2003, p. 115-116), em pesquisa sobre a temática da cooperação realizada em um outro assentamento, ao se referir ao trabalho coletivo após a criação do assentamento, afirma:

“[...] No início era conveniente a idéia de compartilhar de uma situação com a qual todos não tinham nada. Coletivizar qualquer coisa era lucro, e todos se homogeneizavam em torno da idéia do coletivo. No momento em que existe a possibilidade de ‘não necessitar’ mais do outro em função da aquisição da terra, o coletivo passa a ser apenas uma possibilidade, desde que não fira o que é ‘meu’. [...]”

Em sua pesquisa, o autor identificou que o trabalho coletivo é realizado pelas famílias durante o período de acampamento como forma de garantir sua continuidade na comunidade até a conquista da terra, pois no período de acampamento as regras são mais rígidas e entre elas está a de que todos têm que se inserir em alguma atividade coletiva, como já visto no tópico anterior deste capítulo.

Em relação ao Assentamento Chico Mendes, nossa pesquisa constatou que o trabalho coletivo nos moldes como foi organizado pelo MST, objetivando funcionar como ferramenta de rompimento dos individualismos, não apresentou os resultados esperados por este movimento social, pois, além dos individualismos não terem sido rompidos, ainda houve afloramento de conflitos, a partir da decisão sobre a forma de representação jurídica da comunidade, quando foi fundada uma cooperativa, como mostra o depoimento de um entrevistado: “As 120 famílias aqui estavam conscientes que iria ser uma cooperativa.” (J. P. S., 52 anos)

No entanto, durante o processo de escolha da diretoria desta cooperativa, quando tudo estava planejado para a apresentação de uma chapa de consenso evitando as disputas eleitorais pela direção desta entidade jurídica, um grupo de assentados se apresentou para assumir o controle da cooperativa, mas os dirigentes políticos do assentamento e os militantes do MST que ainda faziam o acompanhamento político ao assentamento naquele momento, não concordaram por julgá-lo incapacitado para assumir esta atividade.

Deste modo, houve um processo de disputa eleitoral pela diretoria da cooperativa e a chapa apoiada pelos dirigentes do assentamento e militantes políticos do MST saiu vencedora e o grupo derrotado decidiu então criar a associação. A descrição e análise deste processo faz parte do exercício proposto no tópico seguinte.

3. O associativismo e o cooperativismo no Assentamento Chico Mendes

Como já visto no tópico anterior, o processo eleitoral para escolha da primeira diretoria⁹⁷ e conselho fiscal da cooperativa no Assentamento Chico Mendes, trouxe à tona as disputas pelo controle desta entidade entre dois grupos. Deste modo, cada um destes grupos compôs uma chapa, pois as eleições para esta instância⁹⁸ são realizadas através de votação em uma chapa na qual figuram os nomes dos candidatos e os cargos aos quais concorrem, conforme estabelece o estatuto social desta entidade.

Estas constatações são mostradas pelo depoimento de uma entrevistada, ao responder se a associação havia sido criada antes ou depois da cooperativa, no qual ela relata este episódio:

“No início ia ser formada só a cooperativa pra todos os assentados aqui de Chico Mendes, mas teve uma discussão para tirar os nomes das pessoas para a diretoria, porque eram doze pessoas pra formar a diretoria. Aí no voto ficou empate, seis a seis. Nesse entremcio, foi quando teve a confusão, então, aí uma turma decidiu: “Vamos fazer de outra maneira, vamos formar uma associação!” Então, foi formada a associação, aí ficou uma parte pra cooperativa e outra parte pra associação.” (C. M. N., 51 anos)

Outro entrevistado relata este episódio. Em seu depoimento aponta a tática utilizada para convencer as pessoas a se desligarem da cooperativa e se filiarem à associação:

“As 120 famílias estavam conscientes de que iria ser formada apenas cooperativa, mas tinha um rapaz que queria ser o presidente da cooperativa e nós achamos que ele não tinha capacidade de assumir esta responsabilidade. Aí, ele criou uma maioria rapidamente, dizendo que a cooperativa iria raptar o trabalho dos trabalhadores, tudo que a pessoa tinha era da cooperativa, e a associação era liberta. E foi botando isso na cabeça do povo, e o pessoal fugiu para a associação.” (J. P. S., 52 anos)

⁹⁷ Que no aparato jurídico também recebe a denominação de Conselho Administrativo, Conselho Diretor, Conselho Deliberativo ou Coordenação Administrativa.

⁹⁸ Geralmente composta por presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro.

O “rapaz” ao qual se refere o informante era um militante do MST na época e detinha um relativo acúmulo de conhecimento político-ideológico, além de vivência e convivência com as famílias do assentamento. Esse “rapaz” fazia parte de um grupo formado na época por oito famílias que na primeira eleição para a diretoria da cooperativa foi derrotado. A partir desta eleição, começaram a circular informações pela comunidade de que os assentados que optassem pela cooperativa teriam seus bens pessoais confiscados e ficariam totalmente reféns dela, sendo obrigados a subordinar-se a esta forma de representação jurídica, através do repasse dos bens pessoais e da força de trabalho.

O grupo derrotado na eleição da cooperativa não teve apoio do MST para criar a associação e, como não conhecia os procedimentos jurídicos, procurou informações em associações que existiam no município de Riachão do Poço, onde o assentamento está sediado, e junto ao prefeito municipal da época e assim foi criada a associação.

Este episódio é relatado pelo depoimento de uma entrevistada:

“A gente não teve nenhuma explicação quando foi formar a associação. Então, compadre Ramos foi tomar informação ai em Riachão do Poço, onde tinha uma associação, pra saber se podia formar uma associação aqui em Chico Mendes. Então, nessa época o Prefeito Jeová deu o maior apoio e assim foi formada a associação daqui.” (C. M. N., 51 anos)

O depoimento acima evidencia, em nossa compreensão, a postura adotada pelo MST de reconhecer apenas o cooperativismo como representante de seu modelo de cooperação, ao se ausentar do processo de criação da associação pelo grupo que havia se desligado da cooperativa. Esta postura do MST possibilitou ainda a abertura de espaço para agentes externos com visão político-ideológica e interesses divergentes dos interesses deste movimento social.

Deste modo, o relacionamento entre os representantes da associação e da cooperativa foi se desgastando, até chegar ao ponto de um completo distanciamento, como mostra aqui o depoimento de uma entrevistada:

“Com a direção anterior da associação foi um terror. A gente até tentou dialogar, mas eles não queriam nada com a gente. Eles eram do tipo de gente que nem queriam nada pra eles e nem queriam nada pra ninguém. Eles não aceitavam o que estava sendo oferecido, mas também não iam buscar.” (V. G. S., 34 anos)

As disputas entre os grupos que controlavam a associação e a cooperativa trouxeram prejuízos para o conjunto das famílias assentadas, dentre os quais a exclusão de assentados do

acesso aos projetos do PRONAF e a não implantação de um sistema de abastecimento de água na agrovila localizada na área do assentamento representada pela associação porque o projeto para abastecimento de água nos domicílios do assentamento foi elaborado e pleiteado junto ao INCRA pela cooperativa, como mostra o depoimento de uma entrevistada:

“A água que a gente conseguiu pra cá e pra lá, eles barraram, o presidente barrou a água, exigiu do povo que não aceitasse a nossa água lá e até hoje o povo é quem está sofrendo. Nós estamos com água aqui e o pessoal lá não tem um pingão d’água nas torneiras porque ele não quis de jeito nenhum. Ele disse mesmo assim: ‘Olhe, foram eles que correram atrás da água, então, eles que fiquem com a água deles que a gente corre atrás da nossa.’ Mas ele nunca correu, nunca andou, nunca procurou, nunca foi atrás de nada.” (V. G. S., 34 anos)

No entanto, o grupo que mantinha o controle da associação foi derrotado na última eleição para a diretoria desta entidade e com a posse dos novos integrantes, foi iniciado um processo de reaproximação entre a associação e a cooperativa, pois até aquele período não havia um bom relacionamento entre os representantes das duas entidades, como mostra o depoimento de uma entrevistada:

“O pessoal até que vinha, nunca negou de vim fazer o coletivo do açude com o uso do coqueiro. É porque o presidente não se entendia com a gente e ficava botando panos quentes no meio para o povo lá não vim e a gente aqui fazer tudo sozinho. Com isso o povo daqui às vezes chiava, achava ruim porque só quem trabalhava mais aqui era a gente. Aí ficava essa discussãozinha boba em reunião. Às vezes dava até barulho, zuada lá, eles queriam até brigar.” (V. G. S., 34 anos)

Assim, a partir do processo de mudança dos representantes da associação, ocorrido no ano de 2006, o diálogo entre as duas entidades foi retomado e algumas atividades já estão sendo realizadas conjuntamente, a exemplo de cursos, reuniões, participação em encontros, reivindicações de créditos de infra-estrutura junto ao INCRA e realização de atividades em áreas coletivas sob responsabilidade da cooperativa e da associação.

Esta nova realidade é descrita no depoimento de uma entrevistada, ao responder sobre a forma de organização do trabalho realizado nas áreas coletivas sob responsabilidade conjunta da cooperativa e da associação:

“Agora, com essa direção que está aí está bom! Agora a gente se bate bem, tanto com Gilvando como com o pessoal que participa com ele da direção. A gente não teve problema nenhum durante este período que ele assumiu como presidente. Por exemplo, quando é pra limpar o sítio dos coqueiros, a

gente faz reunião entre as direções da associação e da cooperativa e conversa sobre as tarefas a serem realizadas, discutimos qual é a melhor idéia, qual é o melhor jeito para fazer a limpeza do coqueiro. Se for pra fazer a vigília do açude tanto o pessoal da associação quanto da cooperativa se disponibilizam. Agora não tem problema não. A gente faz reunião, discute com o pessoal e dá tudo certo.” (V. G. S., 34 anos)

Neste mesmo sentido, um outro entrevistado, ao responder sobre a diferença entre associação e cooperativa, produz o seguinte depoimento:

“Hoje a gente se dá bem. As reuniões são feitas entre as duas diretorias, tanto lá quanto aqui. Eu sei que tem coisas que eles lá decidem do jeito deles e a gente aqui decide do nosso jeito. Mas nas coisa conjuntas a gente está sempre unido. Antes tinha diferença! Agora eu não acho diferença nenhuma porque tá trabalhando tudo unido.” (G. E. G., 27 anos)

Todavia, é pertinente registrar que o grupo formado pelas oito famílias permanece coeso e disputando o controle político sobre a área do assentamento representada pela associação, tanto é, que após perder a última eleição para a diretoria da associação, tratou de criar um novo grupo ao qual atribuiu o nome de “grupo independente”, já que não tinham mais o controle da associação como vinha ocorrendo desde a criação desta, como mostra o depoimento de uma entrevistada integrante deste grupo, ao responder se já havia exercido algum cargo de diretoria na associação:

“Já. Na primeira diretoria⁹⁹ eu fui vice-tesoureira. Depois entrou outra diretoria e eu fui tesoureira, aí terminou o mandato, foi realizada outra votação e eu fui escolhida vice-presidente, no mandato anterior ao de agora.” (C. M. N., 51 anos)

Este grupo continua associado à associação, mas sua participação nas atividades se restringiu ao início do mandato da atual diretoria. Logo em seguida, alegando insatisfação com a maneira como esta associação estava sendo administrada pelos novos representantes legais, se afastou das atividades.

Os motivos pelos quais estas oito famílias decidiram se afastar das atividades da associação e criar este “grupo independente” são apresentados por uma entrevistada no depoimento abaixo:

“A gente formou esse grupo porque a bem do que a gente queria que acontecesse dentro do assentamento e da associação não aconteceu. A

⁹⁹ Referente à fundação da associação.

melhor dizer, o presidente não concordava com o que o povo discutia nos grupos. A gente discutia uma coisa de um jeito e ele fazia completamente diferente, e isso desagradava algumas pessoas, então, para não ter discussão, nós preferimos sair da associação e formar esse grupo, porque achávamos que o trabalho não estava sendo feito da maneira que a gente queria.” (C. M. N., 51 anos)

Deste modo, esse grupo está começando a fazer uma oposição acirrada à atual diretoria da associação, adotando, na situação atual, uma postura de boicote a todas as atividades organizadas por esta diretoria. Esta postura foi verificada por nós durante a aplicação da técnica da observação participante durante os trabalhos de reforma da casa-sede realizados pelo grupo coletivo da associação. Esta atividade acontecia sempre às quartas-feiras e aplicamos a técnica da observação participante em duas quartas-feiras consecutivas e durante este período não constatamos a presença de nenhum representante deste “grupo independente” entre os assentados presentes na atividade de reforma da casa-sede.

É mister ressaltar: independentemente da análise sobre as disputas políticas existentes entre os grupos sociais no assentamento, esses episódios nos apontam a existência de uma relativa rejeição à forma cooperativista entre uma parcela de famílias no caso aqui estudado, senão, os boatos espalhados não teriam encontrado eco nem resultado na adesão de 79% delas à associação naquele momento, como enfatiza o depoimento abaixo:

“Eu vejo que não precisava de duas identidades tão fortes como a cooperativa e associação, mas isso foi criado porque algumas pessoas não conseguiram ser o presidente e desmobilizou o povo para criar uma associação e nós, já que tínhamos discutido e decidido, fundamos a cooperativa com 25 famílias.” (J. P. S., 52 anos)

Neste sentido, esta pesquisa buscou investigar outros motivos para a existência de uma cooperativa e de uma associação no Assentamento Chico Mendes, e, à luz das entrevistas, além da disputa de poder sobre a qual vínhamos tratando até este momento no presente tópico, algumas passagens dos depoimentos dos entrevistados também nos fornecem elementos explicativos para esta motivação.

Em um destes depoimentos, uma entrevistada se reporta, no decorrer de toda sua entrevista, à falta de união, como motivo para a existência de uma cooperativa e de uma associação no assentamento. Como por exemplo, ao ser perguntada por que existe uma associação e uma cooperativa no assentamento, ela fornece a seguinte explicação:

“Através de união que não tem. Inclusive esse grupo que a gente formou agora, também foi por falta de união.” (C. M. N., 51 anos)

Em outros dois depoimentos, os entrevistados, ao descreverem sua visão a respeito de cooperativas, falam sobre esta forma de organização. Para um destes entrevistados, ao ser perguntado sobre os motivos que levam a maioria dos assentamentos a optarem por associação e não por cooperativa, dá o seguinte depoimento:

“A cooperativa, no meu modo de pensar, o pessoa precisa ter muita coisa. Tem que ter um trator, um carro ou um outro objeto que sirva para a cooperativa. Por isso acho associação melhor que cooperativa. A cooperativa podia ser adotada para uma empresa grande porque tem muitas coisas.” (A. C. F. S., 50 anos)

Outro entrevistado, ao ser perguntado sobre o que é mais vantajoso, se a cooperativa ou a associação, apresenta o seguinte depoimento:

“Hoje eu estou entre uma coisa e outra, mas continuo valorizando a cooperativa porque ela cria mais espaços, ela tem meios de vender sua produção. Nós temos a cooperativa como uma indústria, como uma empresa muito forte porque tudo o que pensarmos, sendo através de cooperativa, há mais meios de realizar. Também na cooperativa tanto o assentado, como a esposa e os filhos, todos têm seu espaço.” (J. P. S., 52 anos)

Os dois depoimentos transcritos há pouco trazem em comum a projeção de uma imagem sobre a cooperativa, como uma grande empresa, porém, para o primeiro entrevistado (A. C. F. S.) é exatamente por esta razão que esta forma de organização não está adequada à realidade camponesa. Enquanto que o segundo entrevistado, (J. P. S.) apóia-se exatamente no fato da cooperativa ser uma empresa de grande porte, para dizer que continua valorizando mais a cooperativa do que a associação. Para complementar a visão deste assentado trazemos um outro trecho do depoimento deste segundo entrevistado onde ele diz que: “Quando a gente é pequeno pensa grande.” (J. P. S., 52 anos).

Outra explicação está relacionada à carga burocrática e tributária maior incidente sobre a cooperativa, de acordo com o depoimento de uma entrevistada:

“Na cooperativa a burocracia é maior! Exige muito documento! Exige ter cadastro no INSS, na Receita Federal, na Caixa Econômica. Hoje até que estas exigências estão parecidas para associação e cooperativa, mas os documentos ainda são exigidos mais da empresa, porque a cooperativa é uma empresa! Por exemplo, o imposto de renda da associação é um tantinho assim e o nosso chega a um valor maior, é preciso colocar a cooperativa

como não tendo fins lucrativos pra quando for pagar o imposto de renda não gastar uma quantidade enorme de dinheiro.” (V. G. S., 34 anos)

A entrevistada ainda realça esta informação em outra parte do seu depoimento:

“Eu acho que é menos burocrático lutar com associação do que com cooperativa, a pessoa tem menos dor de cabeça. Às vezes tem projeto que sai pela associação e não sai pela cooperativa por causa da burocracia.” (V. G. S., 34 anos)

Nos demais aspectos, como a comercialização e a infra-estrutura produtiva, por exemplo, os entrevistados desta pesquisa não conseguiram enxergar ou identificar diferenças entre a cooperativa e a associação, como afirma o depoimento de uma entrevistada:

“Quando a gente estava assistindo um encontro pra formar a cooperativa, eles falavam mais que a cooperativa era uma empresa e podia trazer mais recursos aqui pra dentro. Mas não está funcionando do jeito que eles falaram porque nem uma nem outra trouxe qualquer recurso como foi falado na reunião que a gente participou.” (C. M. N., 51 anos)

Neste sentido, outros dois entrevistados, em seus depoimentos, afirmam não perceber diferença entre a cooperativa e a associação em relação à comercialização. Um destes entrevistados afirma:

“No início aqui foi falado que a associação podia produzir, mas a comercialização só podia ser pela cooperativa. Eu acho que esse foi também o motivo de ter sido montada a cooperativa. Mas ficou só no nome, porque hoje a gente não tem nada aqui que se venda nem em nome da cooperativa nem da associação. Hoje aqui tudo é vendido para atravessadores. Então, se a cooperativa foi criada pensando em melhorar a comercialização, nessa parte aí não está funcionando e o problema não foi resolvido. Assim, não vejo melhoria pra gente em nada, nessa questão.” (G. E. G., 27 anos)

Na mesma direção do depoimento anterior, outra entrevistada, ao ser perguntada se a cooperativa realiza a comercialização da produção agropecuária das famílias assentadas, afirma:

“Faz não. A gente também lutou pra conseguir isso, mas não deu certo. A gente tentou fazer assim, comprar os alimentos dos próprios agricultores daqui de dentro, falamos até com alguns, mas eles preferem vender ao atravessador lá de fora do que à cooperativa porque eles alegam que o povo de fora paga na hora.” (V. G. S., 34 anos)

Deste modo, para encerrarmos a discussão deste tópico, trazemos presente o depoimento de um entrevistado, ao responder sobre o que achava mais vantajoso, se a cooperativa ou a associação:

“Eu tô meio a meio entre associação e cooperativa porque eu vejo que as duas têm meios dos assentados sobreviverem, é só haver organização entre associação e cooperativa, porque tem espaço para todos eles e suas famílias se organizarem e viverem.” (J. P. S., 52 anos)

Assim sendo, em conformidade com as discussões trazidas neste tópico, compreendemos que as duas formas de representação jurídica presentes no Assentamento Chico Mendes, até o presente momento, não estão se constituindo em diferenças significativas em relação aos aspectos de incremento de renda que possam se converter em melhorias dos indicadores econômicos para as famílias assentadas.

Entretanto, as famílias continuam acreditando nas práticas simples de cooperação como formas, senão para melhorar sua renda econômica, mas pelo menos para diminuir os desgastes físicos próprios das atividades de trabalho na agricultura, além de garantir a realização das atividades agrícolas nos períodos onde há uma maior intensificação do uso de mão-de-obra acima da quantidade disponível no núcleo familiar, sendo estas atividades realizadas através das práticas simples de cooperação, como a troca de dias de trabalho, ainda presentes entre as famílias do assentamento aqui pesquisado, sendo este o tema proposto à discussão no tópico seguinte.

4. As práticas simples de cooperação no Assentamento Chico Mendes

As práticas de cooperação simples estão presentes entre as famílias do Assentamento Chico Mendes, dentre elas, a troca de dias de trabalho que até os dias atuais é utilizada por algumas famílias para a realização do trabalho agrícola em suas parcelas.

Estas práticas de cooperação simples já faziam parte do contexto histórico-cultural das famílias, antes mesmo do seu envolvimento com a luta pela terra e continuaram a ser utilizadas após a criação do assentamento, como mostra o depoimento de uma entrevistada:

“Antes de vim pra cá eu trabalhava na agricultura. A gente fazia coletivo para trabalhar em mutirão. Antes de vim pra cá eu já era da agricultura e sou até hoje, graças a Deus! Eu e minha mãe, a gente formava aqui e ali um

bocado de mulheres para trabalhar em conjunto, em mutirão no roçado, um dia ia para uma, outro dia ia para a outra, até que a gente fazia tanto no nosso como nos daquelas pessoas que estavam com a gente trabalhando em mutirão.” (C. M. N., 51 anos)

Nossa pesquisa identificou a existência de pelo menos dois grupos familiares que utilizam a troca de dias de trabalho na realização das atividades agrícolas em suas parcelas atualmente no Assentamento Chico Mendes. Além de um assentado que utiliza esta forma de organização do trabalho, tendo este caso características peculiares, pois este assentado possui um arado¹⁰⁰ de tração animal e, com este equipamento, presta serviço às famílias e estas retribuem trabalhando em seu roçado.

Os dois grupos familiares são ligados à associação, têm grau de parentesco entre si, e fazem uso desta prática de trabalho com regularidade, ano após ano. Já o assentado proprietário do arado, é ligado à cooperativa e realiza esta prática eventualmente para outros assentados com os quais não tem grau de parentesco familiar, na medida em que estes necessitam do arado do qual ele é proprietário.

Esta forma de organização do trabalho, além de resolver o problema imediato da insuficiência de mão-de-obra familiar, ainda funciona para diminuir o dispêndio de energia física nas árduas tarefas do trabalho na agricultura camponesa, conforme já afirmamos no Capítulo II¹⁰¹ desta Dissertação, e para diminuir também o isolamento provocado por este trabalho entre os camponeses, como afirma este depoimento de um entrevistado:

“Eu tiro por mim mesmo e também vejo alguns companheiros dizerem: ‘É! A pessoa no meio do mato trabalhando sozinho, sem falar com ninguém...’ Eu acho que isso faz a coisa atrasar mais. Eu tiro pelo meu roçado mesmo, que a pessoa trabalha sozinha a semana inteira e não faz nada! E junto com os companheiros a gente solta uma lera, solta uma brincadeira e a coisa vai à frente.” (G. E. G., 27 anos)

Dos dois grupos familiares praticantes da troca de dias de trabalho ligados à associação, um é o grupo familiar do atual presidente. Este grupo é formado por quatro famílias, as de três irmãos e a família do pai e funciona conforme descrito pelo depoimento a seguir:

¹⁰⁰ Consiste num equipamento com lâminas de aço que na medida em que vai sendo puxado por um animal, geralmente um boi, conhecido entre os camponeses como boi de cultivo, vai arrancando o mato existente no terreno e preparando-o para o plantio ou durante o ciclo de crescimento da lavoura, eliminando o mato que prejudica o seu desenvolvimento.

¹⁰¹ Cf página 43.

“Lá no meu grupo são quatro famílias. Meus dois irmãos, eu e meu pai. A gente troca dias, assim: Um vai para o roçado do outro, mas só entre nós quatro! É difícil a gente ter um ano para não fazer isso. Eu mesmo, no meu roçado lucrei uns trinta sacos de milho, que eu já vendi uns vinte e tem umas canas, capim, umas roças, e eu só consegui dar conta por causa desses dias de trabalho que a gente troca, porque quando eu vou um dia para o roçado deles, então vêm quatro para o meu. Mesmo eu tendo que trocar os quatro dias, mas tem ocasião que eu estou fora resolvendo as coisas da associação e quando isso acontece, eu dou os dias de trabalho quando volto para o assentamento. Isso é bom porque quatro pessoas trabalhando no roçado a gente faz muita coisa andar! E eles também não esperam eu estar em casa para ir pro roçado deles, se a gente trocou o dia, então eu devo esse dia trocado, mas eles não ficam esperando eu chegar pra ir para o roçado deles, eles vão tocando os roçados deles e quando eu chegar e puder, aí eu vou dar o dia que eu devo a eles.” (G. E. G., 27 anos)

Esta forma de organização do trabalho é alegada, inclusive, pelo presidente da associação, como a maneira pela qual ele pode se disponibilizar para as atividades à frente da associação, caso contrário, segundo ele próprio, não lhe seria possível assumir mais esta tarefa:

“Eu tenho que decidir: ou estar na coordenação ou cumprir com as obrigações no meu roçado. Se não fosse a troca de dias de trabalho eu não teria condições de assumir porque a gente sabe que a associação tem uma correria grande, tem que estar em vários encontros, ir para o INCRA resolver problemas. Tem época que você fica tão ocupado que não dá tempo nem de ir ao roçado. Aí, quando bate o inverno, se você passar uma semana sem ir ao roçado o mato sobe e acaba com tudo! Por isso eu acho eu achei grande vantagem nessas trocas de dias. Desse jeito eu tenho condições de assumir a associação, mas se não fosse assim, eu tinha que decidir: Ou tomar conta do meu roçado, ou estar na coordenação da associação. Sem falar que o trabalho na associação é uma coisa que a gente não ganha nada e tem que correr um bocado. Aí, graças a Deus, essa troca de dias me ajuda e a gente sempre pretende, todo ano, dar uma força uns aos outros.” (G. E. G., 27 anos)

Outro grupo familiar ligado à associação, praticante da troca de dias de trabalho é formado por três famílias: a do pai, a de um de seus filhos e a de um genro. Inclusive, esta é a única forma de trabalho em conjunto que ele declarou conhecer:

“Homem! Três quatro pessoas. O certo mesmo são meus filhos, sabe?! Porque aqui eu trabalho junto com eles, eu trabalho no roçado deles e eles trabalham no meu.” (J. R. S., 63 anos)

De acordo com o entrevistado, a troca de dias de trabalho entre eles funciona nos períodos em que há maior demanda de mão-de-obra, especificamente na limpa do mato do

roçado ou, nos termos colocados pelo próprio assentado, “nas vezes em que eles estão impresados de mato no roçado”.

Perguntado se eles sempre utilizam esta forma de trabalho, ele respondeu:

“É sim senhor. Porque... eles têm o roçadinho deles e eu tenho o meu. Aí, às vezes eu estou impresado de mato, então eles vêm para o meu roçado, quando a gente está desempresado vai para o do outro, e assim vamos levando!” (J. R. S., 63 anos)

Quando perguntado se esta forma de organizar o trabalho na agricultura funciona, o entrevistado foi taxativo em sua resposta: “Funciona porque são meus filhos! Porque eu tenho que ajudar eles e eles me ajudarem também.” (J. R. S., 63 anos). E explicou os motivos pelos quais ele acha que tem de ajudar os filhos e, da mesma forma, os filhos têm de ajudá-lo:

“Eu tenho quatro hectares e meio de terra aqui. Mas eu sozinho e Deus e Nossa Senhora eu não consigo levar esses quatro hectares e meio de terra se plantar ele todinho sozinho. Dinheiro para pagar um dia de trabalho eu não tenho. E, então, se não for a ajuda de meus filhos com a minha ajuda também, não adianta. Agora, só não tem futuro, do meu ponto de vista, assim: Tem nós todos aqui, aí, tem um grupo de dez ou doze, aí o cabra vai e diz assim: “Fulano, vamos botar um roçado pra gente num canto só.” Nisso aí eu não acredito não! Sabe por quê? Porque se eu trabalho os outros não trabalham! E se os outros trabalham e eu não trabalho, aí vai trabalhar uns para os outros. Assim, eu acho melhor trabalhar só no meu roçado com Deus e Nossa Senhora e meus filhos.” (J. R. S., 63 anos)

Para este assentado, portanto, a prática da troca de dias de trabalho é viável quando realizada apenas entre pais e filhos, não acreditando nesta forma de cooperação no trabalho quando ela é proposta a ser organizada, por exemplo, entre assentados que não sejam do mesmo núcleo familiar.

No caso da troca de dias de trabalho praticada pelas famílias ligadas à cooperativa, não há relação de parentesco entre elas. Neste caso, a relação existente entre estas famílias é permeada por laços de amizade e de vizinhança, como mostra o depoimento de uma entrevistada:

“Aqui no assentamento tem umas duas ou três famílias que sempre gostam de fazer isso, porque são muito amigas, são vizinhas, são pessoas legais, não são parentes, mas eles gostam de fazer isso, de trocar dias de trabalho.” (V. G. S., 34 anos)

Neste caso a troca de dias de trabalho é intermediada não apenas pela mão-de-obra, mas por serviços ou equipamentos técnicos. Este é o caso, por exemplo, de uma das duas famílias ligadas à cooperativa, que possui um cultivador de tração animal e realiza a limpeza e o preparo do terreno de qualquer assentado que solicite este serviço e em troca este assentado vai trabalhar para retribuir o serviço prestado, como relata o depoimento abaixo:

“Algumas pessoas aqui trocam dias de trabalho, como por exemplo, eu digo assim: ‘Ô fulano, vamos trocar dias de serviço? Eu vou trabalhar hoje pra você, pra amanhã você trabalhar pra mim?’ Isso já acontece! Por exemplo, aqui tem um assentado que tem um boi de cultivo, aí ele cultiva a terra do pessoal com o boi dele e em troca o pessoal que ele cultivou a terra vai no outro dia trabalhar pra ele.” (V. G. S., 34 anos)

Como último aspecto em relação à prática das trocas de dias de trabalho identificada no Assentamento Chico Mendes, tem-se o fato de que em todos os casos relatados pelos entrevistados desta pesquisa há a afirmação de obrigatoriedade de retribuição, esta feita da seguinte forma: quem prestar um dia de trabalho receberá como retribuição obrigatória um dia de trabalho, quem prestar dois dias de trabalho receberá como retribuição obrigatória dois dias de trabalho, e assim por diante.

Esta obrigatoriedade é relatada pelo depoimento de um entrevistado que utiliza esta forma de trabalho, ao ser perguntado se ele se sente na obrigação de retribuir os dias de trabalho recebidos:

“Eu me sinto na obrigação de retribuir o dia de trabalho porque eles me ajudaram. Porque se a pessoa vai no meu roçado me dá uma ajuda e amanhã essa pessoa está sozinha no seu roçado, eu tenho que lhe ajudar também, porque eu recebi ajuda.” (J. R. S., 63 anos)

Em seguida, ao ser perguntado se há algum problema caso ele decida não retribuir o dia trabalhado, o entrevistado responde:

“Não tem problema não, mas também eles não vêm mais para o meu roçado! Porque como é que a gente vai ser ajudado sem ajudar?! Assim não vale a pena!” (J. R. S., 63 anos)

Desta maneira, quem receber uma quantidade de dias de trabalho ficará obrigado a retribuir na mesma quantidade, sob pena de não poder mais contar com esta ajuda caso venha a precisar futuramente. Como os camponeses não dispõem de dinheiro para pagar a mão-de-obra eventual da qual sempre estão necessitando para realização de seu trabalho em

determinados períodos onde há uma intensificação do uso de mão-de-obra, não é difícil concluir que o retorno dos dias trabalhados é sempre garantido.

Nossa pesquisa identificou ainda uma outra prática simples de cooperação utilizada no Assentamento Chico Mendes, é a prática do mutirão. No entanto, os entrevistados, ao se reportarem às práticas de trabalho coletivo organizadas na forma de mutirão, sempre fazem referência às experiências realizadas na época do acampamento.

A organização do trabalho na forma de mutirão era realizada pelas famílias na época do acampamento para a formação de roças coletivas e também para outras atividades não-agrícolas como pedágios e campanhas de arrecadação de alimentos, conforme relata um entrevistado:

“Geralmente o coletivo era organizado para o roçado, mas também tinha outras atividades, tinha uma turma que fazia uns pedágios na BR, outra turma fazia campanhas para arrecadar alimentação. Todo mundo que fosse acampado tinha que ter uma atividade, isso era norma do próprio acampamento.” (J. P. S., 52 anos)

Durante o período de acampamento, existia um dia da semana reservado para a realização de atividade na forma de mutirão, mas se houvesse necessidade, esta atividade poderia ser realizada ao longo de toda a semana, de acordo com o depoimento de um entrevistado, ao ser perguntado sobre a organização das atividades coletivas na época do acampamento: “Era uma vez por semana, mas se fosse necessário poderia ser até a semana toda.” (J. P. S., 52 anos)

Neste sentido, o representante da associação que pratica a troca de dias de trabalho, ao ser perguntado se conhecia o mutirão, a troca de dias de trabalho ou trabalho coletivo, responde:

“Eu já conhecia! Aqui mesmo eles faziam o mutirão. Botavam um roçado e aí trabalhava aquele móio de companheiros naquele roçado, quando era no tempo¹⁰² dividia. Esse era o mutirão, na época não se chamava de grupo coletivo.” (G. E. G., 27 anos)

Atualmente esta prática de trabalho é utilizada, nas atividades agrícolas, nas duas únicas atividades coletivas realizadas conjuntamente entre a associação e a cooperativa: a limpeza de um açude e os tratos culturais para manutenção de uma área plantada com coqueiros, conforme relata uma entrevistada em seu depoimento:

¹⁰² Da colheita.

“Só tem duas coisas aqui que é da cooperativa e da associação: o açude grande e o sítio de coqueiro, aí por exemplo, quando é pra limpar o sítio dos coqueiros, a gente faz reunião com as duas direções, da associação e da cooperativa, para conversar sobre o que nós temos que fazer. Se for pra fazer a vigília do açude tanto a associação quanto a cooperativa tá disponível pra fazer a vigília.” (V. G. S., 34 anos)

Ainda assim, estas atividades, além de serem realizadas eventualmente, ainda contam com a participação de poucas pessoas, como afirma a mesma entrevistada:

“Se você chamar... por exemplo, a gente convidar o pessoal, umas vinte ou trinta pessoas pra fazer esse trabalho lá, só chega umas dez ou quinze.” (V. G. S., 34 anos)

Assim sendo, pelo que foi exposto neste tópico, a cooperação de fato está presente ao longo do desenvolvimento histórico-cultural das famílias do Assentamento Chico Mendes, porém na forma de práticas de cooperação simples. O contrário acontecendo em relação ao cooperativismo, que se mostrou algo distante desta realidade pesquisada, além de ter se mostrado uma prática completamente ausente do contexto sócio-histórico destes sujeitos sociais, uma vez que todos os entrevistados declararam total desconhecimento sobre o cooperativismo antes do seu envolvimento com a luta pela terra.

Desta maneira, consideramos que a criação da cooperativa não se converteu nem em garantia nem em envolvimento efetivo ou ainda em aumento quantitativo ou qualitativo das práticas de cooperação no assentamento objeto desta pesquisa. Ao contrário, para os entrevistados a realização das práticas de cooperação não deve ser prerrogativa do modelo cooperativista nem tampouco do modelo associativista, elas podem e devem conviver harmoniosamente com ambos.

Isto está demonstrado pelas ações práticas observadas e identificadas na comunidade onde esta pesquisa foi realizada, uma vez que as práticas coletivas continuam a ser utilizadas até o momento presente¹⁰³ na área do assentamento representada pela associação.

Em sentido contrário, na área do assentamento representada pela cooperativa, as práticas coletivas praticamente desapareceram, a exemplo de um grupo coletivo formado por oito famílias ao qual já nos referimos e que se desfez estando seus integrantes hoje trabalhando de forma individualizada, como confirma o depoimento abaixo:

¹⁰³ Março de 2008.

“O trabalho coletivo aqui não funciona, teve um grupo de família que até tentou, mas não deu certo, terminou se desligando, acabou o grupo coletivo. Foi tão tal que os lotes deles eram todos pegados e o trabalho era conjunto entre os integrantes do grupo, mas depois se desligaram e o INCRA teve que repartir a terra deste grupo de famílias.” (V. G. S., 34 anos)

Neste sentido, esta pesquisa constatou ainda a existência de uma descrença bastante acentuada entre os representantes da cooperativa no tocante à realização de atividades coletivas, declarada pelos entrevistados ligados a esta forma de representação. Segundo eles, hoje os assentados ligados à cooperativa se mostram resistentes e contrários à organização de atividades coletivas.

Para finalizar este capítulo, consideramos que a criação do “grupo independente” demonstra a existência de um novo foco de conflito no assentamento e se de fato os conflitos apresentam em si a possibilidade de crescimento para os grupos envolvidos, no sentido da elaboração de propostas coletivistas que promovam a unidade interna e possibilitem o desenvolvimento socioeconômico de toda a comunidade e, ao mesmo tempo, se constituam também em espaços de exercícios das subjetividades, como já nos mostrou Simmel, cabe aos representantes políticos do assentamento e do MST interagir com as famílias assentadas para que todos juntos encontrem caminhos que conduzam à organização de práticas de cooperação que contribuam para o desenvolvimento econômico e social das famílias do Assentamento Chico Mendes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Para as considerações aqui trazidas, partiremos do objeto de pesquisa proposto nesta dissertação, ou seja, investigar a interação entre o modelo de cooperação idealizado pelo MST para os assentamentos ligados a este movimento social na Paraíba e as práticas de trabalho coletivo vivenciadas pelos camponeses em suas trajetórias sócio-históricas e culturais.

Deste modo, além de termos buscado conhecer a realidade aqui contextualizada que levou o MST a idealizar e disseminar seu modelo de cooperação agrícola para os assentamentos ligados a este movimento social em todo o país, também buscamos caracterizar as práticas de cooperação simples vivenciadas pelos camponeses em seus processos de desenvolvimento sócio-históricos e culturais.

Nossa pesquisa constatou que o tensionamento no relacionamento entre os grupos sociais do Assentamento Chico Mendes, motivado pelas disputas do controle político que levou parte das famílias a se desligar da cooperativa e criar a associação, continua existindo, pois o grupo apontado pelas famílias como responsável por este processo, ao perder a última eleição para a diretoria da associação, tratou de se desligar dela e criar um outro grupo autodenominado de “grupo independente”, tendo como foco principal de sua atuação, o boicote a todas as atividades organizadas pela atual diretoria da associação.

A direção estadual do MST não está alheia a este processo, porém, se mantém distante, pois durante o período em que estivemos no assentamento realizando esta pesquisa não constatamos a presença de representantes da direção estadual deste movimento social na área do assentamento representada pela associação, apesar de existir entre as 120 famílias assentadas, um dirigente estadual do Movimento. Este distanciamento se fez notar também pelas entrevistas que realizamos, pois em nenhuma delas há referência ao envolvimento do MST neste processo, quer seja com o objetivo de contribuir para a sua dissipação, quer seja para a diminuição deste tensionamento.

Apenas uma das representantes deste grupo recém-criado, entrevistada em nossa pesquisa, fez referência a uma única reunião ocorrida entre este grupo, até então sem denominação, e o coordenador do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente integrante da direção estadual do MST que, segundo esta entrevistada, sugeriu que não fosse criada uma nova associação, como era desejo do grupo, mas se mantivesse como um grupo independente, surgindo assim a denominação de “grupo independente”.

Esta situação se apresenta, para nós, a partir das contribuições de Simmel acerca da abordagem sociológica dos conflitos, que esta comunidade assentada está em processo real de existência, incluindo-se aí o exercício das individualidades e estas, por sua vez, podem se converter numa forma potencial de desenvolvimento de um modelo de cooperação da envergadura deste idealizado pelo MST, cabendo, no entanto, a este movimento social, aproveitar estes espaços de exercício das individualidades como válidos para implementação de sua proposta de cooperação e não encarar estas individualidades como contraposição, concorrência ou limitação ao desenvolvimento desta cooperação.

A organização de mutirões para realização de atividades como a reforma da casa-sede, consertos de cercas, limpezas de áreas agrícolas coletivas e reformas de estradas, que não faziam parte do contexto histórico-cultural destas famílias, passaram a integrar o contexto desta nova comunidade constituída, mesmo que estas atividades estejam mais presentes entre as famílias ligadas à associação e sejam repudiadas pelas famílias ligadas à cooperativa, nos levando a considerar que a criação de uma cooperativa pode não ter se constituído em garantia ou sinônimo de prática de cooperação, pelo menos não para o caso do Assentamento Chico Mendes.

A preparação das famílias para a prática do trabalho coletivo durante o período de acampamento, através da obrigatoriedade de que todos os integrantes acampados estivessem inseridos em atividades coletivas pré-estabelecidas por orientações políticas definidas nas instâncias nacionais de direção política do MST, assim como a realização dos cursos, encontros, reuniões e os diálogos sobre as formas de representação jurídica que poderiam ser adotadas pela comunidade assentada de acordo com a legislação brasileira, objetivaram direcionar as famílias para a escolha do modelo cooperativista e, desta maneira, satisfazer o critério de assentamento praticante da cooperação definido por este movimento social.

Deste modo, o Assentamento Chico Mendes estaria declarando ser um assentamento seguidor das linhas políticas definidas nacionalmente pelo MST. No entanto, após a criação do assentamento, estas práticas coletivas foram sendo desprestigiadas pela maioria das famílias assentadas, como é o caso do mutirão, que está praticamente em desuso pela comunidade assentada.

A presença permanente de militantes políticos do MST durante o período em que as famílias do Assentamento Chico Mendes permaneceram acampadas, objetivando garantir a adesão das famílias ao seu modelo de cooperação, mostrou-se um método de formação político-ideológica eficiente, se considerarmos apenas o período em que as famílias permaneceram acampadas.

Do mesmo modo que a presença do MST na comunidade durante o período de acampamento se mostrou eficiente para a formação político-ideológica das famílias naquele momento, sua ausência após a criação do assentamento contribuiu para a descontinuidade deste processo de formação das famílias, colaborado assim, para a não-consolidação desse modelo de cooperação. Apenas o que já estava consolidado pelo contexto histórico-cultural destas famílias antes do seu envolvimento com a Reforma Agrária vem se mostrando eficiente para a continuidade das práticas coletivas naquele assentamento, demonstrando que além das vontades e das orientações e definições político-ideológicas, também deve ser considerado o contexto histórico-cultural dos atores sociais aos quais são direcionados processos de cooperação agrícola através de modelos pré-estabelecidos.

Deste modo, alheios aos princípios doutrinários do cooperativismo, os informantes desta pesquisa apontaram outros princípios como união, solidariedade, diálogo e respeito às diferenças, como fundamentais para o desenvolvimento de qualquer modelo de cooperação. E mais, afirmaram ser indiferente o fato das pessoas estarem ligadas a uma cooperativa ou a uma associação para que o trabalho possa ser organizado através de práticas coletivas.

Nossa pesquisa constatou que de fato as práticas de cooperação simples fazem parte do desenvolvimento histórico-cultural das famílias do Assentamento Chico Mendes. O contrário acontecendo em relação ao cooperativismo, que se mostrou algo distante desta realidade pesquisada, tendo sido declarado por todos os entrevistados, desconhecimento sobre cooperativismo antes do seu envolvimento com a luta pela terra que resultou na criação daquele assentamento. Portanto, a criação da cooperativa não se converteu em garantia nem envolvimento efetivo, e muito menos em aumento quantitativo e/ou qualitativo das práticas coletivas nesta nova comunidade. Ao contrário, acabou colaborando para a rejeição às práticas coletivas, mesmo as tidas como mais simples, entre as famílias ligadas à cooperativa.

Os dados apresentados na tabela 01 do Capítulo II desta Dissertação, referente aos assentamentos da Paraíba e as formas de representação jurídica são interpretados por diversos analistas como indicadores de fracasso da proposta de cooperação do MST. Entretanto, para nós, antes de mostrar a inviabilidade desta proposta idealizada por este movimento social, estes dados apontam para uma inconsistência metodológica em relação ao formato adotado para classificação dos assentamentos entre praticantes e não-praticantes da cooperação de base cooperativista. Isso porque levamos em consideração o fato de que as práticas coletivas estão presentes entre as famílias, no caso do Assentamento Chico Mendes, independentemente da filiação a qualquer uma destas ou de outras formas de representação jurídica.

Neste sentido, em nossa interpretação, deve ser examinado e reavaliado a forma técnico-burocrática e o critério meramente institucionalista utilizado por este movimento social em seus propósitos de priorização do modelo cooperativista como se isso, por si, significasse a garantia de adesão das comunidades assentadas ao seu modelo de cooperação. Isso porque compreendemos que este processo vem sinalizando, já há algum tempo, estar marcado, primeiro por um desconhecimento ou desconsideração às práticas historicamente presentes entre os camponeses e, em segundo lugar, porque a criação de cooperativas, com base no estudo de caso aqui apresentado, tem sido muito mais uma ação externa, permeada por motivações de ordem político-ideológicas alheias ao conhecimento e aos interesses das comunidades camponesas assentadas.

Qualquer proposta ou modelo de organização social que implique na interferência ou alteração de hábitos e costumes historicamente consolidados deve levar em consideração os contextos sociais aos quais se está interferindo, como é o caso dos assentamentos rurais, não como se a partir dali estivesse nascendo uma comunidade, mas como a continuidade de trajetórias de vida de indivíduos e de famílias com passado histórico. Dito isso, compreendemos que as propostas de cooperação não devem ser levadas às comunidades assentadas como se estas fossem constituídas por sujeitos sociais desprovidos de passado e histórias de vida, mas deve-se considerar o contrário disto, pois as experiências históricas têm muito a contribuir para qualquer processo de organização social.

Assim sendo, estamos convencidos de que o desenvolvimento de um processo de cooperação em patamares superiores precisa estar referenciado no universo substantivo de experiências históricas dos atores sociais envolvidos, tais como nas diversas formas de cooperação, algumas até muito sutis, que chegam a passar despercebidas, ou não são nem consideradas como tal, a exemplo da simples ajuda entre vizinhos no compartilhamento de atividades domésticas, a exemplo de assumir a responsabilidade pelos filhos quando seus pais são obrigados a se deslocar para a cidade, caso este muito comum entre as famílias assentadas.

As disputas pelo controle da associação entre os dois grupos sociais na área do assentamento representada pela associação estão prejudicando o desenvolvimento das famílias naquela área do assentamento, um exemplo disto é que estas famílias permanecem até hoje sem abastecimento domiciliar de água. Com efeito, estes prejuízos também se estendem ao conjunto das famílias assentadas, pois estas disputas estão refletindo também no relacionamento entre as duas formas de representação jurídica ali existentes, como mostraram

os depoimentos dos entrevistados no que tange ao relacionamento entre os representantes legais destas duas formas de representação jurídica.

Os efeitos destas disputas entre grupos sociais estão comprometendo o desenvolvimento das práticas de cooperação existentes entre as famílias assentadas, assim como a adoção de outras práticas, a exemplo dos grupos coletivos, os quais sofrem um boicote sistemático organizado pelo grupo opositor.

Por fim, gostaríamos de tecer uma breve consideração sobre a discussão do cambão realizada no Capítulo I desta Dissertação¹⁰⁴. Ali afirmamos que em pesquisa anterior realizada no Assentamento Chico Mendes, havíamos constatado indícios de semelhança entre a prática do cambão e a forma como o modelo de cooperação do MST estava sendo proposto às famílias assentadas. Entretanto, na pesquisa da qual esta Dissertação é produto final, estes indícios não foram confirmados. Nenhum entrevistado estabeleceu qualquer relação ou ligação entre estas duas práticas. Aliás, dentre todos os entrevistados, apenas um afirmou conhecer o cambão e forneceu uma definição com clareza e precisão a respeito desta prática, porém, nem mesmo este entrevistado fez qualquer menção entre a prática do cambão e a forma como o modelo de cooperação idealizado pelo MST havia sido implementado no Assentamento Chico Mendes.

¹⁰⁴ Cf páginas 28-29.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. O novo Código Civil e o estatuto social das ONG's. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: 09 set. 2007.

AGUIAR, Neuma. Observação participante e “survey”: Uma experiência de conjugação. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica: Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 125-151.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. Tradução de Olga Lopes da Cruz. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. 2 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1980. p. 123-174.

BOGO, Ademar. **Resgatar os princípios organizativos**. Salvador, 2001 (mimeo).

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão popular, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CARVALHO, Horácio Martins de. As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma do MST (Período 1989-1999). In: **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)**. Caderno de cooperação agrícola nº 08. São Paulo: CONCRAB, 1999.

CONCRAB. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)**. Caderno de cooperação agrícola nº 08. São Paulo, 1999.

CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. São Paulo, 1997.

DA MATTA, Roberto. O ofício, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 23-35.

EID, Farid. Cooperativismo de reforma agrária e direitos humanos no Brasil. São Carlos, 2000. Disponível em:
<http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/CAPLIVRO_UFSCAR.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2008.

FERNANDES, B. M. **Gênese e desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30. Setembro de 1998.

GATTAZ, A. C. Fazendo História Oral: Entrevistar: construindo a igualdade e a diferença. In: **Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 261-270.

IENO NETO, Genaro; BAMAT, Thomas (Org). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

INCRA. Sistema de informações de projetos de reforma agrária: **Relação de Beneficiários**. João Pessoa, 2007. (mimeo).

INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Chico Mendes**. João Pessoa, 2000. (mimeo).

INCRA. **I censo da reforma agrária do Brasil**. Brasília, 1998.

LACERDA, Automar Guedes de. **Do coletivo à cooperativa. Do individual à associação: O desenvolvimento do processo de cooperação agrícola no assentamento Chico Mendes na Várzea da Paraíba**. 2001. 60 f. Monografia (Especialização em Administração de Cooperativas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001. (mimeo).

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: Processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003 (Coleção Thésis).

LEMOS DE SOUZA, Francisco de Assis. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina: UEL/UFPB, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. V. I, Livro primeiro, Tomo I. Cap. I, IV, V, XI. (Coleção Os economistas).

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILLE, João Pedro (Orgs.). **Assentamentos: A resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e Reforma agrária. In: Estudos avançados, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998. p. 17-26.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987 (Coleção Primeiros Passos)

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981 (Teoria e Prática Sociais).

SIGAUD, Lygia. A Forma Acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda., nº 58, nov/2000. p. 79-92.

SIMMEL, Georg. **Simmel**. Trad. de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

ANEXOS

ANEXO A:**BOX 08:****Perfil abreviado sobre o autor desta Dissertação**

O autor desta Dissertação é graduado em agronomia pela Universidade Federal da Paraíba – Centro de Ciências Agrárias – Campus II – Areia/PB, cuja monografia de conclusão de curso foi realizada na área de Sociologia Rural, com o título: *Pelos Campos da Fome*, e subtítulo: *Um estudo sobre as consequências da falência da Usina Santa Maria em Areia/PB*, apresentada em outubro de 1996. Em dezembro deste mesmo ano ingressamos no MST na Bahia, mesmo tendo nascido e crescido na Paraíba. Um ano depois fomos deslocados para a Paraíba, onde estamos atuando até os dias atuais.

Nesta nossa trajetória de pouco mais de onze anos de militância exclusiva neste movimento social, passamos por várias experiências empíricas e acadêmicas. Conhecemos a realidade dos assentamentos em diversas regiões e estados brasileiros: Bahia, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Atuamos em diversos setores e nas mais diversas atividades. Começamos como técnico de campo na Bahia, onde tomamos contato direto com as experiências de cooperativismo então desenvolvidas pelo MST naquele estado, como as Cooperativas de Produção agropecuária (CPA's), as Cooperativas Regionais e vivência – de viver mesmo, morar – em acampamentos, talvez o maior aprendizado nesta luta por justiça social.

Chegando à Paraíba e assumimos a coordenação geral das equipes de assistência técnica, fomos coordenador de projetos de desenvolvimento econômico-social e atuamos em cursos de formação técnico-política.

Entre 1999 e 2001 fizemos um curso de pós-graduação, em nível de especialização, em administração de cooperativas, concluído em 2001 com a defesa da monografia: *Do coletivo à cooperativa. Do individual à associação: O desenvolvimento do processo de cooperação agrícola no Assentamento Chico Mendes*.

Desde então, estamos atuando no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA), em atividades de assessoramento técnico a assentamentos.

ANEXO B:**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SÓCIOS E DIRIGENTES DA COOPERATIVA
DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES****DADOS BÁSICOS**

1. Qual é seu nome completo e sua idade?
2. Qual o seu grau de escolaridade?
3. Há quanto tempo você está assentado neste assentamento?

RELAÇÃO COM O MST

4. Você é ligado ao MST? Por quê?
5. Você participa de alguma função no MST (direção, coordenação, setor, etc.). Qual(is)?

NOÇÃO E FORMAÇÃO SOBRE COOPERATIVISMO

6. Você já participou de algum curso, oficina, reunião, encontro, etc., sobre cooperação ou cooperativismo no período de acampamento?
 - a) De quantos?
 - b) Quais foram?
 - c) Como eles foram feitos?
7. Você já participou de algum curso, oficina, reunião, encontro, etc., sobre cooperação ou cooperativismo depois da criação do assentamento?
 - a) De quantos?
 - b) Quais foram?
 - c) Como eles foram feitos?
8. Existem atividades formativas sobre cooperativismo aqui no assentamento?
 - a) Quais são?
 - b) Como elas acontecem?
 - c) Quem organiza?
 - d) Quem assessora estas atividades?
 - e) Você participa destas atividades?
 - f) De todas ou só de algumas?
9. Você já participou de algum curso, oficina, reunião, encontro, etc., sobre cooperativismo realizado pelo MST fora do assentamento?

10. Pra você o que é cooperação?

11. Pra você o que é cooperativismo?

EXPERIÊNCIA DE COOPERATIVISMO ANTES DO ASSENTAMENTO

12. Você já ouviu falar de cooperativismo antes de chegar neste assentamento?

13. Você já participou de alguma cooperativa antes de chegar neste assentamento? Como foi?

14. Quais são as formas de trabalho em conjunto (ou em grupo) que você conhece ou já ouviu falar?

15. Você já ouviu falar de mutirão, troca de dias de trabalho, trabalho coletivo ou ajuda mútua antes de chegar neste assentamento? O que você tem a dizer sobre isso?

16. Você prefere cooperativa? Por quê?

17. Você já ouviu falar sobre cambão? O que você acha que é cambão?

EXPERIÊNCIA DE COOPERATIVISMO NO ASSENTAMENTO

18. Como foi o processo de discussão do cooperativismo neste assentamento?

19. Como foi a criação da cooperativa neste assentamento?

20. Há quanto tempo você está na cooperativa?

21. Qual sua função na cooperativa?

22. Há quanto tempo você está nesta função?

23. Você já participou de outra função na cooperativa antes desta atual? Qual?

24. Por que você preferiu a cooperativa ao invés da associação?

25. A cooperativa tem alguma área coletiva no assentamento?

- a) Onde?
- b) Qual?
- c) Esta área está sendo utilizada?
- d) Como está sendo utilizada?
- e) Quem utiliza?
- f) De que forma utiliza?

26. Em sua opinião por que neste assentamento existe uma cooperativa e uma associação?

27. Na maioria dos assentamentos existem associações ao invés de cooperativas? O que você tem a dizer sobre isso?
28. Em sua opinião, o que é mais vantajoso, a cooperativa ou a associação? Por quê?
29. Nos assentamentos existem histórias de que os fazendeiros criavam cooperativas usando os trabalhadores rurais como sócios sem que eles soubessem, para pegarem empréstimos nos bancos.
 - a) O que você tem a dizer sobre isso?
 - b) Por que você acha que os fazendeiros faziam isso?
 - c) Por que você acha que os bancos nesta parte?
 - d) E os trabalhadores, como descobriam isso?
 - e) O que os trabalhadores achavam disso?
30. O que os camponeses/assentados acham da cooperativa?
31. O que os camponeses/assentados acham da associação?
32. Você acredita no cooperativismo como possibilidade para o desenvolvimento deste assentamento? Por quê? De que maneira?
33. Das formas de trabalho coletivo que você conhece ou já ouviu falar, quais podem ser adotadas neste assentamento?
34. Em sua opinião, uma associação pode realizar trabalho coletivo?
 - a) Por quê?
 - b) De que maneira?
 - c) Com quem?
 - d) Aonde?
35. Existem atividades coletivas neste assentamento? Como elas são organizadas? Como elas são realizadas?
36. Você acha que foi mais fácil trabalhar em coletivo na época do acampamento ou agora depois do assentamento? Por quê?

ANEXO C:

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSOCIADOS E DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES

DADOS BÁSICOS

1. Qual é seu nome completo e sua idade?
2. Qual o seu grau de escolaridade?
3. Há quanto tempo você está assentado neste assentamento?

RELAÇÃO COM O MST

4. Você é ligado ao MST? Por quê?
5. Você participa de alguma função no MST (direção, coordenação, setor, etc.). Qual(is)?

NOÇÃO E FORMAÇÃO SOBRE COOPERATIVISMO

6. Você já participou de algum curso, oficina, reunião, encontro, etc., sobre cooperação ou cooperativismo no período de acampamento?
 - a) De quantos?
 - b) Quais foram?
 - c) Como eles foram feitos?
7. Você já participou de algum curso, oficina, reunião, encontro, etc., sobre cooperação ou cooperativismo depois da criação do assentamento?
 - a) De quantos?
 - b) Quais foram?
 - c) Como eles foram feitos?
8. Existem atividades formativas sobre cooperativismo aqui no assentamento?
 - a) Quais são?
 - b) Como elas acontecem?
 - c) Quem organiza?
 - d) Quem assessora estas atividades?
 - e) Você participa destas atividades?
 - f) De todas ou só de algumas?
9. Você já participou de algum curso, oficina, reunião, encontro, etc., sobre cooperativismo realizado pelo MST fora do assentamento?

10. Pra você o que é cooperação?

11. Pra você o que é cooperativismo?

EXPERIÊNCIA DE COOPERATIVISMO ANTES DO ASSENTAMENTO

12. Você já ouviu falar de cooperativismo antes de chegar neste assentamento?

13. Você já participou de alguma cooperativa antes de chegar neste assentamento? Como foi?

14. Quais são as formas de trabalho em conjunto (ou em grupo) que você conhece ou já ouviu falar?

15. Você já ouviu falar de mutirão, troca de dias de trabalho, trabalho coletivo ou ajuda mútua antes de chegar neste assentamento? O que você tem a dizer sobre isso?

16. Você prefere associação? Por quê?

17. Você já ouviu falar sobre cambão? O que você acha que é cambão?

EXPERIÊNCIA DE COOPERATIVISMO NO ASSENTAMENTO

18. Como foi o processo de discussão do cooperativismo neste assentamento?

19. Como foi a criação da associação neste assentamento?

20. Há quanto tempo você está na associação?

21. Qual sua função na associação?

22. Há quanto tempo você está nesta função?

23. Você já participou de outra função na associação antes desta atual? Qual?

24. Por que você preferiu a associação ao invés da cooperativa?

25. A associação tem alguma área coletiva no assentamento?

- a) Onde?
- b) Qual?
- c) Esta área está sendo utilizada?
- d) Como está sendo utilizada?
- e) Quem utiliza?
- f) De que forma utiliza?

26. Em sua opinião por que neste assentamento existe uma associação e uma cooperativa?

27. Na maioria dos assentamentos existem associações ao invés de cooperativas? O que você tem a dizer sobre isso?
28. Em sua opinião, o que é mais vantajoso, a cooperativa ou a associação? Por quê?
29. Nos assentamentos existem histórias de que os fazendeiros criavam cooperativas usando os trabalhadores rurais como sócios sem que eles soubessem, para pegarem empréstimos nos bancos.
- O que você tem a dizer sobre isso?
 - Por que você acha que os fazendeiros faziam isso?
 - Por que você acha que os bancos nesta parte?
 - E os trabalhadores, como descobriam isso?
 - O que os trabalhadores achavam disso?
30. O que os camponeses/assentados acham da associação?
31. O que os camponeses/assentados acham da cooperativa?
32. Você acredita no cooperativismo como possibilidade para o desenvolvimento deste assentamento? Por quê? De que maneira?
33. Das formas de trabalho coletivo que você conhece ou já ouviu falar, quais podem ser adotadas neste assentamento?
34. Em sua opinião, uma associação pode realizar trabalho coletivo?
- Por quê?
 - De que maneira?
 - Com quem?
 - Aonde?
35. Existem atividades coletivas neste assentamento? Como elas são organizadas? Como elas são realizadas?
36. Você acha que foi mais fácil trabalhar em coletivo na época do acampamento ou agora depois do assentamento? Por quê?